



**GOVERNO DE
CABO VERDE**

**LUXEMBOURG
AID & DEVELOPMENT**



Programa das **Plataformas**
para o **Desenvolvimento Local**
e os **Objetivos 20/30**
em **CABO VERDE**



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PEMDS



MUNICÍPIO DA BOA VISTA

Elaborado pela:

EQUIPA DA PLATAFORMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BOA VISTA

ÍNDICE GERAL

1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	6
2. A VISÃO, AS VOCAÇÕES E OS VALORES DO MUNICÍPIO (2020/30)	8
3. MISSÃO DA PLATAFORMA LOCAL PARA ATINGIR A VISÃO	8
4. O PROCESSO PARTICIPATIVO DE ELABORAÇÃO DO PEMDS	9
5. INTEGRAÇÃO DO PEMDS COM O PEDS E ODS	10
6. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO	21
6.1 ENQUADRAMENTO GERAL E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO	21
6.1.1. Situação do município no mapa	21
6.1.2. Contexto histórico e situação atual	21
6.1.3. Estrutura Administrativa	22
6.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL	23
6.2.1. Sociodemográficos	23
6.2.2. Condições de Vida	25
6.2.3. Estatísticas de Emprego	30
6.2.4. Pobreza	31
6.2.5. Migrações	32
6.3 ANÁLISE DE DADOS COM BASE NUMA ABORDAGEM DE GÉNERO	37
6.3.1. Autonomia Económica - emprego, educação, trabalho produtivo e reprodutivo:	37
6.3.2. Autonomia na Tomada das Decisões - participação política, gestão de empresas e associativismo:	37
6.3.3. Autonomia Física	38
6.3.4. Demografia e Indicadores de Género (verificar os dados do IMC 2019)	39
6.4 SECTOR PÚBLICO E SERVIÇOS DESCONCENTRADOS	40
6.4.1. Saúde - Situação atual e recursos disponíveis	40
6.4.2. Educação - Situação Atual E Recursos Disponíveis	44
6.4.3. Património Cultural	52
6.4.4. Desporto e Lazer - Situação Atual e Recursos Disponíveis	53
6.5 SETOR PRIVADO E TERCEIRO SETOR	57
6.5.1. Panorama do Setor Privado	57
6.5.2. Contexto e desafios das Organizações da Sociedade Civil	57
6.6 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL	59
6.6.1. Enquadramento da Economia e do Empreendedorismo Local	59
6.6.2. Recursos Económicos Disponíveis	62
6.6.3. Estrutura Setorial da Economia	64
6.7 RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE E RISCOS	78

6.8	PROJETOS EM CURSO NO TERRITÓRIO	89
7.	IDENTIFICAÇÃO DE PRINCIPAIS PROBLEMAS, DESAFIOS E SOLUÇÕES	91
7.1.	MATRIZ SWOT DO MUNICÍPIO DA BOA VISTA	93
8.	LINHAS PRIORITÁRIAS A DESENVOLVER	98
8.1.	GOVERNABILIDADE E DESCENTRALIZAÇÃO	98
8.2.	SERVIÇOS SOCIAIS	99
8.3.	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL	100
8.4.	MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RISCOS	101
8.5.	PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO	102
9.	ESTRUTURA DE GOVERNABILIDADE E SEGUIMENTO DO PEMDS	103
10.	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPACTO DA CRISE PROVOCADA PELA COVID19	104
11.	CONCLUSÕES	106

SIGLAS:

- **PEMDS-BV-** (Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Boa Vista)
- **ODS-** (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável)
- **PEDS-** (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável)
- **PNUD-** (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)
- **ONG`S-** (Organizações não Governamentais)
- **IEC-** (Informação Educação e Comunicação)
- **CEPIDE-** (Centro de Promoção de Investimentos e Desenvolvimento Empresarial)
- **IEFP-** (Instituto de Emprego e Formação Profissional)
- **AEB-** (Águas e Energia da Boa Vista)
- **ASA-** (Agencia de Segurança Aeroportuária)
- **BCA-** (Banco Comercial do Atlântico)
- **BCN-** (Banco Cabo-Verdiano de Negócios)
- **BAI-** (Banco Angolano de Investimento)
- **IMC-** (Inquérito Multiobjectivo Continuo)
- **INE-** (Instituto Nacional de Estatística)
- **MIOTH-** (Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação)
- **IFH-** (Imobiliária, Fundiária e Habitat)
- **ANMVCV-** (Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde)
- **ETAR-** (Esgoto e Tratar as Águas Residuais)
- **CMBV-** (Câmara Municipal da Boa Vista)
- **RSU-** (Resíduos Sólidos Urbanos)
- **IDRF-** (Inquérito às Despesas e Receitas Familiares)
- **GAI-** (Gabinete de Apoio dos Imigrantes)
- **DEF-** (Direção de Emigração e Fronteiras)
- **CEDEAO-** (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)
- **DGCI-** (Direção Geral das Contribuições e Impostos)
- **TNR-** (Trabalho não Remunerado)
- **AM-** (Assembleia Municipal)
- **PP-** (Partido Popular)
- **PAICV-** (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde)
- **MPD-** (Movimento para a Democracia)
- **ADC-** (Associação Desenvolvimento Comunitário)
- **VBG-** (Violência Baseada no Género)
- **ICIEG-** (Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade do Género)
- **VIH-SIDA-** (Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida)

- **HAN-** (Hospital Agostinho Neto)
- **CCCD-** (Comissão de Coordenação do Combate à Droga)
- **CEFP-** (Centro de Emprego e Formação Profissional)
- **CAC-** (Centro de Artes e Cultura)
- **ARFBV-** (Associação Regional de Futebol da Boa Vista)
- **RBS-** (Rapaz Bom Sossego)
- **OSC-** (Organização Sociedade Civil)
- **AVPV-** (Associação Varandinha de Povoação Velha)
- **PIB-** (Produto Interno Bruto)
- **BIOS-** (Associação para a Conservação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)
- **RGA-** (Recenciamento Geral Agrícola)
- **MAA-** (Ministério da Agricultura e Ambiente)
- **ACQB-** (Agrupamento Competitivo do Queijo de Cabra da Boa Vista)
- **MICE-** (Ministério da Indústria, Comércio e Energia)
- **ONUDI-** (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial)
- **UE-** (União Europeia)
- **MAVA-** (Fundação Internacional para Preservação da Natureza)
- **SDTIBM-** (Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio)
- **ZDTI-** (Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral)
- **ZRPT-** (Zonas de Reserva e Proteção Turístico)
- **BBE-**(Bairro de Boa Esperança);
- **USB-**(Unidade Básica de Saúde)
- **INGT-** (Instituto Nacional de Gestão do Território)
- **WIA-** (Wetlands Internacional Afrique)
- **PCRM-** (Parceiro Regional para Conservação Marinha e Costeira para Africa Ocidental)
- **DNA-** (Direção Nacional do Ambiente);
- **DNEM-** (Direção Nacional da Economia Marítima);
- **IMP-** (Instituto Marítima Portuária);
- **POOC-M-** (Plano Ordenamento das Orlas Costeiras Marítimas)
- **POT-** (Plano de Ordenamento Turístico).

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	6
2. A VISÃO, AS VOCAÇÕES E OS VALORES DO MUNICÍPIO (2020/30)	8
3. MISSÃO DA PLATAFORMA LOCAL PARA ATINGIR A VISÃO	8
4. O PROCESSO PARTICIPATIVO DE ELABORAÇÃO DO PEMDS	9
5. INTEGRAÇÃO DO PEMDS COM O PEDS E ODS	10
6. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO	21
6.1 ENQUADRAMENTO GERAL E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO	21
6.1.1. Situação do município no mapa	21
6.1.2. Contexto histórico e situação atual	21
6.1.3. Estrutura Administrativa	22
6.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL	23
6.2.1. Sociodemográficos	23
6.2.2. Condições de Vida	25
6.2.3. Estatísticas de Emprego	30
6.2.4. Pobreza	31
6.2.5. Migrações	32
6.3 ANÁLISE DE DADOS COM BASE NUMA ABORDAGEM DE GÉNERO	37
6.3.1. Autonomia Económica - emprego, educação, trabalho produtivo e reprodutivo:	37
6.3.2. Autonomia na Tomada das Decisões - participação política, gestão de empresas e associativismo:	37
6.3.3. Autonomia Física	38
6.3.4. Demografia e Indicadores de Género (verificar os dados do IMC 2019)	39
6.4 SECTOR PÚBLICO E SERVIÇOS DESCONCENTRADOS	40
6.4.1. Saúde - Situação atual e recursos disponíveis	40
6.4.2. Educação - Situação Atual E Recursos Disponíveis	44
6.4.3. Património Cultural	52
6.4.4. Desporto e Lazer - Situação Atual e Recursos Disponíveis	53
6.5. SETOR PRIVADO E TERCEIRO SETOR	57
6.5.1. Panorama do Setor Privado	57
6.5.2. Contexto e desafios das Organizações da Sociedade Civil	57
6.6 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL	59
6.6.1 Enquadramento da Economia e do Empreendedorismo Local	59
6.6.2 Recursos Económicos Disponíveis	62
6.6.3 Estrutura Setorial da Economia	64
6.7. RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE E RISCOS	78

6.8 PROJETOS EM CURSO NO TERRITÓRIO	89
6. IDENTIFICAÇÃO DE PRINCIPAIS PROBLEMAS, DESAFIOS E SOLUÇÕES	91
7.2. MATRIZ SWOT DO MUNICÍPIO DA BOA VISTA	93
7. LINHAS PRIORITÁRIAS A DESENVOLVER	98
8.1 GOVERNABILIDADE E DESCENTRALIZAÇÃO	98
8.2. SERVIÇOS SOCIAIS	99
8.3. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL	100
8.4. MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RISCOS	101
8.5 PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO	102
8. ESTRUTURA DE GOVERNABILIDADE E SEGUIMENTO DO PEMDS	103
9. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPACTO DA CRISE PROVOCADA PELA COVID19	104
10. CONCLUSÕES	106

ÍNDICE DE TABELAS

1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	6
2. A VISÃO, AS VOCAÇÕES E OS VALORES DO MUNICÍPIO (2020/30)	8
3. MISSÃO DA PLATAFORMA LOCAL PARA ATINGIR A VISÃO	8
4. O PROCESSO PARTICIPATIVO DE ELABORAÇÃO DO PEMDS	9
5. INTEGRAÇÃO DO PEMDS COM O PEDS E ODS	10
6. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO	21
6.1 ENQUADRAMENTO GERAL E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO	21
6.1.1. Situação do município no mapa	21
6.1.2. Contexto histórico e situação atual	21
6.1.3. Estrutura Administrativa	22
6.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL	23
6.2.1. Sociodemográficos	23
6.2.2. Condições de Vida	25
6.2.3. Estatísticas de Emprego	30
6.2.4. Pobreza	31
6.2.5. Migrações	32
6.3 ANÁLISE DE DADOS COM BASE NUMA ABORDAGEM DE GÉNERO	37
6.3.1. Autonomia Económica - emprego, educação, trabalho produtivo e reprodutivo:	37
6.3.2. Autonomia na Tomada das Decisões - participação política, gestão de empresas e associativismo:	37
6.3.3. Autonomia Física	38
6.3.4. Demografia e Indicadores de Género (verificar os dados do IMC 2019)	39
6.4 SECTOR PÚBLICO E SERVIÇOS DESCONCENTRADOS	40
6.4.1. Saúde - Situação atual e recursos disponíveis	40
6.4.2. Educação - Situação Atual E Recursos Disponíveis	44
6.4.3. Património Cultural	52
6.4.4. Desporto e Lazer - Situação Atual e Recursos Disponíveis	53
6.5 SETOR PRIVADO E TERCEIRO SETOR	57
6.5.1. Panorama do Setor Privado	57
6.5.2. Contexto e desafios das Organizações da Sociedade Civil	57
6.6 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL	59
6.6.1. Enquadramento da Economia e do Empreendedorismo Local	59
6.6.2. Recursos Económicos Disponíveis	62
6.6.3. Estrutura Setorial da Economia	64
6.7 RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE E RISCOS	78

6.8 PROJETOS EM CURSO NO TERRITÓRIO	89
7. IDENTIFICAÇÃO DE PRINCIPAIS PROBLEMAS, DESAFIOS E SOLUÇÕES	91
7.1. MATRIZ SWOT DO MUNICÍPIO DA BOA VISTA	93
8. LINHAS PRIORITÁRIAS A DESENVOLVER	98
8.1. GOVERNABILIDADE E DESCENTRALIZAÇÃO	98
8.2. SERVIÇOS SOCIAIS	99
8.3. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL	100
8.4. MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RISCOS	101
8.5 PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO	102
9. ESTRUTURA DE GOVERNABILIDADE E SEGUIMENTO DO PEMDS	103
10. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPACTO DA CRISE PROVOCADA PELA COVID19	104
11. CONCLUSÕES	106

ÍNDICE DE FIGURA

1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	6
2. A VISÃO, AS VOCAÇÕES E OS VALORES DO MUNICÍPIO (2020/30)	8
3. MISSÃO DA PLATAFORMA LOCAL PARA ATINGIR A VISÃO	8
4. O PROCESSO PARTICIPATIVO DE ELABORAÇÃO DO PEMDS	9
5. INTEGRAÇÃO DO PEMDS COM O PEDS E ODS	10
6. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO	21
6.1 ENQUADRAMENTO GERAL E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO	21
6.1.1. Situação do município no mapa	21
6.1.2. Contexto histórico e situação atual	21
6.1.3. Estrutura Administrativa	22
6.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL	23
6.2.1. Sociodemográficos	23
6.2.2. Condições de Vida	25
6.2.3. Estatísticas de Emprego	30
6.2.4. Pobreza	31
6.2.5. Migrações	32
6.3 ANÁLISE DE DADOS COM BASE NUMA ABORDAGEM DE GÉNERO	37
6.3.1. Autonomia Económica - emprego, educação, trabalho produtivo e reprodutivo:	37
6.3.2. Autonomia na Tomada das Decisões - participação política, gestão de empresas e associativismo:	37
6.3.3. Autonomia Física	38
6.3.4. Demografia e Indicadores de Género (verificar os dados do IMC 2019)	39

6.4 SECTOR PÚBLICO E SERVIÇOS DESCONCENTRADOS	40
6.4.1. Saúde - Situação atual e recursos disponíveis	40
6.4.2. Educação - Situação Atual E Recursos Disponíveis	44
6.4.3. Património Cultural	52
6.4.4. Desporto e Lazer - Situação Atual e Recursos Disponíveis	53
6.5 SETOR PRIVADO E TERCEIRO SETOR	57
6.5.1. Panorama do Setor Privado	57
6.5.2. Contexto e desafios das Organizações da Sociedade Civil	57
6.6 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL	59
6.6.1. Enquadramento da Economia e do Empreendedorismo Local	59
6.6.2. Recursos Económicos Disponíveis	62
6.6.3. Estrutura Setorial da Economia	64
6.7 RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE E RISCOS	78
6.8 PROJETOS EM CURSO NO TERRITÓRIO	89
7. IDENTIFICAÇÃO DE PRINCIPAIS PROBLEMAS, DESAFIOS E SOLUÇÕES	91
7.1. MATRIZ SWOT DO MUNICÍPIO DA BOA VISTA	93
8. LINHAS PRIORITÁRIAS A DESENVOLVER	98
8.1. GOVERNABILIDADE E DESCENTRALIZAÇÃO	98
8.2. SERVIÇOS SOCIAIS	99
8.3. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL	100
8.4. MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RISCOS	101
8.5. PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO	102
9. ESTRUTURA DE GOVERNABILIDADE E SEGUIMENTO DO PEMDS	103
10. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPACTO DA CRISE PROVOCADA PELA COVID19	104
11. CONCLUSÕES	106

1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Primeiramente parabenizar o Governo, os promotores, financiadores e gestores do programa das Plataformas para o Desenvolvimento Sustentável e Objetivos 2030 em Cabo Verde, pela visão estratégica de implementar essa tipologia de programa ao serviço dos Municípios e da Sociedade Civil. Acredito que, o reforço das capacidades dos atores locais em matéria de articulação a vários níveis, de planificação estratégica do desenvolvimento económico local, da parceria global para a inovação em matéria de desenvolvimento territorial e de governação local, tem sido de enorme valia para os Municípios, principalmente por inculcar nas pessoas e nas instituições uma nova forma de fazer as coisas e de conceber as políticas públicas, ajudando na identificação de iniciativas desafiantes, reais e baseadas na boa governança, na participação e no diálogo.

O Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS) visa criar a possibilidade de diálogo entre a Câmara, o Sector Privado e a Sociedade Civil. Ter um plano elaborado de forma participativa para atuação nos próximos quatro anos reflete e transmite exatamente aquilo que é a nossa perspetiva de gestão autárquica. Atuar com base nas reais necessidades das pessoas é a nossa missão e este Plano encaixa perfeitamente nesta lógica.

Este documento espelha um extraordinário trabalho de muita pesquisa, estudo e dedicação daqueles que estiveram envolvidos e uma autêntica demonstração de amor à ilha e uma ânsia enorme de ver Boa Vista a desenvolver de forma inclusiva, responsável e sustentável. O empenho é de louvar e de parabenizar.

É caso de afirmar que quando há união entre as instituições, associações e a sociedade civil envolvidos sobre as problemáticas do Município e as prioridades de atuação, as ideias extraordinárias jamais pensadas aparecem e, no final os resultados são visíveis e os impactos são de uma grandeza enorme.

Vemos neste documento, pela sua natureza, essência e conteúdo um instrumento orientador muito importante no processo de desenvolvimento da Boa Vista, considerando os enormes desafios que a ilha enfrenta atualmente, pois contribuirá, com certeza, para a promoção e um desenvolvimento integrado e sustentável com igualdade de oportunidades e equidade social, particularmente neste contexto social e económico difícil decorrente da pandemia do COVID-

O diagnóstico da ilha, a análise SWOT permitirão identificar o melhor caminho, constituindo excelentes bases de trabalho, traçando as linhas prioritárias de atuação para o desenvolvimento sustentável da Boa Vista.

Almejamos fazer deste trabalho uma das bússolas da nossa gestão e um modelo a seguir nos próximos anos. Proximidade, transparência, participação são alguns dos valores que nos guiam e definem a nossa forma de estar e de atuar, de modo que contamos executar o plano na sua plenitude com perseverança, tenacidade e muita determinação para fazer da Boa Vista uma ilha que consiga dar respostas às exigências atuais e às demandas da sua população. E, nesta fase, a conjugação das sinergias também é muito importante. Com isso dizer que contamos com todos os parceiros que deram o seu contributo na elaboração deste Plano, na sua execução. Todos juntos para uma Boa Vista desenvolvida, atrativa e sustentável!

Boa Vista, Sal-Rei, 29 de janeiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,


Cláudio Rílippe Barros Mendonça

2. A VISÃO, AS VOCAÇÕES E OS VALORES DO MUNICÍPIO (2020/30)

Visão: Em 2030, Boa Vista ambiciona ser uma ilha de referência sustentável no cenário nacional, com base na valorização dos recursos endógenos, participação e protagonismo dos atores locais, articulação entre os diferentes agentes de desenvolvimento, de modo a se promover um desenvolvimento económico, ambiental, social e cultural efetivamente equilibrado.

Vocações: Turismo (turismo balnear, turismo náutico, turismo de natureza, turismo cultural e paisagístico), agricultura, caprino cultura, pesca e cultura (música e artesanato).

Valores:

- Morabeza
- Hospitalidade
- Cooperação
- Transparência
- Respeito
- Cidadania
- Confiança
- Solidariedade

3. MISSÃO DA PLATAFORMA LOCAL PARA ATINGIR A VISÃO

Os Órgãos de Poder Local, ao assumirem o compromisso de elaborar o Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS) alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) e as políticas sectoriais de desenvolvimento local, comprometeram-se de igual modo, em criar as condições ideais para que esse processo decorresse de forma participativa e inclusiva. Para tal, criou-se a Plataforma Local da Boa Vista, que tem como principal missão planificar/projetar o desenvolvimento do município no horizonte 2020-2030, apostando no desenvolvimento que deverá ser promovido com base na garantia da sua sustentabilidade. Assim, o PEMDS deverá primar pela garantia da sobrevivência das gerações futuras, através de uma exploração racionalizada dos recursos locais, nunca esquecendo as ideias de todos os setores da sociedade civil alinhado com as dos decisores políticos, cumprindo, assim, os ODS prioritário para o nosso município.

O PEMDS será, seguramente, um instrumento fundamental de governança, que orientará e facilitará a mobilização de parcerias e recursos necessários para melhorar e acelerar o processo de desenvolvimento da ilha.

Com efeito, um dos grandes focos dos membros da Plataforma Local de Boa Vista será de apoiar na implementação dos programas e projetos estratégicos, no seguimento e avaliação do PEMDS. Igualmente, os membros da Plataforma Local terão como missão incentivar e estimular diálogos permanentes entre os órgãos de poder público, o setor privado e a sociedade civil, em prol da promoção e do reforço da cidadania ativa e desenvolvimento sustentável.

4. O PROCESSO PARTICIPATIVO DE ELABORAÇÃO DO PEMDS

A elaboração do PEMDS foi concebida numa ótica participativa. Esforços foram encetados para garantir o envolvimento, tanto da administração local, serviços desconcentrados do estado, empresas privadas, organizações da sociedade civil, bem como de outras entidades e organizações sediadas ou que atuam no Município, e, ainda, do PNUD, enquanto a Agência que gere/coordena o Programa Plataforma para Desenvolvimento Local e Agenda 2030 em Cabo Verde, que veio a incorporar o município da Boa Vista em janeiro de 2019.

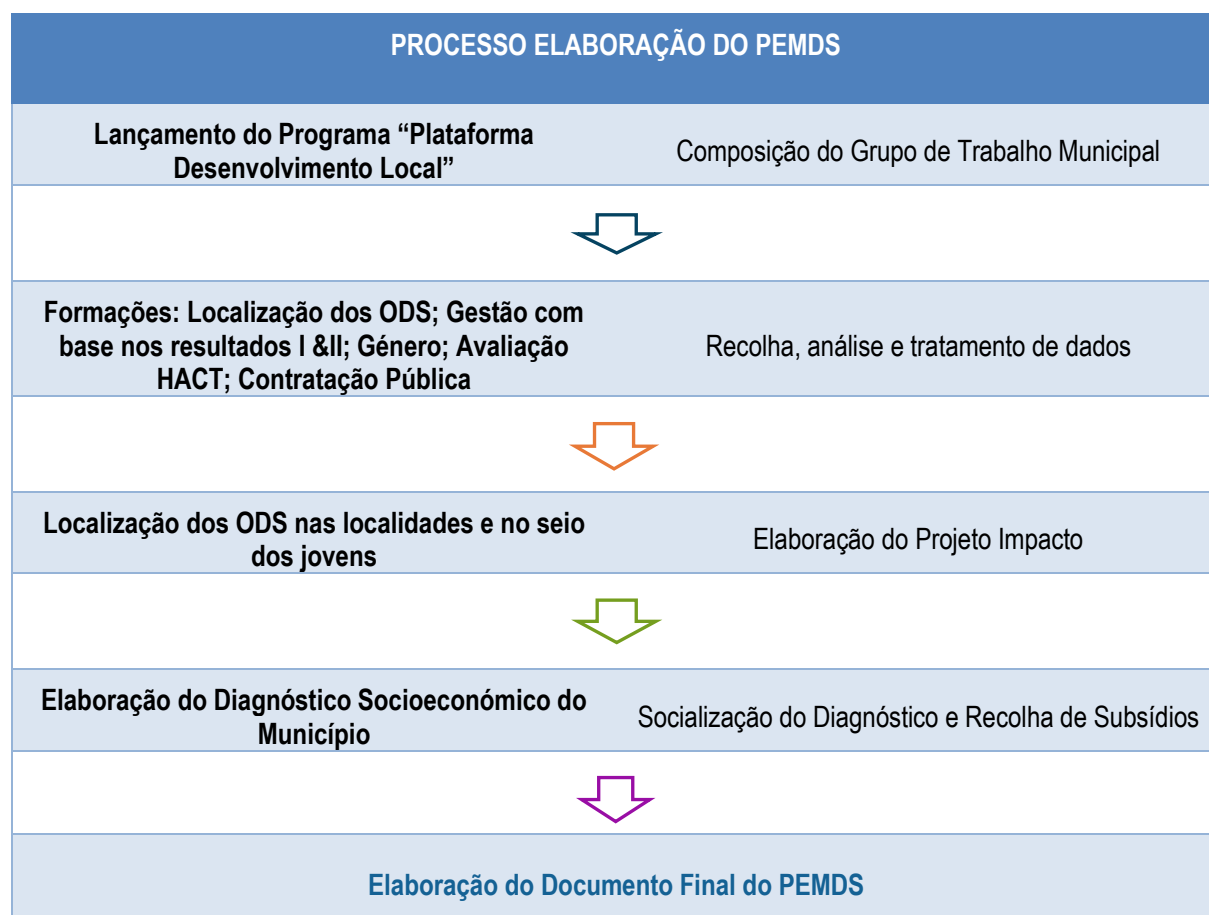
Procedeu-se ao lançamento e apresentação oficial do Programa pela equipa técnica do PNUD, em junho de 2019, na cidade de Sal-Rei, num evento que contou com uma massiva participação de indivíduos e organizações da sociedade de civil, particularmente associações comunitárias, da qual muitos se engajaram a equipa de trabalho. Seguidamente, constituiu-se o núcleo duro da plataforma, a nomeação do ponto focal e a constituição das diferentes comissões temáticas, fazendo parte destas, a título de exemplo, as associações Varandinha de Povoação Velha, Onze Estrelas Clube de Bofareira, Tamba Mulheres do Norte, bem como, representantes do Projeto Tartaruga Boa Vista, da Assembleia Municipal, da Sociedade de Desenvolvimento da BV e da Câmara Municipal da Boa Vista. Na sequência, formaram-se os grupos de trabalho, tendo em conta a área de interesse e/ou competência de cada um.

Posteriormente, a equipa da plataforma passou a ter uma disciplina de trabalho, desde os exercícios em grupo, sessões de reforço das capacidades locais, promovidas pelo PNUD, intercâmbios de trocas de experiências com outros municípios, através da III Cimeira Internacional dos Líderes Locais, realizada na ilha do Sal, III Encontro Nacional das Plataformas Locais, realizada na ilha de Santiago, participação no IV Comité de Pilotagem do Programa Plataforma, etc.

A plataforma local encarregou-se de recolher e organizar todos os dados do Município para a elaboração do diagnóstico. Paralelamente, elaborou o projeto de impacto, cuja implementação se encontra em fase inicial.

Concluído o diagnóstico, passou-se à fase de escolhas estratégicas dos programas e projetos.

Figura 1: Processo de Elaboração do PEMDS



5. INTEGRAÇÃO DO PEMDS COM O PEDS E ODS

- A agenda 2030 Para o Sucesso dos ODS

A “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas é o produto do trabalho de 193 Estados Membros das Nações Unidas (incluindo Cabo Verde) e cidadãos de todo o mundo, para criar um modelo global com vista a elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, sem deixar ninguém para trás.

Para alcançar os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as suas 169 metas, todas as partes interessadas (governos, organizações multilaterais e diversos parceiros para o desenvolvimento), reconheceram que todos os atores, em todos os níveis, têm um importante papel a desempenhar para o êxito da agenda e para assegurar

que se realizem progressos constantes e concretos até a consecução de seus objetivos universais e transformadores. O município da Boa Vista, apesar de se rever em todos os objetivos, identifica 8 destes como sendo de prioridade máxima, devido às suas vulnerabilidades específicas e vocações. São eles:



- O Programa do Governo da IXª Legislatura, 2016 – 2021

O Programa do Governo da IX Legislatura, 2016 – 2021, plasma o alinhamento da sua estratégia com as agendas internacionais e, através do seu programa para a legislatura, anuncia os seguintes grandes compromissos:

Tabela 1: Programa do Governo da IXª Legislatura

1) Soberania	2) A Democracia Cabo Verdiana
3) Um Novo Modelo de Estado - Um Estado Inteligente, Parceiro e Federador	4) Segurança - Um Estado Seguro e uma Justiça Eficiente
5) Justiça - Uma Justiça Eficiente e Célere	6) Defesa - Garantir a Defesa Nacional, num Conceito de Território mais alargado
7) Política Externa - Uma Nova Diplomacia	8) Diáspora - Novos Compromissos
9) Novo Modelo de Crescimento Económico - Prosperidade para Todos	10) Recentragem da Economia - Turismo: o Pilar Central da Economia Cabo-Verdiana
11) Reformas Económicas e Estruturais: Um Novo Ciclo Económico gerador de Emprego e Rendimentos	12) Valorização das Ilhas e dos Recursos Endógenos
13) Estado Social, Capital Humano, Qualidade de Vida e Combate às Desigualdades	

O PEMDS da Boa Vista contém um conjunto de **eixos estratégicos, programas e projetos** que estão em estreito alinhamento com a agenda 2030 e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde.

Tabela 2: Integração do PEMDS com o PEDS e os ODS

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV	
Serviço Social [Ação social]	Semear & Colher	P1: Centro arco iris (espaço de acolhimento e interação dos idosos e das crianças)	3 10	5	3	10.000.000
		P2: Desporto é vida/Boavista ativa				6.000.000
		P3: Arte e música para todos				4.000.000
		P4: Estilo de vida saudável, sem droga, menos álcool				20.000.000
	Objetivos estratégicos: promover a integração, o aumento da autoestima e a qualidade de vida das nossas crianças, dos nossos jovens e idosos.					Total: 40.000.000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV	
Serviço Social [Saúde]	Cuida d'Nós Amdjor	P1: Posto de Saúde Móvel e Aquisição de uma Ambulância para a Zona Norte	3 17	10	3	12.000.000
		P2: Mais Equipamentos de Diagnostico e Tratamento para a Ilha				10.000.000
		P3: Educação Preventiva (Sensibilização e palestras)				
		P4: Mais Recursos Humanos (Protocolos com Médicos Sem Fronteiras, Associação Ser +, dar +)				20.000.000
	Objetivos estratégicos: criar condições e adotar iniciativas que possam contribuir para a saúde e bem-estar dos Boa-vistenses e visitantes, mitigando os efeitos da pandemia do novo coronavírus – Covid 19 e outras eventuais calamidades sociais.					Total: 42.000.000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV	
Serviço Social [Educação]	Educação na Linha da Frente	P1: Escola Municipal do Turismo - Escola de Formação Profissional orientada para o Turismo e sua cadeia de valor nos sectores Agropecuária, Pesca, Línguas; Artes Recreativas, etc)			130.000.000	
		P2: Escolas digitais (criar plataformas digitais nas escolas, equipar as escolas com computadores)	4	5	3	5.000.000
		P3: Horto-escolar				18.000.000
		P4: Reabilitando as Infraestruturas Educativas				20.000.000
		P5: História, história – promoção de hábitos de leitura				3.000.000
		P6: Capacitar para Intervir (reforço competências docentes)				5.000.000
		P7: Pais Parceiros (envolvimento dos pais/encarregados de educação em atividades das escolas)				2.000.000
	Objetivos estratégicos: Promover acesso a educação de qualidade, explorando ao máximo a capacidade/talento das nossas crianças e jovens através de um “junta mo” entre as instituições publicas, pais encarregados de educação, setor privado e ONG’s..					Total: 183.000.000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV	
Serviço Social	Muradret	P1: Um teto um sonho (novos assentamentos...estruturas pré-fabricadas de baixo custo)	1	3	2	20.000.000
		P2: Reabilitar emergencial (reabilitação de casas em condições precárias)	6	9	3	6.000.000
		P3: Uma família, uma casa-de-banho	10	11		5.000.000
				17		

[Habitação]		P4: Casa jovem (apoio aos jovens na construção da casa própria)			20.000.000
		P5: Organização urbanística (arruamentos, calcetamentos, infraestruturação, criação de áreas verdes)			40.000.000
		P6: Projeto “Ajedó-be rabokâ y pintâ bu kaza”			5.000.000
	Objetivos estratégicos: Promover a inclusão das pessoas e grupos em situação de exclusão e vulnerabilidade, melhorando as condições habitacionais das famílias, a organização urbanística e garantindo-lhes o acesso digno a bens de primeira necessidade.				Total: 96.000.000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV	
Igualdade e Equidade de Género	Crescer na igualdade	P1: Oportunidades iguais.			1.000.000	
		P2: conversas abertas ‘Mulheres e Homens Livres e Iguais’	5 8		1.000.000	
		P3: Gabinete de apoio e recuperação dos infratores / Criação de um Centro Misto de Recuperação e Reintegração dos toxicodependentes/doentes mentais...	16		3 4	8.000.000
		P4: Namoro seguro e adolescência responsável				3.000.000
		P5: Mulheres/Homens empoderados				6.000.000
		Objetivos estratégicos: a) Promover a inserção profissional e desenvolvimento de atividades geradoras de rendimento às mulheres e homens em situação de vulnerabilidade; b) Reforçar a participação das mulheres nos órgãos e processos de tomada de decisão...				Total: 19.000.000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV
Desenvolvimento Económico Local	Por uma pesca sustentável	P1: Criação do complexo de pesca de Boa Vista, incluindo a uma unidade de Conserva			100.000.000
		P2: Criação de portos de desembarque do pescado	1 8 9 12	2 3	105.000.000
		P3: Unidade de conservação e tratamento do Pescado	14 17		20.000.000
		P4: Organizando o setor da Pesca Artesanal			2.000.000
		P5: IEC sobre cooperativismo na Pesca			500.000
	Objetivos estratégicos: adotar medidas que facilitam a empresarialização do setor da pesca na ilha, garantindo um ambiente marinho saudável e a cadeia de valor funcional.				

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV
Desenvolvimento Económico Local	Agricultura inteligente	P1: Produzindo de água dessalinizada através da Energia fotovoltaico, para agricultura			99.000.000
		P2: Mobilização de mais Água (Subterrânea e de escoamento superficial)			32.000.000
		P3: Formação e assistência técnica em agricultura biológica	2 7 8 12	2 3	2.000.000
		P4: Fomentar a fruticultura	17		1.500.000
		P5: Incentivar a instalação da indústria de transformação e valorização de produtos agrícolas			30.000.000
		P6: Centro de tratamento pós-colheita e implementação do sistema de certificação de produtos agrícolas			10.000.000
Objetivos estratégicos: Criar condições e incentivos logístico-operacionais para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, atrativa e rentável, focado na demanda do mercado turístico da ilha...					Total: 174.500.000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV
Desenvolvimento Económico Local	Turismo empreende	P1: Turismo sustentável (Espaços-conversas abertas de partilha de informações e conhecimentos, intercâmbios, feiras, fórum local)			4.000.000
		P2: CEPIDE – Centro de Promoção de Investimentos e Desenvolvimento Empresarial			7.000.000
		P3: Circuito cultural (promover a interação cultural entre turistas e população local; atualizar roteiros turísticos...)			20.000.000
		P4: Plataforma Terra Mar - Contribuição do turismo para a integração do setor agropecuária e das pescas na cadeia do valor turístico (informação, formação, certificação, financiamento, etc.)	2 8 9 17	2 3	2.000.000
		P5: Diversificação da oferta turística			500.000
		P6: Fomento da atividade da indústria testeis, na vertente artesanal e produção local			5.000.000
		P7: Fomento do artesanato à base da matéria prima barro/argila, através do reforço da Escola de Olaria do Rabil			5.000.000
		P8: Conservação do património material, imaterial e subaquático da Boa Vista			
		P9: Boa Vista Beach Fest			5.000.000
		Objetivos estratégicos: Apoiar os jovens e produtores locais na adoção de uma estratégia de parcerias e de desenvolvimento integrado, que visam abastecer o mercado turístico na ilha e atrair os turistas para uma viagem de momentos de lazer fora do contexto hoteleiro, sol e praia...			

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV
		P1: Formar para participar	16 17		500.000

Governança e Descentralização	Cidadania ativa e autónoma	P2: Corpo municipal de voluntariado (Criação)			1.000.000
		P3: Reforço de Capacidades das Associações Locais, em Gestão de Projetos e Prestação de Contas			1.000.000
		P4: Polícia municipal (Criação, instalação)			18.000.000
		P5: Diáspora presente e Plataforma digital para participação ativa			500.000
	Objetivos estratégicos: assegurar a qualidade e eficácia da prestação dos serviços públicos municipais, com reforço do Know-how e parcerias que visam a satisfação dos BoaVístenses....				Total: 21000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV
		P1: Socialização do Código de Postura Municipal			300.000
		P2: Modernização administrativa (aquisição de viaturas, equipamentos informáticos e individuais, formação...)			30.000.000
	Objetivos estratégicos: Facilitar o acesso rápido a serviços públicos municipais e reforçar o mecanismo de fiscalização em todos os domínios na ilha...				Total: 30.300.000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV	
Ambiente e Gestão de riscos	Urbanização disciplinada	P1: Requalificação ambiental da Cidade de Sal-Rei e Povoados.			40.000.000	
		P2: Valorizar do património histórico e cultural- Mediante a Classificação e catalogação dos imóveis)			15.000.000	
		P3: Vida e cor aos povoados (pintura urbana e nas habitações).	3	6		20.000.000
		P4: Drenagem de águas pluviais (sobretudo em Sal Rei)	9	11	4	100.000.000
		P5: IEC para melhor gestão dos sistemas hidro-sanitários dos edifícios	12	15		5.000.000
		P6 : Organização urbanística (Arruamentos, espaços verdes)				6.000.000
		P7 : Organização do sector de transporte urbano e de acessibilidades				5.500.000
		P8: ciclovia				8.000.000
	Objetivos estratégicos: Proporcionar melhores condições de vida e bem-estar á população local, visitantes e turistas...					Total: 199.500.000

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV
Ambiente e Gestão de riscos	Bubista limpo e verde	P1: Desplastificar Bubista			12.000.000
		P2: Ilha Verde (Criação de Espaços Verdes e de Lazer)			55.000.000
		P3: Construção de um Centro de tratamento de resíduos (aterro, transformação, e +....)	7 13 14 17	4	370.000.000
		P4: Melhoria do sistema de acondicionamento, recolha e transporte dos RSU e (gestão frota, recursos humanos, EPI,			15.000.000
		P5: Praias limpas e seguras (limpeza das praias, sinalização, nadadores-salvadores)			5.000.000
	Objetivos estratégicos: Promover um ambiente terrestre e marinho saudável e uma maior conscientização dos cidadãos sobre o impacto das atitudes/práticas de cada um...				

Linhas Estratégicas	Programas	Projetos	ODS	PEDS	Orçamento ECV
Ambiente e Gestão de riscos	Um Município parceiro do Ambiente	P1: Apoio das capacidades locais na conservação de tartarugas marinhas			800.000.00
		P2: Apoio das capacidades locais na implementação do Plano de Gestão das Áreas Protegidas(salinas, Clotilde...)			600.000.00
		P3: Elaboração e Implementação do Plano Municipal de Educação Ambiental e Sanitária (parceria com entidades locais)			600.000.00
		P4: Apoio das capacidades locais na implementação do turismo sustentável e das práticas de excursões de natureza	6 7 13 14	4 14 15	1.000.000.00
		P5: Apoio das capacidades locais na fiscalização e cumprimento da legislação ambiental	15 17 13 12	6 12	300.000.00
		P6: Apoio das capacidades locais na conservação de tartarugas marinhas			600.000.00
		P7: Ativar a Empresa Municipal de Recolha e Tratamento do Lixo			36.000.000
		P8: Elaboração/Aprovação e Implementação do Plano de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas			1.800.000.00
Objetivos estratégicos: Um Município parceiro do Ambiente Objetivos estratégicos: Promover um ambiente terrestre e marinho saudável e uma maior conscientização dos cidadãos sobre o impacto das atitudes/práticas de cada um...					Total: 5.736.000

altura em que houve a delimitação oficial das povoações. A Povoação Velha foi a sede administrativa e capital da ilha até 1810, posteriormente o Povoado do Rabil até 1878 e a partir desta data a cidade de Sal-Rei até os dias atuais.

O Diploma Legislativo nº 675 do Governo da Colónia, publicado no boletim nº 40 - 5 de outubro de 1940 fixou a divisão administrativa da Colónia em Concelhos e Freguesias. Refere no seu Art. 2º alínea f) que para a Ilha da Boa Vista era considerada toda a costa marítima como Concelho da Boa Vista.

Após a Independência Nacional em 1975, uma nova modalidade de governação local foi adotada nos planos administrativo e políticos, com a institucionalização da figura do Delegado do Governo e desconcentração dos serviços centrais.

Com a mudança do sistema político de monopartidarismo para o pluripartidarismo, a partir de 1992 iniciou-se o processo de afirmação do poder local, mediante a participação dos cidadãos na escolha dos seus representantes locais, pela via das eleições autárquicas. Com efeito, o poder central e as autarquias locais passaram a ver aumentadas as suas atribuições em matéria de organização do território local e a dispor de alguma autonomia financeira.

Atualmente a ilha da Boa Vista é um dos principais centros de atração turística de Cabo Verde, com uma população flutuante (entradas anuais) acima das duzentas (200) mil pessoas e é a ilha que tem registado o maior crescimento turístico nos últimos anos.

6.1.3. Estrutura Administrativa

Tal como todos os outros municípios do país, o município da Boa Vista é uma autarquia local cuja administração está sob o encargo de dois órgãos: Assembleia Municipal, e Câmara Municipal. Enquanto a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo com competência para autorizar a Câmara Municipal a praticar certos atos e para aprovar os principais documentos da política municipal, a Câmara Municipal é, sobretudo, um órgão de execução, que segue as orientações gerais saídas da Assembleia Municipal, no dia-a-dia e que faz a gestão corrente dos assuntos do Município.

A Câmara Municipal da Boa Vista é constituída por cinco (5) membros, sendo eles 1 (um) Presidente e 4 (quatro) Vereadores, e a Assembleia Municipal por 13 (treze) eleitos municipais. Os resultados das últimas eleições autárquicas, realizadas a 25 de outubro de 2020, ditaram o PAICV como o partido vencedor para a Câmara Municipal. Na Assembleia Municipal, o PAICV elegeu cinco (5) dos seus candidatos efetivos, o MPD também cinco (5) e o Partido Popular três (3).

A nível da desconcentração administrativa do município, existem Delegações Municipais em todos os povoados (sendo que a Delegação Municipal de Fundo das Figueiras também abarca Cabeça dos Tarafes, devido à proximidade de ambos povoados), com o objetivo de aproximar a administração das populações dessas localidades. O Município também conta com estruturas desconcentradas do Estado e de empresas prestadoras de serviço de interesse público, nomeadamente, a Delegação do Ministério de Agricultura e Ambiente, Delegação do Ministério de Educação, Delegacia de Saúde, Comando da Polícia Nacional, Tribunal da Comarca da Boa Vista, Conservatória dos Registos Notariado e Identificação da Boa Vista, Comissão de Recenseamento Eleitoral, Delegação das Finanças da Boa Vista, Delegação do IMP, Delegação do IEFP, Correios de Cabo Verde, AEB – Águas e Energia da Boa Vista, a ASA- Agência de Segurança Aeroportuária, Agência do BCA, Agência da Caixa Económica, Agência do BCN, Agência do Banco Interatlântico, Agência do BAI, Delegação da Garantia, Delegação do Impar, Delegação da Enapor, Delegação da Enacol, Delegação da Vivo Energy.

6.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

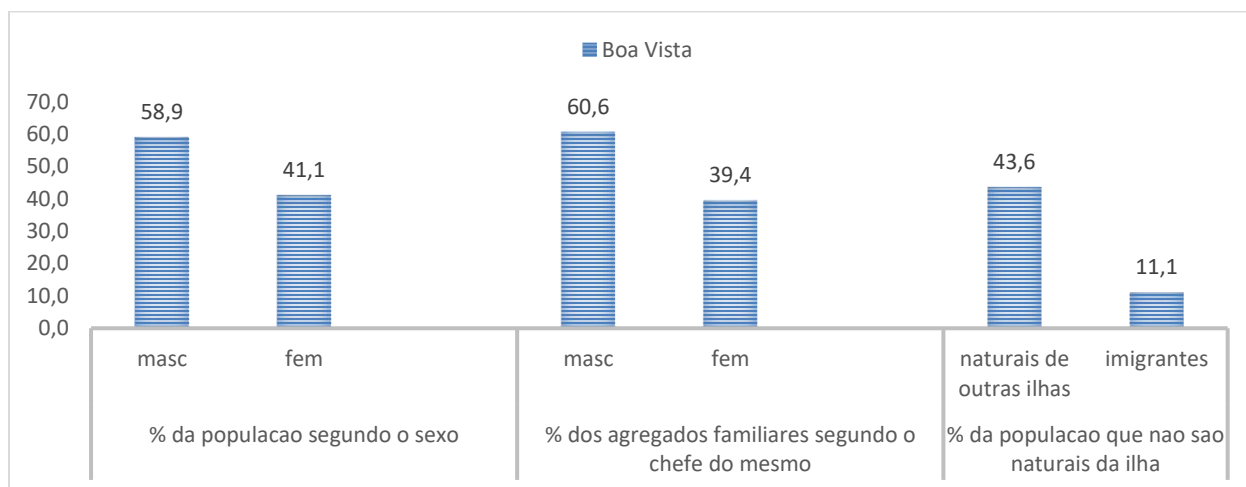
6.2.1. Sociodemográficos

- Composição Etária

De acordo com os resultados do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC) 2019, alinhados com a projeção demográfica no período 2010 – 2030, a população residente do Município da Boa Vista em 2019 era de **18.793** habitantes – o que representa um crescimento em cerca de 93% face aos dados do Censo de 2010 –, sendo **11.063** do sexo masculino e **7.730** do sexo feminino, distribuída por **8.170** agregados familiares, cuja dimensão média é de **2.3** pessoas por agregado, sendo **58.9** % de representação masculinos e **41.1** % de representação feminina. O peso da sua população em relação ao país é de **3.4** %.

Boa Vista é a ilha com maior taxa de crescimento médio anual do país. A sua densidade populacional tem vindo a aumentar de forma acelerada, e é, presentemente, de 28.5 habitantes/km², sendo que **58.9** % são do sexo masculino e **41.1** % do sexo feminino. A esperança média de vida à nascença é no género masculino de 72.2 anos, enquanto no feminino é de 80.2 anos, apontando para uma diferença média de 8 anos de vida, conforme dados do Anuário Estatístico 2017.

Gráfico 1 - Composição Etária

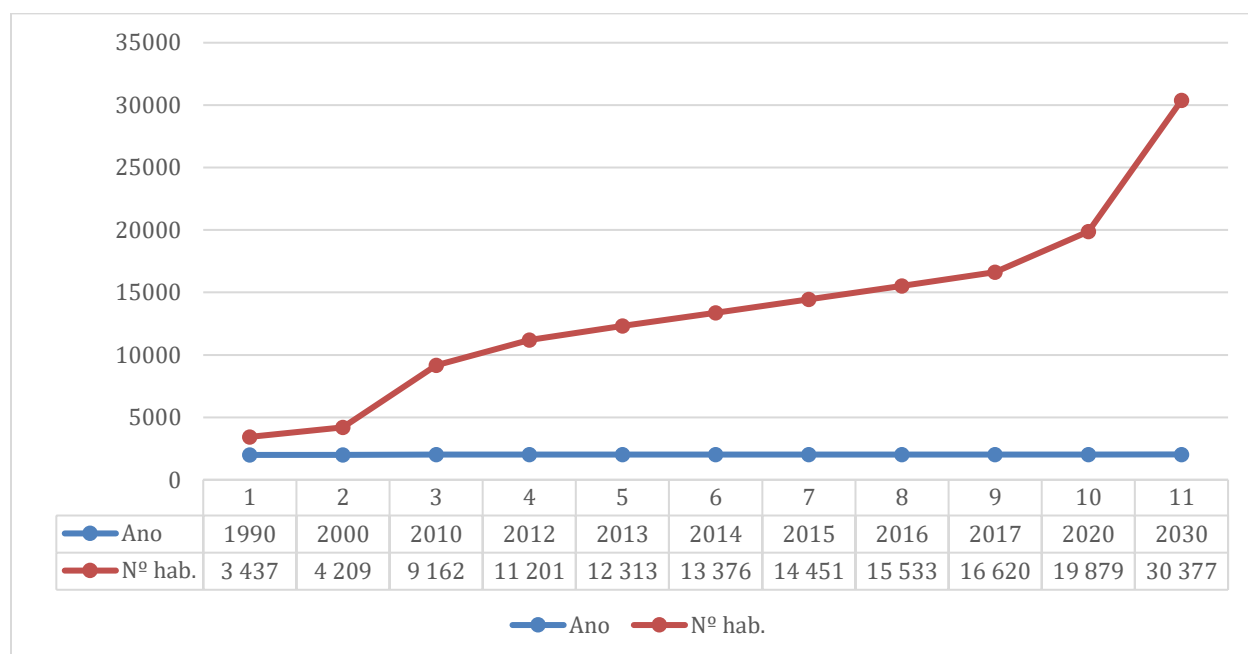


Fonte: IMC, 2019, elaborado pela Plataforma Local de BV

- Perspetivas Demográficas

Através do IMC 2019, constata-se a população do município da Boa Vista tem vindo a registar um crescimento singular, se comparado com o que acontece ao todo território nacional. De 2000 a 2019 a ilha da Boa Vista registou um acréscimo da população em mais de 420.7%, e as projeções revelam que até 2030 o município poderá registar um aumento de 58.3% da população, atingindo neste horizonte 30.377 habitantes, face aos dados de 2019.

Gráfico 2 - Evolução da População Boa-vistense entre 1990 e 2030



Fonte: INE, IMC 2019

6.2.2. Condições de Vida

- Habitação

Boa Vista tem um défice habitacional² de 16,3% por agregados familiares e de 15,8% por indivíduos –, valores muito acima da média nacional de 8,7% e 7,6% respetivamente, e, por conseguinte, considerado crítico (MIOTH, 2019). Quer isto significar que, de acordo com o estudo do MIOTH, cerca de seiscentos e cinco (605) agregados familiares da ilha “vivem ou sem habitação, ou em condições inadequadas, ou em situação de carência financeira que não lhes permitem suportar o custo do acesso a uma habitação adequada” (MIOTH, 2019, p. 94).

Segundo o IMC2019 (INE) 70.8% dos agregados familiares vivem em alojamentos independentes contra 27.4% em apartamentos.

O problema habitacional da ilha é indissociável do fenómeno turístico e do *boom* demográfico registado na última década e meia. A pressão demográfica associada ao rápido crescimento turístico fez com que, por exemplo,

² “O défice habitacional refere-se a um stock ou quantidade de habitações inexistentes ou inadequadas sem condições de habitabilidade e deve ser calculado em cada momento do tempo de forma pontual, considerando o número real de habitações necessárias para se suprimir o défice, de acordo com os componentes de habitação precária, coabitação familiar, despesa excessiva e sobrelotação.” Fonte: Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, MIOTH (2019, p. 18) Perfil do Setor de Habitação de Cabo Verde

emergisse vertiginosamente um enorme bairro ilegal e degradado – comumente conhecido por “Barraca”, ou mais recentemente autodenominado “Bairro da Boa Esperança” –, sem as exigíveis condições sanitárias e acesso público a bens de primeira necessidade, como a água canalizada e a eletricidade, e onde habitam a maioria da mão-de obra que sustenta os estabelecimentos hoteleiros.

Situado nos subúrbios da cidade de Sal-Rei (maior aglomeração urbana da ilha), este bairro surgiu como resposta ao *déficit* habitacional e à inflação das rendas/imobiliária a que se assistia na ilha, e foi sendo construído pelos próprios moradores que iam chegando, oriundos de outras ilhas e de alguns países da costa ocidental africana. (Morais, 2016)³. Para mitigar o problema, e já perspetivando que o grande crescimento demográfico na ilha manterá o seu registo contínuo na próxima década, os órgãos de poder público local e nacional têm enveredado esforços e alocado cada vez mais recursos.

Nesse âmbito, a Câmara Municipal tem respondido às inúmeras solicitações dos munícipes, e tem construído algumas habitações ditas sociais e reabilitado outras tidas como precárias.

Em setembro de 2018 o Município recebeu do Estado de Cabo Verde, através da Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. (IFH) duzentos e noventa e quatro (294) habitações do programa “Casa para Todos”, ato que decorreu na sequência de um memorando de entendimento assinado entre o Governo de Cabo Verde e ANMCV, objetivando a transferência da gestão das habitações denominadas “Classe A” para os municípios. Por conseguinte, foi assinado um Auto de Afetação das habitações denominadas de “Classe A” das infraestruturas e dos equipamentos a elas associados, porém, afetadas a título precário, não envolvendo a transmissão do direito de propriedade sobre as mesmas.

O governo central, por seu turno, publicou uma resolução⁴ na qual autoriza o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação a realizar despesas com dois contratos de empreitadas na Cidade de Sal-Rei, no valor global de duzentos e trinta e oito milhões, sessenta e dois mil, seiscentos e dezanove escudos (238.062.619\$00), para a construção de dois lotes de blocos residenciais na ilha, sendo a primeira (lote 1) orçado em cento e trinta milhões, cento e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito escudos (130.129.238\$00) a empreitada é constituída por dois (2) blocos residenciais, um de 71 apartamentos de tipologia T0 e outro de 41 apartamentos de tipologia T2, e a segunda (lote 2) em cento e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta e um escudos (107.933.381\$00/108.126.688\$00), que contempla dois blocos residenciais, um com 97 quartos e outro com 41 apartamentos de tipologia T2 .

Enquadrado no programa de eliminação dos assentamentos informais das ilhas turísticas, o Governo, através do Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, e a Câmara Municipal da Boa Vista têm

³ Morais, Carlos F. (2016) Turismo e empreendedorismo social em Cabo Verde: estudo exploratório sobre condições e perspetivas de intervenção das organizações do terceiro setor. Dissertação de Mestrado em Dissertação de mestrado em Intervenção Social e Empreendedorismo. Universidade de Coimbra.

⁴ Resolução nº 121/2019 de 19 de setembro

atualmente em execução o “Plano de realojamento das famílias Residentes nos assentamentos informais da Boa Vista”⁵, e abarcará a zona norte consolidada e a zona sul do Bairro da Boa Esperança e a zona de Farinação. O referido plano é financiado pelo Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo, e visa “definir um plano de ordenamento e urbanização que consiga dar resposta ao déficit habitacional que vem condicionando o direito de acesso à habitação condigna à população das ilhas do Sal e Boa Vista”.

Ainda no âmbito do programa de eliminação dos assentamentos informais das ilhas turísticas, está igualmente em curso um projeto de requalificação e expansão do Bairro da Boa Esperança. Em 2018 o Governo aprovou duas propostas de Resolução⁶ autorizando o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação a realizar despesas no montante global de trezentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e setenta e nove escudos e noventa e cinco centavos (352.298.379\$95), para a “Requalificação do Bairro de Chã de Salinas – Zona Norte” (orçado em cento e sessenta e cinco milhões, cento e sessenta e nove mil, oitocentos e nove escudos e quinze centavos – 165.169.809\$15) e “Expansão dos Bairros Chã de Salinas – lotes 1 e 2” (orçado em cento e oitenta e sete milhões, cento e vinte e oito mil, quinhentos e setenta escudos e oitenta centavos – 187.128.570\$80).

Os trabalhos de requalificação em curso consistem, grosso modo, na demolição das casas em situação ilegal e sem condições de habitabilidade e, simultaneamente, infraestruturá-lo e dotá-lo dos equipamentos e serviços públicos essenciais, como redes de água e saneamento, iluminação pública e domiciliária, etc.

- Acesso à Água

O município afigura-se como sendo um dos três a nível nacional com a mais baixa taxa de cobertura da rede de abastecimento de água. Somente 50,4% dos agregados familiares têm ligação a rede pública de distribuição da água potável, cenário muito inferior à média nacional (70.9%), segundo revelam os dados do IMC, 2019. Restantes 49.6% não tem água canalizada (dependem da água abastecida por camião autotanque – 30.4%, chafarizes 14.9% e vizinhanças 4.8% - IMC 2019). Nota-se ainda, Sal-Rei e rabil não tem cobertura total de rede e os restantes Povoados como Estância de Baixo, Povoação Velha e Bafareira, mesmo deficiente, dispõem de rede que é abastecida com água auto-transportada. Este cenário revela ser muito preocupante se se considerar que o município é o segundo com maior peso turístico a nível nacional e a projeção do crescimento da população até 2030 é de 53% e pode atingir os 30.377 habitantes neste horizonte (INE – IMC 2019) .

O abastecimento de água na ilha da Boa Vista é garantido pela AEB (Empresa de Águas e Energia da Boa Vista). A atividade da AEB, está centrada na produção, distribuição e comercialização da água dessalinizada, assim como na recolha, tratamento de águas residuais e sua reutilização para outros fins distintos ao do consumo humano. Somente

⁵ Decreto-Lei nº 56/2019 de 30 de Dezembro

⁶ Resolução nº 27/2018 e 28/2018 de 17 de Abril

25% dos clientes do setor da água são da categoria de *clientes domésticos* e serviços, sendo 75% os *grandes clientes* representados por empreendimentos hoteleiros.

A capacidade instalada é de 4.750 m³/dia e ultrapassa a demanda atual.

- Acesso a energia

A energia elétrica fornecida pela AEB cobre 88.3% A população da Boa Vista com acesso à rede pública de eletricidade é de 61,4% - dados INE - IMC 2019 e 38.6% à base de gerador/motor a diesel/gasóleo (IMC 2019).

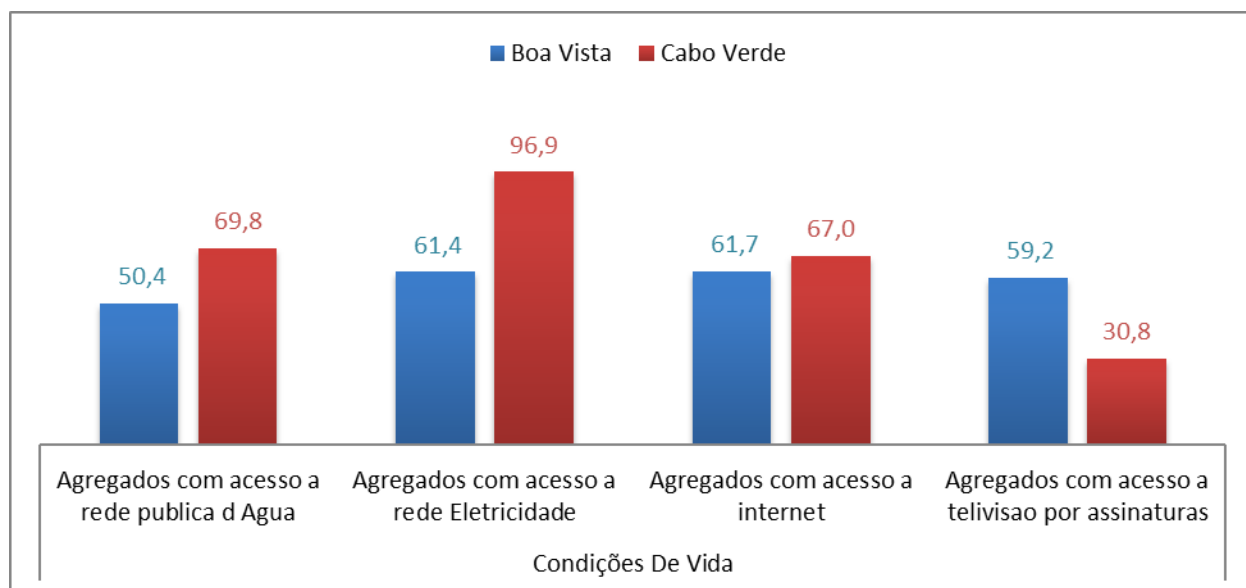
A população do Bairro de Boa Esperança, em Sal-Rei, onde por ventura vivem cerca de 8 mil habitantes, é abastecida através de pequenas unidades de produção clandestinas. Cerca de 96.6% dos agregados familiares utilizam gás butano para confeccionar os alimentos. (IMC, 2019).

A produção de energia da AEB tem sido à base de um *mix* contínuo de fuel e gasóleo acrescida da energia limpa das renováveis. A capacidade de produção de energia à base do combustível fuel é de 6,4MW. A energia eólica adquirida à empresa Caboeólica representa cerca de 22% da produção, estando em curso a negociação para a instalação de mais 5 MW de energia fotovoltaica, cuja montagem e a operacionalização do parque solar está prevista para 2021.

- Telecomunicações

O acesso aos meios de comunicação e informação é considerado, no mundo moderno, como sendo condição essencial para o desenvolvimento das sociedades. Em relação aos meios de comunicação na ilha, de acordo com os dados do IMC (2018), cerca de 79,5% dos agregados familiares têm acesso a televisão, 50,8% usa televisão por assinaturas, 17,9% usa o telefone fixo para chamadas, 28,7% têm acesso a computador, 12,7% usa tablet e 58% têm acesso a internet em suas casas.

Gráfico 3 - Condições de Vida



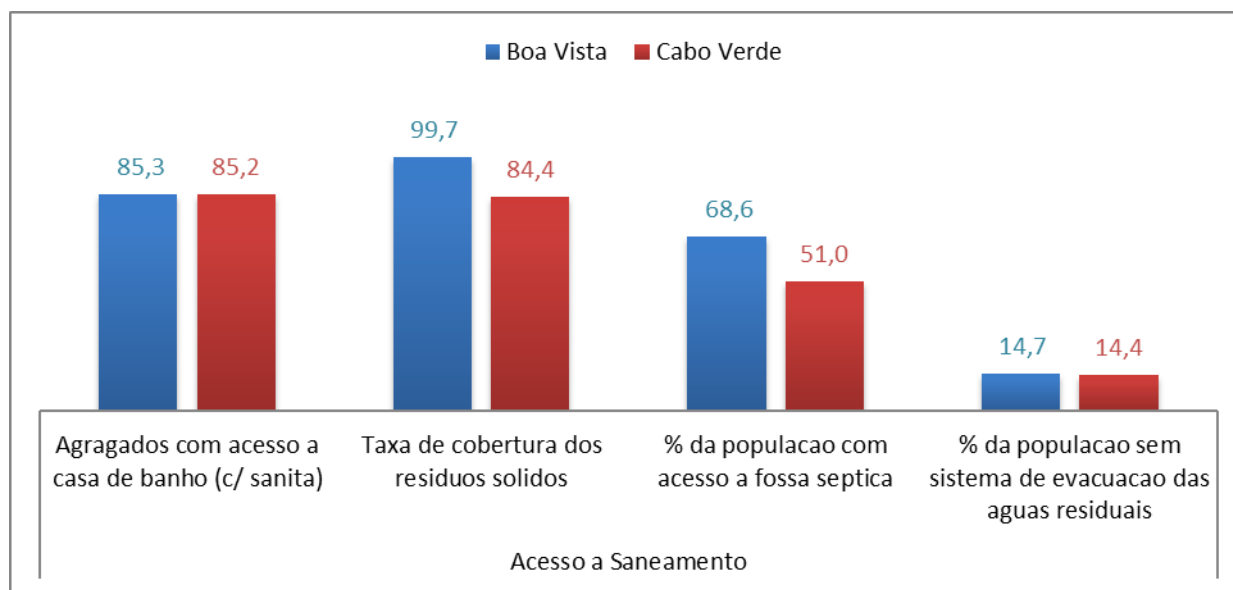
Fonte: INE (IMC, 2019), elaborado pela Plataforma Local de BV

- Acesso ao saneamento

Segundo os dados do IMC (2018), no que refere ao saneamento básico, **36.2% de agregados familiares do município da Boa Vista não possuem instalações sanitárias em suas residências. Até 2020 ilha não dispunha de um sistema público de rede de esgoto** – é utilizada as fossas sépticas, cujo acesso representa 59%, necessidades fisiológicas realizadas ao ar livre, lançamento de fezes ao ar livre, tendo em conta o significativo número dos agregados familiares que não dispõe de casas de banhos (36.2%). Recentemente iniciou-se a operacionalização de uma rede principal de saneamento em Sal-Rei e de uma Mini-ETAR, destinadas a recolher o esgoto e tratar as águas residuais provenientes dos complexos de Casa para Todos e parte do Bairro Boa Esperança.

Com relação a gestão dos resíduos produzidos, a ilha apresenta sérias limitações em realizar com a gestão de todas as tipologias de resíduos – com exceção dos resíduos orgânicos alimentares que parte são utilizados como alimentação pelos criadores de animais. No que tange ao acondicionamento e recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a ilha dispõe de uma cobertura total, dos quais **91,2%** da população usa contentores para evacuações, que são esvaziados diariamente no meio urbano e dias alternados no meio rural, **7.5%** estão contemplados com o serviço de recolha porta-a-porta. A cobertura é feita pelos serviços da CMBV e os RSU encaminhados ao Vazadouro Municipal, os demais que não tem acesso a tal serviço procedem com descarte pelas ribeiras e/ou espaços vazios (IMC, 2018).

Gráfico 4 - Acesso ao saneamento



Fonte: INE (IMC, 2019), elaborado pela Plataforma Local de BV

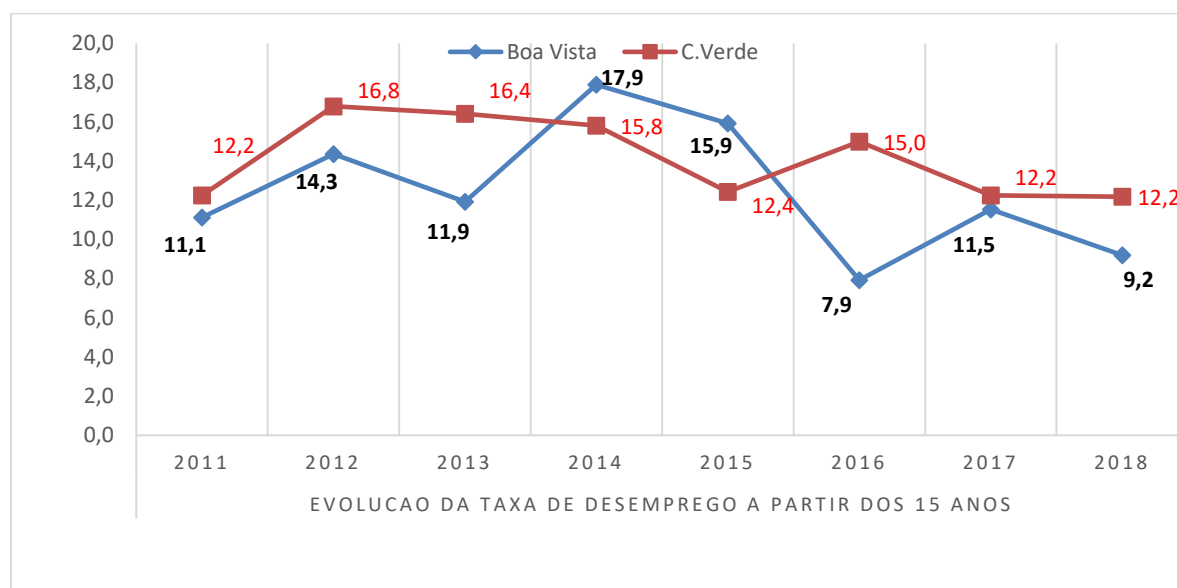
6.2.3. Estatísticas de Emprego

- População Desempregada

A taxa de desemprego no município da Boa Vista reduziu de 11.1% em 2011, para 9.2% em 2018, registando uma diminuição de 1.9 pp, (IMC, 2018).

Ao analisarmos esses dados, comparando-os com a nível nacional, constata-se que **o fenómeno “desemprego” ao longo dos 7 anos se fez sentir com menor veemência em relação a aquilo que acontece com o conjunto nacional**, (ver gráfico a seguir). Contrariamente ao cenário a nível nacional (25 a 34 anos), o grupo etário mais fustigado com o desemprego é o com a idade compreendida entre 35 e 64 anos (33%). Na ilha, o desemprego faz-se sentir em maior número nas pessoas do sexo feminino do que nas do sexo masculino, 9.8% contra os 8.8%, cenário semelhante à conjuntura nacional (IMC, 2018). O desemprego jovem (15 a 24 anos) atinge 19.5%.

Gráfico 5 - Evolução da taxa de desemprego



Fonte: INE (IMC, 2018), elaborado pela Plataforma Local de BV

- População Ativa

A taxa da ocupação da população ativa do concelho da Boa Vista é de 68.8%, sendo a maioria preenchida pelos homens (71.4%) contra 65.3% nas mulheres (IMC, 2018). A semelhança do que acontece em todo o território nacional a larga maioria da população empregada atua no setor terciário (58,2%), sendo que a nível nacional esta taxa é de 66,1%, relativamente superior a realidade local.

6.2.4. Pobreza

O município afigura-se como o com a mais baixa taxa de pobreza. De acordo com o IDRF, a incidência da pobreza absoluta global é de 7.4%, muito inferior à média nacional (35.2%). A mesma fonte revela que a pobreza extrema no Município é de apenas 1.3%, muito inferior à média nacional (10.6%). Quando desagregado a taxa de pobreza (muito pobre) por sexo, verifica-se que na ilha, tal qual se verifica na realidade nacional, este fenómeno manifesta-se, com maior intensidade nas mulheres (55,2%).

“É pobre todo cabo-verdiano cujo padrão de consumo o coloca a 60% da mediana do consumo anual per/capita. O valor monetário do limiar de pobreza relativa é de 49.485 ECV”.

A pobreza na ilha incide com mais intensidade onde a ruralidade é mais vincada.

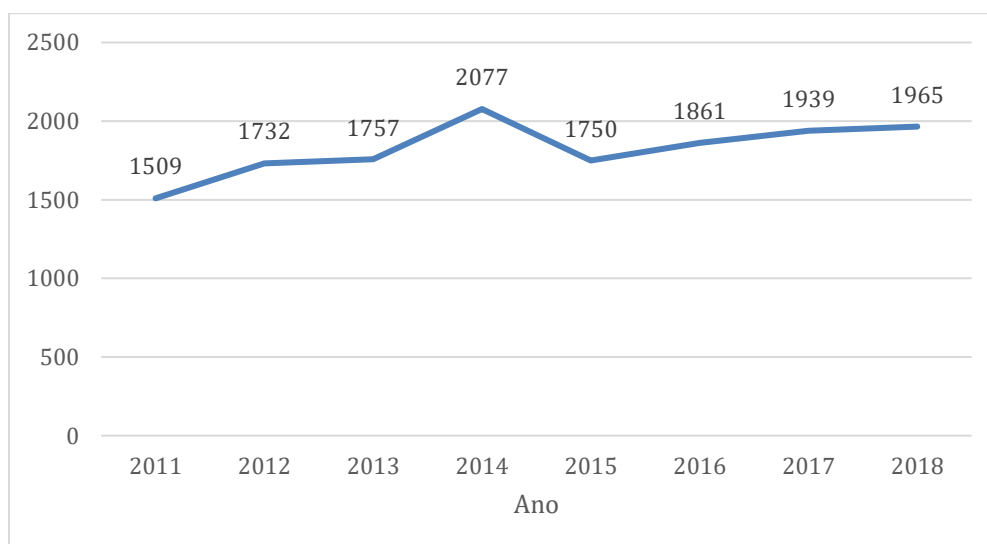
6.2.5. Migrações

- Imigração

Estima-se que a população da ilha da Boa Vista situa-se, atualmente, em cerca de 18.793 habitantes, o que representa um crescimento em cerca de 93% em relação ao censo de 2010 (INE, IMC 2019). A densidade populacional tem vindo a aumentar de forma acelerada, tendo passado de 19,86 habitantes/km² em 2013 para 28,5 habitantes/km² em 2019. É, igualmente, **a ilha com a maior taxa de crescimento médio anual do país (7%) e com o maior saldo migratório entre 2013 e 2017 (+848)** (INE, anuário estatístico 2017).

Em 2019, a proporção da população de nacionalidade estrangeira era cerca de 9,9% da população residente na ilha da Boa Vista, tendo diminuído 4,6 p. p. em relação aos dados de 2014 (INE, IMC 2018 e IMC 2014).

Gráfico 6 - Evolução do número dos residentes com nacionalidade estrangeira na Boa Vista



Fonte: INE, IMC 2011-2018

A população imigrante residente na ilha é, sobremaneira, afetada, por deficientes condições de habitabilidade e acesso público a bens de primeira necessidade, como o saneamento básico, a água e a eletricidade, pois, embora a inexistência de registos oficiais, sabe-se que residem na sua maioria no Bairro de Boa Esperança, e a população ali residente não tem acesso à água canalizada ao domicílio, e apenas uma parte da população tem acesso à energia elétrica, produzida por e abastecida por particulares com recurso a geradores.

Estão, contudo, atualmente em curso obras de requalificação do referido bairro, que incluem a infraestruturação com serviços públicos essenciais como energia elétrica, água e saneamento básico e outros equipamentos urbanos públicos essenciais.

Situado nos subúrbios da cidade de Sal-Rei, e sendo a maior aglomeração urbana da ilha, o Bairro de Boa Esperança surgiu como resposta ao défice habitacional e à inflação das rendas/imobiliária a que se assistia na ilha. Foi sendo construído pelos próprios moradores que iam chegando, oriundos de outras ilhas e de alguns países da costa ocidental africana. Se em 2010, conforme os dados do INE, a população estimada do bairro era de 2.305 pessoas, atualmente as estimativas apontam para cerca de 8.000 residentes, ou seja, cerca de metade de toda a população da ilha.

A concentração geográfica constitui, portanto, um dos principais constrangimentos para a integração social do grosso dos imigrantes residentes na Boa Vista, pois, vivem na sua maioria do Bairro Boa Esperança, sendo que a percentagem de naturais da Boa Vista que aí residem é insignificante.

- Serviços de apoio aos Imigrantes

GAI – Gabinete de Apoio aos Imigrantes

O Gabinete de Apoio aos Imigrantes (GAI) da Câmara Municipal da Boa Vista foi criado em 2012, quando o então “Gabinete de Apoio aos Emigrantes e Investidor” ganhou novas valências, passando a integrar, também, o pelouro da imigração.

Trata-se, segundo a CMBV, de um espaço de acolhimento, informação e apoio aos imigrantes, que visa ajudar a responder às questões ou problemas que se deparam, com capacidade de interação com as instituições locais e nacionais. Tem como missão ir além da prestação de informação e apoiar na integração e instrução de processos de imigrantes, a nível local.

O GAI tem, portanto, como principal função prestar apoio aos imigrantes nos processos facilitadores da sua integração, nomeadamente, no processo de legalização e renovação de vistos de residência.

O GAI está dotado das condições necessárias para prestar um serviço de excelência aos seus utentes. A CMBV tem-se empenhado ao máximo no apoio possível à comunidade, nomeadamente, na procura de emprego através de contactos diretos com potenciais empregadores, desde que o interessado esteja em situação regular quanto à permanência no país, no apoio à frequência de formações técnicas, privilegiando sempre a inclusão/integração da comunidade imigrada. Regista-se que, apesar de alguns resultados interessantes nesse aspeto, a maioria das instituições e entidades não estão suficientemente sensibilizadas para as questões da empregabilidade relacionada com os imigrantes, são situações com que deparamos, no entanto diariamente a autarquia tem esforçado para os colmatar.

A fraca articulação entre as instituições é um grande obstáculo ao fluxo eficiente de informações, que contribuiria para um aumento de eficácia do serviço prestado pelo GAI, e facilitaria a legalização e integração dos imigrantes.

No que se refere à atividade económica, de um modo geral, pode-se dizer que as comunidades imigrantes se dedicam a determinadas atividades, conforme o país de origem, da qual destacamos:

- Os guineenses dedicam-se a trabalhos no setor da construção civil, vigilantes e trabalhos domésticos;
- os senegaleses dedicam-se ao comércio de artesanato e pintura da costa africana, costura e atividades turísticas (guias turísticos informais);
- Os nigerianos dedicam-se à reparação e comercialização de telefones móveis e outros pequenos aparelhos eletrónicos
- Os chineses, ao comércio de bens alimentícios e vendas a retalho; e
- Os imigrantes de origem europeia dedicam-se, maioritariamente, a atividades relacionadas com o turismo, como a imobiliária turística, operadores turísticos, restauração e comércio a retalho.

DEF – Direção de Emigração e Fronteiras

O DEF não dispõe de registo sistematizado dos estrangeiros que residem ou permanecem na Boa Vista. Contudo, sabe-se que, a larga maioria é composta por cidadãos oriundos dos países da CEDEAO (Guiné-Bissau, em 1º lugar, seguidos dos senegaleses). Os restantes provêm de países europeus (maioritariamente italianos) e da China. Os imigrantes que residem na Boa Vista há mais tempo têm alguma ocupação, seja como trabalhadores por conta de outrem, seja por conta própria, por forma a assegurar a sua subsistência. Os estrangeiros recém-chegados a Cabo Verde e os que estão há relativamente pouco tempo, particularmente, os oriundos do continente africano, são os que enfrentam as maiores dificuldades na sua integração. Chegam com um visto de turismo, que lhes permitem permanecer no país durante 60 dias, mas a real intenção é residirem e trabalharem em Cabo Verde. Não vêm munidos de um contrato de trabalho, nem do visto necessário para o exercício de qualquer atividade geradora de rendimento, que lhes permita solicitar um visto de trabalho e obter a Autorização de Residência, que muito facilitaria a sua integração e o seu relacionamento com as entidades nacionais. A ausência dos documentos necessários para o pedido de um visto de residência torna, por isso, muito moroso e oneroso o processo de legalização, e esta situação está na origem dos maiores conflitos que a comunidade enfrenta no seu processo de integração. Por outro lado, ficam desprotegidos e muito vulneráveis à exploração da sua força de trabalho.

Regista-se também que o Comando Policial da Boa Vista muitas vezes tenta exercer uma ação de persuasão por meio de notificações e advertências sucessivas a alguns estrangeiros, que oferecem resistência à legalização, seja por desinteresse, seja por desconhecimento, o que pode conduzir a processos de expulsão do país.

Embora a comunidade estrangeira queixa da excessiva burocracia do processo de legalização, considera a DEF que toda a documentação exigida é necessária, não se recomendando, por isso, a supressão de nenhum deles.

Em média, dão entrada na DEF da Boa Vista cerca de 539 processos mensais de pedidos de renovação de residência, que são enviados para os serviços centrais da Praia.

No que respeita ao índice de criminalidade com origem na comunidade imigrante, de um modo geral é muito baixo.

- Serviços educativos

Em relação aos alunos imigrantes, estes são, de acordo com informações recolhidas junto da Delegação do Ministério da Educação, integrados nas turmas existentes nas respetivas escolas. O grau de inserção dos alunos oriundos dos países da costa africana, maioritariamente da Guiné-Bissau, é bastante elevado, facilitado pela afinidade cultural e existente entre os dois países irmãos.

Regista-se uma maior dificuldade de integração dos alunos de países anglófonos e francófonos, bem como os da comunidade chinesa, no entanto, a presença nas escolas tem vindo a crescer. Os alunos referidos demonstram ter conhecimento da matéria curricular, mas apresentam dificuldades em se expressarem, principalmente, na língua portuguesa.

Os alunos, filhos de imigrantes, têm um deficiente acompanhamento dos pais, uma vez que estes saem muito cedo para irem trabalhar, deixando as crianças entregues a si próprias por não terem com quem, ou onde, deixá-las ficar.

Esse aspeto manifesta-se mormente no Centro Educativo Nossa Senhora de Boa Esperança, da Igreja Católica, nasceu em 2010 e foi concebido para promover a inclusão social das crianças carenciadas do Bairro da Boa Esperança, designadamente, no domínio da educação. Passados oito (8) anos, este espaço continua a funcionar como um estabelecimento de ensino e albergia, no presente ano letivo, 470 crianças, sendo 249 do ensino pré-escolar e 221 do ensino básico (1º ao 4º ano). Das 470 crianças matriculadas, cerca de 40% são filhos de imigrantes, na sua maioria guineenses e senegaleses.

As maiores preocupações da responsável pelo espaço prendem-se, precisamente, com a dificuldade em assegurar a sua sustentabilidade financeira – que tem sido garantida sobretudo pelos apoios e donativos que recebem de cidadãos e organizações estrangeiras –, pois, o montante arrecadado através do pagamento das mensalidades (no caso da educação pré-escolar) sequer é suficiente para remunerar os monitores. A escassez de recursos também impossibilita o acompanhamento das crianças no período pós-escolar, facto que constitui também uma grande preocupação, na medida em que, devido à necessidade de se deslocarem e permanecerem fora de casa durante praticamente todo o dia para trabalhar, a maioria dos pais deixam os filhos sem acompanhamento adulto em casa, ficando estas expostas a inúmeros riscos.

Outro fator a registrar é a falta de documentação de muitas crianças, dada a situação de ilegalidade dos pais no país. Em todo o caso, a escola não deixa os alunos fora do sistema escolar, mas incentiva os pais a regularizarem a sua situação documental, no decorrer do ano letivo.

Os representantes associativos, principalmente da Guiné-Bissau, habitualmente participam nos encontros com a comunidade realizados pela delegação e pelas escolas.

A Delegação do Ministério da Educação constata que, não obstante os inúmeros constrangimentos, a tendência é de melhoria no processo de integração das crianças.

- Serviços de Finanças/Direção Geral das Contribuições e Impostos

O Serviço da Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) da Boa Vista considera satisfatória a relação existente entre os imigrantes e a instituição. Segundo esta instituição, a maioria dos imigrantes residentes na Boa Vista que procuram a instituição para a resolução dos seus problemas tem a sua situação fiscal regularizada.

Habitualmente, essa comunidade procura os serviços para assuntos relacionados com documentos necessários ao processo de renovação dos vistos de residência no país, contratos de arrendamento e de trabalho ou atividade comercial. Aos que se encontram em situação irregular, devido a atrasos no cumprimento das suas obrigações fiscais é proposto um plano de pagamento, que a maioria consegue cumprir e não colocam a sua permanência no país em risco.

Na perspetiva destes serviços a principal dificuldade que a comunidade imigrante da Boa Vista enfrenta por altura da renovação do visto de residência é a obtenção de contratos de arrendamento legais, uma vez que a maioria vive em habitações informais clandestinas.

Por outro lado, a DGCI refere a duplicação de inscrição nos serviços como uma fragilidade destes, pelo que, recomenda que sejam tomadas medidas que permitam ultrapassar estas ocorrências

6.3 ANÁLISE DE DADOS COM BASE NUMA ABORDAGEM DE GÉNERO

6.3.1. Autonomia Económica - emprego, educação, trabalho produtivo e reprodutivo:

Os resultados do Módulo Uso de Tempo indicam que em Cabo Verde cerca de 82% da população de 10 anos ou mais realiza Trabalho Não Remunerado (TNR15). Em relação ao tempo dedicado ao TNR, verifica-se que as pessoas despendem em média quase 1/3 do seu tempo semanal (cerca de 52:09) nesses trabalhos.

Quando se analisa a participação de homens e de mulheres de forma desagregada, nota-se diferenças significativas tanto na taxa de participação como no tempo dedicado a estas atividades. Com efeito cerca 90% das mulheres declararam realizar TNR, enquanto nos homens, esta taxa é de cerca de 73% (isto corresponde a uma diferença na participação em TNR de 17 pontos percentuais a mais para as mulheres comparativamente a homens). As mulheres declararam dedicar em média cerca de 63 horas no TNR, enquanto os homens dedicam em média cerca de 38 horas semanais (o que representa cerca de 24 horas médias semanais a menos comparativamente às mulheres).

A taxa de desemprego, na ilha da Boa Vista faz-se sentir em maior número nas pessoas do sexo feminino do que nas do sexo masculino, 9.8% contra os 8.8%. Relativamente a taxa de ocupação, os dados do IMC (2018) revelam que esta é maior nos homens (71.4%) do que nas mulheres (65.3%). Existe algum fosso entre mulheres e homens a nível do acesso ao emprego na ilha da Boa Vista. Os dados do IMC (2018) indicam que, a taxa de emprego da população de 15 ou mais anos é de 68.8%, sendo que 65.3% representa a taxa de emprego da população feminina e 71.4% da população masculina.

6.3.2. Autonomia na Tomada das Decisões - participação política, gestão de empresas e associativismo:

- Participação política

O executivo camarário eleito a 25 de outubro de 2020, é composto por 5 elementos, sendo 3 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, enquanto a Assembleia Municipal (AM) é representada por 13 eleitos sendo, 5 do sexo feminino, repartidos na AM da seguinte forma: (i) O Partido Popular (PP) com 1 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, (ii) O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), com 2 eleitos do sexo feminino e 3 do sexo masculino. E (iii) O Movimento para a Democracia (MPD) com 5 eleitos, sendo 2 do sexo feminino, e 3 do sexo masculino.

Percebe-se que a participação das mulheres nas esferas do poder ainda precisa ser repensada, no sentido de se obter um maior equilíbrio entre os sexos.

- Participação na gestão de empresas

Das 61 empresas ativas na Ilha da Boavista (27) vinte e sete são chefiadas por mulheres, ou seja, um percentual de 44% da totalidade das empresas lideradas por mulheres. [Base dados Camara Comercio Barlavento].

- Participação no Associativismo

De entre as ONG's e ADC existentes na Ilha estima-se que a participação das mulheres é relevante estando a liderar cerca de três (3) Associações.

6.3.3. Autonomia Física

- VBG

Na ilha, de acordo com a Polícia Nacional, foi registado uma diminuição de ocorrências em 2018. Em 2018 foi registado 72 casos de VBG, enquanto em 2019, o número de registos diminuiu para 40 casos, onde a maior parte das vítimas continua a ser do sexo feminino. Em relação a forma de violência praticada contra as mulheres, a agressão física aparece em primeiro lugar como sendo a que mais tem conduzido as denúncias, por parte das vítimas. Entrementes, a ilha dispõe de um gabinete de apoio às vítimas localizada no Comando Regional da Polícia na ilha, que presta assistência em mediação de conflitos, acompanhamento e encaminhamento de casos para o Ministério Público e instituições relacionadas a problemática.

Segundo o ICIEG (Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género), na ilha da Boa Vista em 2018, houve 50 casos de VBG que deram entrada no Ministério Público, e, os casos transitados de 2016/2017, totalizaram 254. Houve 22 acusações e 18 processos arquivados. Em 2017 registou-se um total de 81 casos tendo uma redução em 2018 para 71 casos.

- Planeamento Familiar

Em 2019, segundo dados da Delegacia de Saúde da ilha, houve 32 nascimentos, e foi realizado 32 partos hospitalares e 2 a domicílio. Entrementes, o número de mulheres grávidas foi de 438, sendo que destes, 131 foram consideradas gravidezes de risco.

Em relação ao planeamento familiar, foram atendidas 62 mulheres para a realização da primeira consulta. Foram vacinadas contra o tétano, 199 mulheres, e 384 crianças.

A ilha regista o número de 68 casos de infeção por VIH-SIDA, sendo as mulheres as mais afetadas, representando 40 destes casos, enquanto 28 destes casos são de indivíduos do sexo masculino, com idade compreendida entre os 10 e mais de 50 anos, analogamente as mulheres.

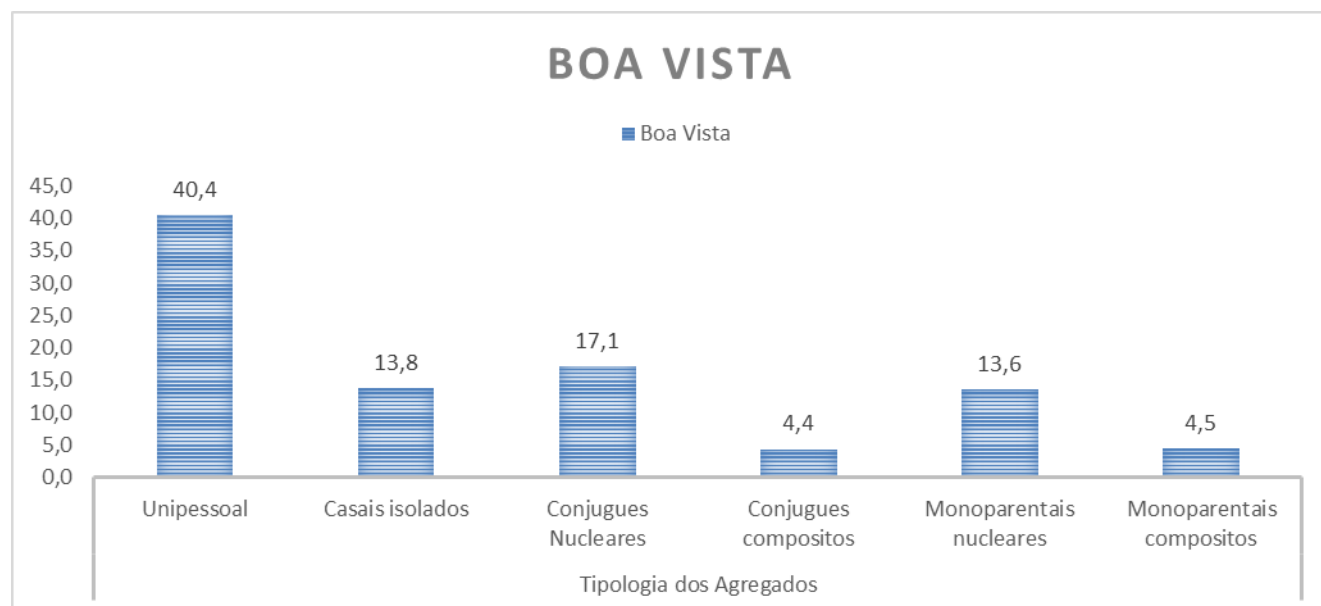
Dentre os 68 casos registados, recebem tratamento cerca de 59, facto justificado pela recusa de tratamento e desconhecimento do endereço dos indivíduos. É possível, também, identificar duas crianças do sexo masculino em tratamento antirretroviral.

6.3.4. Demografia e Indicadores de Género (verificar os dados do IMC 2019)

Segundo os dados do IMC (2019), a população residente feminina na ilha da Boa Vista é de 7.730, representando 41.1% do total da população, enquanto a população residente masculina é de 11.063, representando 58.9%. Dos 8.357 agregados familiares, 43.5% são chefiadas ou representadas pelas mulheres, consequência, grandemente, da emigração das mulheres para a Europa, sobretudo, França, Itália, Holanda. É que, na ilha da Boa Vista, contrariamente ao cenário a nível nacional, as mulheres emigram muito mais do que os homens, daí serem estas a assumirem a liderança familiar na ausência da Mãe/Mulher.

Relativamente à tipologia dos agregados familiares, os dados do IMC (2019) refletem que existem na ilha, 13.8% dos casais isolados, 17.1% dos conjugues nucleares e 4.5% monoparentais compostos, conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 7 - Tipologia dos Agregados



Fonte: INE (IMC, 2019), elaborado pela Plataforma Local de BV

6.4 SECTOR PÚBLICO E SERVIÇOS DESCONCENTRADOS

6.4.1. Saúde - Situação atual e recursos disponíveis

A saúde é, a par da educação, o setor que atualmente mais inquietações suscita na sociedade boa-vistense. A ilha dispõe de apenas um centro de saúde, com evidentes carências de recursos humanos, equipamentos básicos de diagnóstico, laboratório, análise clínica (como equipamentos de radiografia, eletrocardiógrafo, ecógrafo, bioquímica, tomografia, ultrassom, etc.) e tratamento, medicamentos e materiais de uso hospitalar.

A ilha conta atualmente com oito (8) médicos e doze (12) enfermeiros, e não atinge, portanto, o rácio mínimo por habitante estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, que recomenda o rácio de um (1) enfermeiro e um (1) médico por cada mil (1.000) habitantes. Considerando que a população residente na ilha é atualmente de 18.793 habitantes – de acordo com dados do INECV – na Boa Vista, a relação média observada de um (1) enfermeiro por cada 1.044 habitantes aproxima da situação satisfatória, enquanto que um (1) médico por cada 2.350 habitantes está muito acima deste parâmetro, evidenciado enorme carência de profissionais de saúde, facto que, por conseguinte, condiciona os trabalhos no centro de saúde, podendo, também, comprometer a humanização dos seus serviços.

Devido às debilidades do sistema de saúde da ilha, em situações de emergência, os doentes e, nalguns casos também os feridos, são frequentemente evacuados para os hospitais centrais das ilhas de São Vicente, Santiago e Sal. E nesse domínio, registam-se constrangimentos ao nível dos transportes, designadamente: (1) Dificuldade para disponibilização de lugar no voo pela companhia aérea, dada a inexistência de protocolo estabelecido; (2) Impossibilidade de evacuações durante o período noturno, pela inexistência de voos neste período, dadas as características técnicas do aeroporto (inexistência de iluminação).

Entretanto, em meados do ano transato, o Ministério da Saúde adquiriu, através do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo, e dotou o Centro de Saúde de uma ambulância para responder às necessidades de emergência pré-hospitalar, e está neste momento em curso as obras de construção de um bloco operatório.

Encontra-se em fase de finalização a construção e equipamento de um bloco operatório e de Laboratório de Virologia.

A Ilha dispõe apenas de cuidados de saúde primários, sendo que em termos infraestruturais integra uma Delegacia/Centro de Saúde (localizada na cidade de Sal-Rei), um Posto Sanitário (localizado em Fundo das Figueiras) e cinco (5) Unidades Sanitárias de Base (localizadas em Rabil, Estância de Baixo, Povoação Velha, Bofareira e João Galego)⁷. Em fase de montagem está (1) um Posto Sanitário no BBE.

⁷ Fonte: Plano de Desenvolvimento Sanitário da Ilha da Boavista 2017-2021

O Centro de Saúde abrange a prestação de cuidados de saúde à população de toda a Ilha, servindo diretamente a população residente na Cidade de Sal Rei e a população das restantes localidades, em articulação com as estruturas descentralizadas.

O Posto Sanitário de Fundo das Figueiras presta serviços descentralizados à população residente nos três povoados da zona norte, e abrange essencialmente atividades no âmbito da enfermagem.

De uma forma geral as infraestruturas das USB's e do Centro de Saúde encontram-se em razoáveis condições de utilização

Os médicos do Centro de Saúde deslocam-se de forma regular às estruturas descentralizadas, para a realização de consultas mensais. Os enfermeiros deslocam-se igualmente às estruturas descentralizadas para a realização de atividades de enfermagem incluindo vacinação e ações no âmbito da saúde sexual e reprodutiva.

O Centro de Saúde dispõe de equipamentos e instalações para a realização de Telemedicina.

Em termos de articulação dos cuidados nos diferentes níveis assistenciais, as estruturas de saúde da Ilha da Boa Vista referenciam os doentes maioritariamente para o Hospital Agostinho Neto (HAN), na Ilha de Santiago, e as principais causas das evacuações referem-se à ginecologia, ortopedia/traumatologia e cirurgias.

O registo das evacuações de doentes abrange apenas as evacuações de urgência/emergência, registrando-se uma média de um (1) doente urgente evacuado em cada 2 a 3 dias.

O Centro de Saúde não dispõe de registo das evacuações não urgentes, porém, estima que cerca de 80% são encaminhadas também para o HAN para realização de atividade programada de consultas, exames e cirurgias.

Relativamente à referenciação e contra referenciação o “processo clínico de encaminhamento” do doente é entregue quando o doente evacuado leva o processo consigo, no entanto, não é normalmente disponibilizada informação de retorno, designadamente sobre os exames e tratamento realizado. Desta forma não é efetuado o seguimento dos doentes evacuados, a não ser nas situações em que o doente volta ao banco de urgência na ilha de origem.

A deficiente oferta pública para os cuidados de saúde é complementada pela oferta privada, que atualmente conta com quatro (4) consultórios médicos (Esperança Clínica Médica, Clínica Cardiomed, Clínica X-Eco e Opticália/Medicália), duas (2) clínicas dentárias, uma farmácia, três (3) laboratórios de análise clínicas e uma empresa especializada no transporte de doentes.





Ainda no domínio da saúde, merece particular destaque o consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas, que estão entre os principais problemas sociais de saúde pública do país, com destaque, pela negativa, para a ilha da Boa Vista.

De acordo com um estudo da Comissão de Coordenação do Combate à Droga (CCCD) de 2013⁸, **Boa Vista é a ilha onde a percentagem de pessoas com experiência de consumo de *padjinha* (cannabis) é das mais elevadas a nível nacional**, registando uma prevalência do consumo de 11%, muito acima da média nacional que ronda os 7%. **O consumo de cocaína ao longo da vida (1,4%) é também destacada na ilha, assim como as anfetaminas, cuja prevalência é sobretudo registada nas ilhas com maior fluxo turístico, Sal (0,6%) e Boa Vista (0,7%) respetivamente.** Também em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, Boa Vista está no cume nacional, com uma taxa de prevalência ao longo da vida (69,2%) acima do valor médio nacional (63,5%) (CCCD, 2013).

Um estudo do INE corrobora os dados da CCCD em relação ao consumo de bebidas alcoólicas. De acordo com o estudo sobre o consumo de álcool em Cabo Verde, elaborado no âmbito do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares 2001-2015.

Em 2015 as despesas com bebidas alcoólicas representavam 4% do orçamento das famílias cabo-verdianas, valor muito superior ao que as mesmas gastaram em ensino (2,1%) ou saúde (2,7%).

Tabela 3 - Despesa média anual (em escudos) por pessoa em bebidas alcoólicas, conforme tipologia do agregado

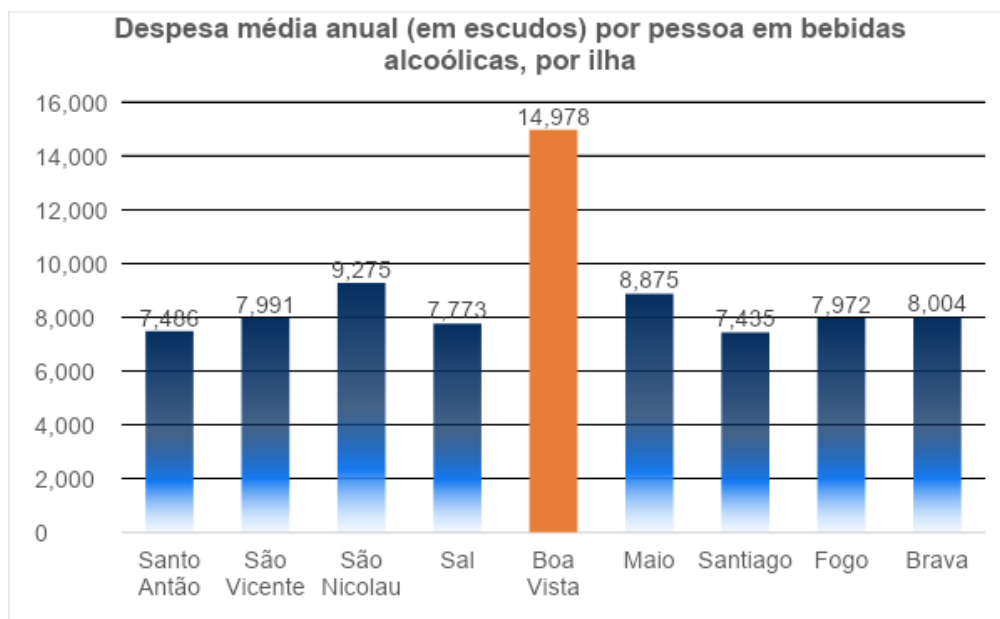
Despesa média anual por pessoa em bebidas alcoólicas											
Tipologia do agregado		Cabo Verde	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boa Vista	Maió	Santiago	Fogo	Brava
	<i>Unipessoal</i>	32 708	27 260	34 078	42 975	29 720	50 585	26 396	32 816	25 683	42 072
	<i>Conjugais com crianças</i>	6 475	5 055	6 500	5 627	6 846	10 273	7 725	6 337	7 766	5 831
	<i>Monoparentais com crianças</i>	5 592	5 266	4 961	7 160	5 633	11 529	5 817	5 681	4 774	4 036
	<i>Agregados sem crianças</i>	11 814	12 778	9 635	14 979	10 581	21 362	12 534	11 833	11 590	5 987

Fonte: Próprias, com base em dados do INE (IIIº Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2015; e Inquérito Multi-Objetivo Contínuo de 2016)

Nos agregados familiares com despesas de consumo de álcool (38,7% das famílias cabo-verdianas), cada pessoa gastou em média, por ano, cerca de 7.859 escudos em bebidas alcoólicas, **sendo que a Boa Vista, com um gasto médio anual por pessoa em cerca de 14.978 escudos**, apresenta um valor de longe superior à das outras ilhas e da média nacional.

8 CCCD (2013) I inquérito nacional sobre a prevalência de consumo de substâncias psicoativas na população geral. Praia: CCCD.

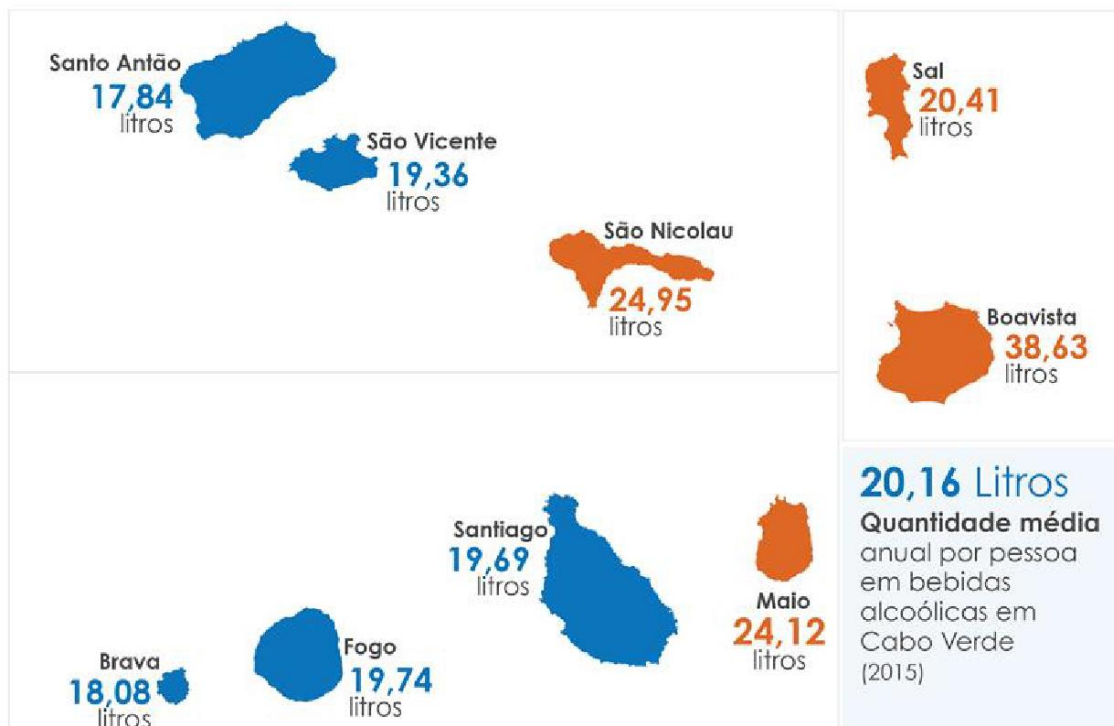
Gráfico 8: Despesa média anual (em escudos) por pessoa em bebidas alcoólicas, por ilha



Fonte: Próprias, com base em dados do INE (IIIº Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2015; e Inquérito Multi-Objetivo Contínuo de 2016)

De acordo com o mesmo estudo, cada cabo-verdiano consumiu em média 20,16 litros de álcool puro por ano, sendo 6,1 de aguardente (grogue), 5,1 de vinho e 3,5 de cerveja. Este valor não inclui as bebidas ingeridas a acompanhar refeições. **Boa Vista apresenta a média mais elevada de consumo (38,63 litros por pessoa)**, seguida por São Nicolau (24,95 litros) e Maio (24,12 litros).

Figura 1: Consumo médio anual (em litros) de bebidas alcoólicas, por pessoa e por ilha

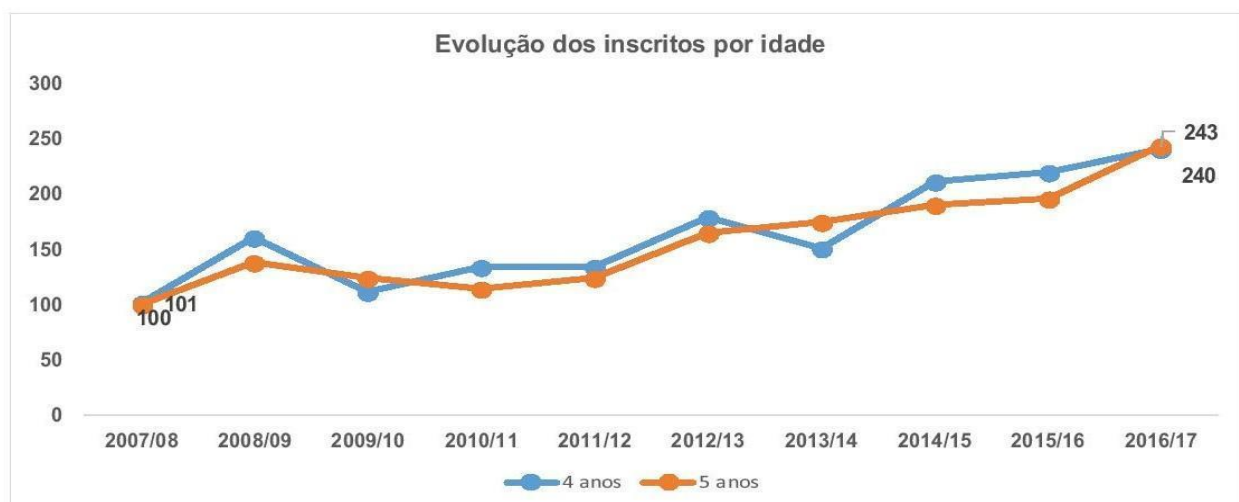


Fonte: Próprias, com base em dados do INE (IIIº Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2015; e Inquérito Multi-Objetivo Contínuo de 2016)

6.4.2. Educação - Situação Atual E Recursos Disponíveis

A educação é um dos setores que maiores desafios enfrentam devido ao fenómeno da imigração para a Boa Vista. O fluxo demográfico para a ilha é crescente desde há década e meia. Juntamente com as inúmeras famílias, quer nacionais quer estrangeiras, que chegam à ilha à procura de melhores condições de vida, chegam os seus filhos menores, que necessitam frequentar as escolas.

Gráfico 9 - Evolução do Nº de Crianças inscritas nos Estabelecimentos de Ensino Pré-escolar



Fonte: Anuário Estatístico da Educação 2016-2017

Nos últimos anos, acentuaram-se as reivindicações para a necessidade premente de se adequar e melhorar as condições de educação na ilha, nomeadamente no que se refere à construção de mais e melhores infraestruturas físicas. A evolução dos alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino da ilha tem sido exponencial, ultrapassando exponencialmente a capacidade de resposta do Ministério da Educação.

As estatísticas referentes ao ano letivo 2018-2019 revelavam os seguintes dados:

Boa Vista	Efetivos 2018/2019	Rendimento Interno (%) 2018/19		Rendimento Interno (%) 2017/18		Diferença (2017/18 e 2018/19)	
	Matrícula	Aprovados	Reprovados	Aprovados	Reprovados	Aprovados	Reprovados
Ensino Básico Obrigatório	2 008	88,1	10,4	86,5	12,4	1,6	-2,0
Ensino Secundário	407	80,5	19,5	76,3	17,8	4,2	1,7

Fonte: Delegação do Ministério da Educação da Boa Vista

Para o ano letivo 2019/2020 as informações do Ministério de Educação retratam a seguinte situação:

1- EFECTIVOS

ANO DE ESTUDO	EFECTIVOS			TURMAS		
	F	M	TOTAL	SIMPLES	COMPOSTA	TOTAL
1º	150	141	291	11	4	15
2º	157	126	283	10		10
3º	142	158	300	11	4	15
4º	169	161	330	13		13
5º	117	94	211	9		9
6º	114	129	243	9		9
7º	125	151	276	9		9
8º	127	94	221	7		7
TOTAL	1101	1054	2155	79	8	87

2-DOCENTES

DOCENTES	SEXO		
	F	M	TOTAL
TOTAL	69	18	87

3- SALAS

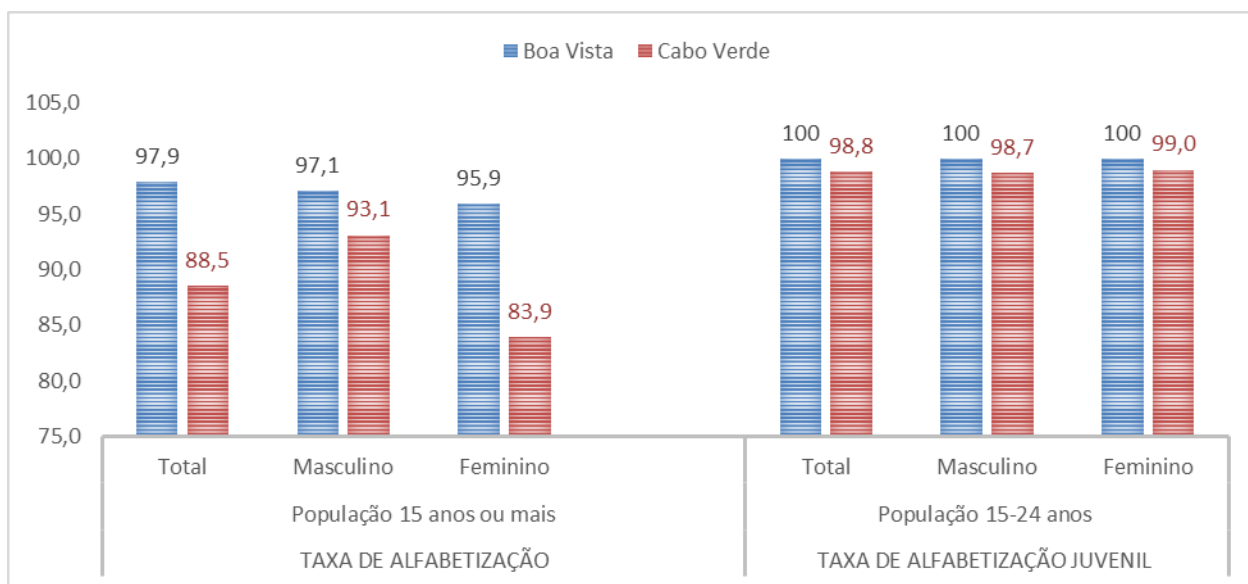
SALAS				
ESTADO	ALUGADAS	CEIDIDAS	RENDADAS	TOTAL
44		5		49

- Taxa de Alfabetização

A taxa de alfabetização em Boa Vista, segundo os dados do IMC (2019), é de **97.9%** (população de 15 anos ou mais anos), sendo, 95.9% mulheres e 97.1% homens. Constata-se que, apesar das despesas com educação no Concelho ser muito inferior (menos 50%) a média nacional, o município apresenta uma taxa (alfabetização) superior à média nacional (87.7%).

Estes resultados indicam um esforço de redução das assimetrias no acesso à educação e podem ser melhor evidenciados quando se analisa os dados referentes à taxa de alfabetização dos jovens (entre 15 e 24 anos) no ano de 2018 que, além de ter aumentado em 3.4pp entre 2012 e 2018, apresenta uma informação qualitativa importante e que merece ser realçado, que é o facto de 100% dos jovens tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino serem consideradas alfabetizadas (ver gráfico).

Gráfico 10 - Taxa de Alfabetização



Fonte: Próprias, com base em dados do INE (IMC de 2019)

- Nível de Instrução

No que se refere ao nível de instrução da população da Boa Vista, o cenário é o seguinte, segundo os dados oficiais do INE (IMC, 2019):

- 3.5% da população tem acesso ao pré-escolar, superior a média nacional em 0.3pp.
- 45.1% da população tem o ensino básico, contra os 42,0% para a média nacional
- 46,5% tem ensino secundário (12º ano) contra os 43,0 % da média nacional
- 3.1% da população possui ensino superior, enquanto, a média nacional dos indivíduos com esse nível académico é de 9,5%.
- 3.4% da população com idade aceitável para frequentar o ensino, nunca o fez.

- Abandono Escolar

A leitura das informações referentes ao abandono escolar no ensino secundário mostra que este atinge proporções relativamente superiores na ilha da Boa Vista (7.4%) quando comparado com a média do conjunto nacional (6,8%) (INE, 2017). A mesma fonte revela ainda que a taxa do abandono no ensino secundário nos estudantes do sexo masculino é superior nos do sexo feminino em 1.6 pp.

As causas do abandono escolar no ensino secundário na Boa Vista estão, grosso modo, relacionados com as dificuldades financeiras, a gravidez na adolescência, o trabalho infantil, o insucesso escolar, a desmotivação, bem como o desinteresse e o deficiente acompanhamento escolar por parte de alguns pais e encarregados de educação, que nalguns casos se explica pelas excessivas horas que passam fora de casa devido às condições laborais.

- Oferta Educativa (Atualizar dados)

De acordo com o Ministério de Educação, Estatística do ano letivo 2016/2017, havia 25 estabelecimentos do ensino, 2.988 matriculados e 145 professores, conforme a seguir se indica.

- Pré-Escolar

No Pré-Escolar havia 899 inscritos, sendo 48.2% do sexo masculino e 50.8% do sexo feminino e destes, 240 com 4 anos de idade e 243 com 5 anos de idade respetivamente.

Dos 33 profissionais de infância existentes, repartidos em 14 unidades, apenas 9.1% são formados, com uma taxa de cobertura de 80.%.

No ano letivo 2019/2020 houve uma evolução substancial, de acordo com os dados constantes da tabela seguinte.

Unidade de Ensino	0-1		2 ANOS		3 ANOS		4 ANOS		5 ANOS		Escola		TOTAL
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
1 PANCINI	4	2	3	7	11	12	17	11	15	17	50	49	99
2 ELISEU ASCENÇÃO	1	1	0	0	2	1	1	4	2	2	6	8	14
3 SANTA ISABEL	8	7	6	8	9	13	7	13	5	7	35	48	83
4 SORRISO DAS CRIANÇAS	0	0	4	4	7	1	15	7	5	10	31	22	53
5 UM CLICK	0	0	0	0	10	12	17	9	17	19	44	40	84
6 MACKY BRITO	0	1	1	0	2	0	0	4	0	0	3	5	8
7 JOAO GALEGO	3	2	2	4	3	2	5	4	4	3	17	15	32
8 RABIL	0	0	4	7	1	4	8	11	6	11	19	33	52
9 CLAUDIO MARCINI	11	12	8	22	9	15	30	35	22	48	80	132	212
10 FLORIDO	0	1	3	2	3	3	3	10	9	4	18	20	38
11 XURURUCA	0	0	2	0	1	4	12	6	14	20	29	30	59
12 PADRE PIO	6	8	11	12	14	12	17	18	26	22	74	72	146
13 FUNDO DAS FIGUEIRAS	1	0	1	1	1	0	4	1	3	3	10	5	15
14 ESCOLA FRANCESA			3	4	1	1	4	2	2	4	10	11	21
TOTAL	34	34	48	71	74	80	140	135	130	170	426	490	916

Fonte: Delegação do Ministério da Educação da Boa Vista

- Ensino Básico e Ensino Secundário

No Ensino Básico havia e 2016/2017 1.304 inscritos, sendo 52.2% masculinos e 47.8% femininos. Havia 10 estabelecimentos, com 60 professores formados (100%), 90.8% de taxa bruta de escolaridade e 81.7% de taxa líquida de Escolaridade.

No ensino secundário havia, segundo o anuário estatístico (2017), 785 inscritos, sendo 46.4% masculinos e 53.6% femininos. Há um (1) estabelecimento, havia 52 professores sendo 92.3% com formação, 70.5% de taxa bruta de escolaridade e 62.1% de taxa líquida de Escolaridade.

Em 2020 a situação do Ensino Básico e Secundário é a seguinte:

Escolas	Docentes (por escolas)	Anos de escolaridade												Total ALUNOS por Escola
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	
CENSBE	8	51	48	48	47									194
E NOVA	26	91	97		119	224	210							741
Riba d'Alto	18	97	71	157	86									411
Bofareira	2	4	3	7	3									13
Escola Secundária	53							225	215	235	157	135	112	1079
Rabil	15	37	30	25	36	42	44	44						258
E. Baixo	4	12	13	9	13									47
P. Velha	1		1	2	2									5
J. Galego	5	11	11	4	10	14	8							58
F. Figueiras	2	3	4	12	6									25
Total	134	306	278	264	322	280	262	269	215	235	157	135	112	2835

Fonte: Delegação do Ministério da Educação da Boa Vista

- Formação Profissional

Com exceção da ilha do Maio, a Boa Vista era, até finais de Janeiro de 2020, a única que não dispunha de Centro de Emprego e Formação Profissional (CEFP), que é uma estrutura descentralizada do Instituto de Emprego de Formação Profissional (IEFP) – entidade pública nacional de execução das políticas e medidas de promoção do Emprego, empreendedorismo e formação Profissional, e que tem por missão garantir, em parceria com outras instituições públicas e privadas, a promoção e execução das ações de formação profissional, para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, contribuindo para a promoção do emprego digno, qualificação relevante e atitude empreendedora, visando autonomia individual. Até então, os jovens da ilha eram obrigados a se deslocarem às ilhas

do Sal, Santiago Ou São Vicente Para Frequentarem Os Cursos Pretendidos, Facto Que Acarretava avultados recursos financeiros para estes e respetivas famílias.

A instalação do referido espaço – financiado pelo Governo através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Grão-Ducado do Luxemburgo (Programa de Emprego e Empregabilidade (CV-081) da Lux Development) e Câmara Municipal da Boa Vista, e que contou ainda com a parceria do Fundo do Turismo –, emerge, assim, para colmatar a carência de ofertas formativas profissionais na ilha, há muito reivindicada na ilha, e é visto como um importante marco para o desenvolvimento da ilha.

- Oferta Formativa do CEFP - BV

Além de eletricidade, terão outras ofertas de formação profissional pelo IEFP, na Boa Vista, como a instalação e manutenção de equipamentos hoteleiros, atendimento e receção, higiene e segurança no trabalho, gestão e organização de eventos e construção civil.

Tabela 4: Ofertas Formativas do CEFP-BV

Nº	Nome do Cursos	Beneficiários
1	Serviços de Andares e Lavandaria - Nível 3	20
2	Design Multimédia e Mkt Digital - Nível III- FP	20
3	Eletricidade -IP- 380Horas	20
4	Manutenção de Reparação de equipamentos Hoteleiros	20
5	Atendimento e Orientação ao Cliente -IP	20
6	Formação Pedagógica Inicial de Formadores	20
7	Informática	20
8	Inglês	20
9	Alemão	20
10	Aplicações informáticas para Gestão Empresarial (ERP Primavera) - modulo Contabilidade	20
11	Capacitação de Hospitalidade (aptidão pessoal, atendimento e comunicação e mercado Trabalho BV) - Vídeo aulas	20
12	Contabilidade Geral	20
13	Manuseamento e Manipulação do Pescado	20
14	Saúde, Higiene e Segurança Alimentar	20
15	Técnicas de orientação no mar através de GPS	20
16	Manutenção e reparação de motores de bordo	20
17	Corte e Costura Criativa	20
18	GIN	20
19	GIN	20
20	PIN	20
Total de Beneficiários		400

Fonte: CEFP-BV

6.4.3. Património Cultural

A cultura é o modo de vida característico de indivíduos, grupos e povos, seus saberes e fazeres, ou seja, a manifestação de toda ordem que os identificam e os distinguem de outros povos. Em muitos casos é considerada um fator determinante no crescimento do consumo de lazer, tornando-se num importante fator de desenvolvimento principalmente para a Ilha da Boa Vista considerada atualmente como um dos melhores destinos turísticos a nível mundial.

A Ilha, como o berço da Morna, é rica em manifestações culturais diversas. A Música sempre teve um papel predominante ganhando cada vez mais destaque a nível nacional e além fronteiras com o reconhecimento de alguns artistas locais, e o surgimento de jovens talentos e novos grupos com enorme potencial para continuar a difundir a nossa cultura e que neste momento tem desempenhado um importante papel como protagonistas nos palcos dos vários espaços de entretenimento e lazer da ilha, nomeadamente, hotéis, bares, restaurantes, contribuindo desta forma para a divulgação e o enriquecimento da morna e da cultura local.

Para além do âmbito mais restrito de expressão musical acima referido, o município conta com grandes eventos de música, de destacar o FESTIVAL DE PRAIA DE CRUZ, organizado todos os anos no mês de agosto pela autarquia, brindando aos munícipes e visitantes do mundo com grandes atuações de diversos artistas provenientes das outras ilhas e de vários países do mundo. Outro importante evento musical a merecer destaque tem sido o FESTIVAL DA MORNA, realizado pela AMBV há cerca de 17 anos e que há dois anos ganhou uma nova dimensão ao ser transformada em “Semana da Morna”, com a particularidade de ser realizada de forma descentralizada, ou seja, as atividades passam a ser realizadas não só em Sal Rei como também, simultaneamente, em outros pontos da ilha. Por outro lado, o programa da semana deixa de ser exclusivamente dedicado à morna, para se dedicar igualmente às atividades complementares como palestras, conversas abertas e serenatas, num conjunto de atividades diversificadas à volta da morna”.

O Festival de *butchada*, cuja primeira edição foi realizada em 2016, une a gastronomia tradicional e a música. (Butchada como um prato típico da BV). O Evento, apesar de recente, vem conquistando a cada ano mais visibilidade e espaço no cartaz cultural da ilha, ofertando aos participantes a oportunidade de se deliciarem com a tão afamada catchupa, e saborearem a butchada tradicional assim como diferentes versões inovadoras da butchada, seguido de momentos de boa música, normalmente ao cargo de músicos e Djs locais.

As Festas de Romaria, são realizadas, ano após ano, em todas as localidades do município. Desde as festas de Santa Cruz e Pedrona no Rabil que decorrem nos dias 3 e 4 de Maio, às festas de Santo António em Povoação Velha no dia 13 de Junho, festas de São João Baptista comemorado nas localidades de Fundo das Figueiras, João Galego e Cabeça dos Tarrafes, dias 23,24 e 25 de Junho, Cruz de Nho Lole” em Estância de Baixo realizada na última semana

do mês de Maio, Santa Isabel em Sal Rei no dia 04 de Julho, Nossa senhora da Paz na comunidade de Bofareira no dia 03 de Agosto e por ultimo, Nossa senhora de Piedade em João Galego no dia 15 de Agosto.

O artesanato Boa-vistense reflete um passado que outrora conferiu à Ilha da Boa Vista uma relevante importância no contexto de Cabo Verde do séc. XVII ao séc. XIX. A cerâmica marcou a ilha da Boa Vista no passado, tanto é que não se poderá falar dos períodos áureos da Ilha sem que a cerâmica seja considerada. Ela tem sofrido ao longo dos tempos impulsos significativos, conquistando o seu lugar e contribuindo desta forma para o enriquecimento da cultura crioula e hoje representa uma manifestação cultural das mais genuínas. A existência de quantidades em abundância de argila na Boa Vista, mais precisamente na localidade do Rabil, facilitou a introdução e o desenvolvimento da olaria na Ilha, com ênfase no fabrico e exportação de telhas, tijolos e utensílios domésticos (bindes, potes) e num passado mais recente durante muito tempo a confecção de peças representativas da vivência dos Boa-vistenses à base da argila foi a atividade artesanal com maior destaque na ilha.

São igualmente distintos na Boa Vista os tradicionais chapéus de palha, cestos e balaios de Ervatão, bandeja, entre outros, confeccionados por artesãos das localidades Bofareira, Povoação Velha e Cabeça de Tarafes.

Outras formas de artesanato na Boa Vista são dignas de nota, como o bordado, a confecção de peças com conchas do mar, acessórios utilizando o pano africano, pintura, fotografia... etc

Existe ainda na Ilha da Boa Vista uma enorme potencialidade no que se refere a matérias primas, que poderão ser utilizados para novas formas de se fazer artesanato ou ainda no resgate a antigas formas como o curtume, cordoaria, e ainda a confecção de objetos em chifres e casca do coco.

Quanto a infraestruturas, o Município é dotado de 4 espaços distintos abertos ao público: Escola da Música, CAC – Centro de Artes e Cultura, Centro de Juventude de Sal-Rei, Olaria do Rabil.

Existem, também, alguns monumentos culturais, nomeadamente: Igreja de São Roque no Rabil, Capela de Fátima em Sal Rei, Forte Duque de Bragança no Ilhéu, antiga Fábrica de Cerâmica na Praia de Chaves, Ruínas de Curral Velho... etc.

6.4.4. Desporto e Lazer - Situação Atual e Recursos Disponíveis

O desporto tem adquirido cada vez mais importância na sociedade. Para além das funções físicas e mentais, apresenta um carácter de coesão social e de consolidação da cidadania, assumindo assim um papel primordial no processo do desenvolvimento social do Homem.

Boa Vista é nacionalmente conhecida pelo seu potencial natural e humano para a prática de várias modalidades desportivas. A ilha conquistou, noutros tempos, relevante respeito e dimensão no panorama desportivo nacional, resultantes de boas performances alcançados nas mais variadas provas e modalidades.

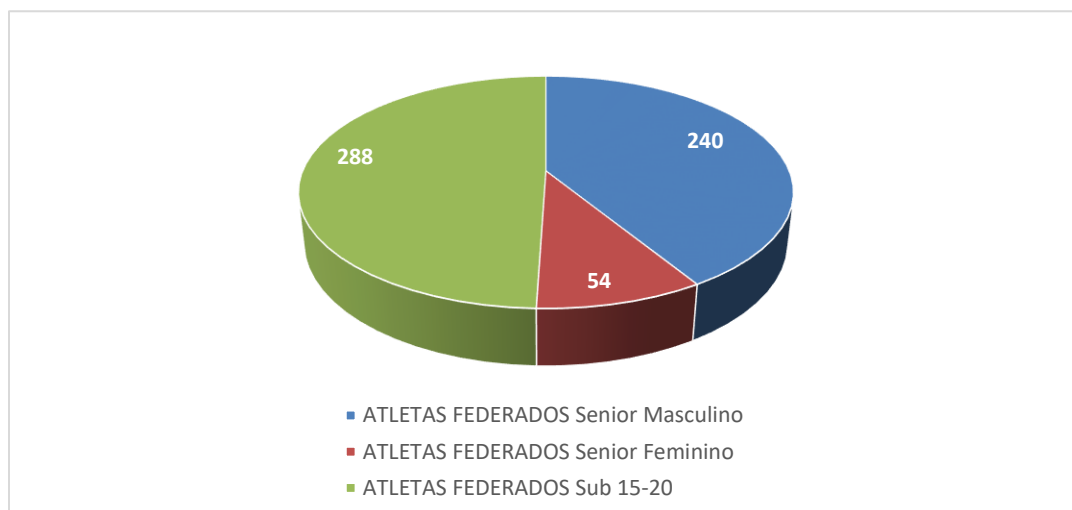
Contudo, constata-se que a realidade atual é divergente dos tempos passados, registando-se uma evolução negativa em vários aspetos, indicadores e modalidades desportivas.

Não obstante alguns avanços conseguidos em termos de melhoria das condições para a prática desportiva, Boa Vista continua a caminhar, ano após ano, para uma perigosa descredibilização e ineficiência do seu modelo desportivo. É, portanto, consensual que o desporto na ilha já viveu dias melhores e carece de uma urgente reflexão entre os agentes desportivos, entidades públicas e sociedade civil para que se possa conhecer os constrangimentos do setor e traçar políticas e medidas que melhorem a organização desportiva na ilha e, conseqüentemente, inverter esta tendência negativa. Relativamente à modalidade de futebol, na época desportiva 2018/2019 a ARFBV (Associação Regional de Futebol da Boa Vista) realizou no escalão sénior masculino a Super Taça Bubista, o torneio da abertura, a taça Bubista e o campeonato regional.

Foi realizada, ainda, campeonatos regionais nos escalões Sub 13, sub 15, sub 17 e sub 20. A nível regional, o campeonato contou com 8 clubes Seniores masculinos oficiais: Académica, Sal rei, Sporting, Africa Show, Sanjonense, Desportivo, Juventude e Onze estrelas e 3 equipas femininas: Africa Show Onze estrelas e Sal Rei. Dos clubes masculinos acima mencionados, 5 já participaram nos campeonatos Nacionais, sendo que a ilha conquistou por duas vezes o título de Campeões Nacionais.

Quanto á participação das equipas Femininas nos nacionais as participantes até então foram as equipas do Juventude Clube do Norte e Africa Show. Nos sub 17, o Juventude clube do Norte, Africa Show e Sporting também já tiveram as suas participações nos Nacionais. Existem na ilha vários atletas federados, na modal idade do futebol, conforme espelha o gráfico seguinte.

Gráfico 10: Atletas federados no futebol



Fonte: ARFBV, 2019, elaborado pela Plataforma Local de BV

A modalidade de andebol foi introduzida em 1987 e neste momento conta com quatro clubes (Académica Operária da Boa Vista, Juventude Clube do Norte, RBS e Sport Clube Africa Show). A Ilha tem tido boas prestações a nível Nacional, sendo Vice-Campeão de Cabo Verde na época desportiva 2017/2018 com o clube de Académica Operária da Boa Vista e tem ficado sempre entre os Três melhores do País nos últimos anos.

O atletismo é praticado na ilha desde 2006 a nível de participações em campeonatos regionais e nacionais, mas os registos apontam para a prática das provas de estrada e as maratonas na década de 90. Participaram no 1º campeonato de clubes de atletismo realizado na ilha do Sal em 2018, os seguintes clubes: Sal Rei, RBS, África Show e Sporting Club da Boavista.

Neste momento existem 45 atletas federados na Associação/Federação Cabo-verdiana de Atletismo, sendo 37 atletas do sexo masculino e 8 atletas do sexo feminino. Desses, 3 são atletas internacionais, 1 Feminino e 2 Masculinos, conquistando diversas de ouro, prata e bronze em diferentes categorias.

A Ilha conta com um atleta masculino de 19 anos que participa nos campeonatos paralímpicos nacionais. Anualmente, no mês de dezembro, decorre na ilha da Boa Vista a Ultramaratona internacional, de 150 km, na qual aconteceu a 18ª edição em 2019.

A ilha da Boa Vista conta com 3 clubes/escolas onde se pode praticar as modalidades de Kite, Surf, Caiaque entre outros desportos aquáticos.

Boavista é o paraíso da pesca, permitindo explorar e descobrir o que se encontra abaixo da superfície daquela que é considerada um dos melhores mares para pesca do mundo. Existem na ilha algumas iniciativas privadas no que se refere a pesca desportiva, mas estas ainda são insipientes se comparada com a enorme potencialidade que a ilha oferece em termos de condições.

Atualmente, a prática de desportos de praia na ilha da Boa Vista não tem tido muita expressão, apesar das muitas praias com várias extensões de areia propícias para a prática das várias modalidades. No entanto, outrora, praticava-se com alguma intensidade o vólei de praia, sendo que em 2001 fomos Campões Nacionais nesta modalidade com a dupla Reinaldo Ramos e Zandonaide Morais. Para além das modalidades acima mencionadas, praticam-se outras modalidades como capoeira, basquete e karaté.

Tabela 5 - Infraestruturas de Lazer e Recreio

Zonas	Ginásio	Fitness-Parque	Polivalent e	Campo Terra Batida	Campo Relvado Sintético	Pavilhão Desportivo
Sal Rei	4	2	1	1	1	1
Rabil		1	1	1	1	
Bofareira		1	1	1		
E.Baixo		1	1			
P.Velha		1	1			
J. Galego		1	1		1	
F. Figueira		1	1			
C. Tarrafes		1	1			

Fonte: CMBV, elaborado pela Plataforma Local de BV

Para além dos equipamentos acima descritos, o município dispõe ainda de um Centro de Idosos em Sal Rei, Parques Infantis em todos os povoados, excetuando a Povoação Velha e Fundo das Figueiras.

6.5 SETOR PRIVADO E TERCEIRO SETOR

6.5.1. Panorama do Setor Privado

Atualmente é, segundo dados do INE, uma das ilhas que no panorama nacional apresenta maior índice de atividade empresarial, empresas ativas e volume de negócios.

No que se refere ao desempenho económico, em 2015 a ilha representava o 2º maior PIB *per capita* do país (468.225\$00), acima da média nacional, que é de 302.381\$00, e uma despesa anual média por pessoa no agregado de 265.406\$00, acima da média nacional de 166.216\$00.

A Camara de Comercio de Barlavento-delegação da Boavista, tem na sua base de dados o registo de (61) sessenta e uma empresas, cujas atividades empresariais variam desde serviços, prestações turísticas, bancos, comércio geral, rente-a-car, construção civil, entre outras.

6.5.2. Contexto e desafios das Organizações da Sociedade Civil

Na atual conjuntura de governação as associações são atores importantes no processo de desenvolvimento do município. Em Boa Vista existem, atualmente, dezanove associações que em parceria com entidades nacionais e internacionais, vêm intervindo em vários domínios e setores de atividade. A Tabela 3 apresenta as associações do município.

Como a cadeia de produção turística da ilha da Boa Vista é relativamente fechada e dominada por operadores estrangeiros de grande dimensão, para entrarem nesse circuito e aí se manterem sustentáveis, as OSC terão que, antes de mais, terem estruturas organizacionais e recursos humanos competentes e verdadeiramente empreendedoras, e capazes de mobilizar os recursos externos.

No entanto, os resultados da análise ao nível microsocial levam a concluir que a grande maioria das OTS cabo-verdianas não dispõem desses requisitos, pelo que, no geral, ainda não reúnem as condições necessárias para fomentar e dinamizar a economia social e o empreendedorismo social no setor turístico. Relativamente ao item capital humano, as OTS caracterizam-se pelo elevado grau de voluntariedade e informalidade, fraca capacidade de liderança e baixos níveis de qualificação técnica das suas estruturas organizacionais e gestionárias. Também em relação ao capital social, os índices observados são baixos, pois, retratam reduzidos níveis de participação associativa, fraca dinâmica interventiva e capacidade de mobilização. Com baixos índices de capital humano e capital social, as OTS confrontam-se, por consequência, com limitações na mobilização de capital financeiro.

Embora sem dados que possam permitir uma análise comparada entre as diferentes ilhas, os entrevistados identificam a Boa Vista como sendo a ilha com maiores insuficiências em termos de desempenho das OTS.

Apesar dessas limitações, merece destaque positivo o engajamento de algumas organizações da sociedade civil na Plataforma de Desenvolvimento Local da Boa Vista e nalguns projetos já preconizados pelo PEMDS da ilha, facto que não se verifica na grande maioria dos outros municípios onde foi implementado o Programa para o Desenvolvimento Local e dos Objetivos 20/30 em Cabo Verde.

Tabela 6 - Lista das Associações e ONG,s

Nome	Zonas de intervenção	Área de atuação
Associação “Curral Velho Nôs Riqueza”		(.....)
Cabo Verde Natura 2000	Boavista	Conservação de recursos naturais, biodiversidade e
Bios CV	Boavista	Conservação de recursos naturais; Áreas protegidas
Fundação Tartaruga	Boavista	Conservação de recursos naturais
Associação “Fidjos di Esperança”	Bairro Boa Esperança	
ACUB - Associação Comunitária Unidos pela BV	Bairro Boa Esperança	Desenvolvimento comunitário- Apoio a crianças, idoso e grupos desfavorecidos
Associação Varandinha de Povoação Velha	Povoação Velha	Desenvolvimento comunitário- Apoio na atividade produtiva desenvolvida pela população
Associação de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária da Zona Norte	Zona Norte	Desenvolvimento comunitário- Apoio na atividade produtiva desenvolvida pela população
Associação Clube Ambiental Boa Vista		Desenvolvimento comunitário – Educação e sensibilização ambiental
Associação Mulheres Cabreiras, João Galego	João Galego	Desenvolvimento comunitário- Intervenção de mulheres na localidade de João Galego ; produção de queijo

Agrupamento Queijo Cabra Boa Vista	Boa Vista	Desenvolvimento de atividade produtiva, na vertente agro-silvo-pastoril
Associação Onze Estrelas de Bofareira	Bofareira	Desenvolvimento comunitário
Associação Pescadores e Peixeiras da Boa Vista	Boa Vista	Desenvolvimento comunitário – Apoio às atividades desenvolvidas pelas peixeiras e pescadores
Associação das Emigrantes Reformadas da Boa Vista	Boa Vista	Apoio à comunidade de emigrantes
Associação Tamba - Mulheres D’Norte	Norte	Desenvolvimento comunitário- Apoio na atividade produtiva desenvolvida pelas mulheres do Norte
Associação Rapazes de Bom Sossego	Sal Rei	
Associação XABEM	Sal Rei	
Associação da Comunidade Guineense na Boa Vista	Sal Rei	Desenvolvimento comunitário – Defesa dos interesses e da integração da Comunidade guineense na BV
Associação da Comunidade Senegalesa na Boa Vista	Sal Rei	Desenvolvimento comunitário – Defesa dos interesses e da integração da Comunidade senegalesa na BV
Associação da Comunidade do Mali na Boa Vista	Sal Rei	Desenvolvimento comunitário – Defesa dos interesses e da integração da Comunidade do Mali na BV
Associação da Comunidade Nigeriana na Boa Vista	Sal Rei	Desenvolvimento comunitário – Defesa dos interesses e da integração da Comunidade do Mali na BV

Fonte: AVARBV, 2019, elaborado pela Plataforma Local de BV

6.6 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

6.6.1. Enquadramento da Economia e do Empreendedorismo Local

A ilha da Boa Vista chegou a ter, entre os finais do século XVIII e começos do XX, na comercialização do sal, do gado, da urzela e do cal o seu principal ímpeto de sustentação económica e social, e enorme valor comercial desses produtos conferiram-lhe, conforme Lima (2012: s.p., *apud* Morais, 2016⁹), o estatuto de “empório das ilhas de Barlavento”.

Passados vários anos quase em absoluta estagnação – muito por culpa da perda de valor comercial dos produtos supramencionados e de conjunturas internacionais então adversas (*ibid.*) – a ilha volta a ganhar grande dinâmica demográfica e socioeconómica a partir dos meados do ano 2000, em resultado da aposta do governo central na abertura da ilha ao turismo internacional, consubstanciado pela inauguração de um aeroporto internacional. Daí seguiram a construção de algumas hoteleiras de grande dimensão, e o turismo, que até então repartia encargos na moderada expressão económica da ilha com os subsídios dos emigrantes, a pesca e a agropecuária, despoleta como o setor económico mais importante na ilha (Morais, 2016).

Portanto, decorrente da melhoria das condições de acesso aéreo, a ilha registou um *boom* turístico na última década, e apresenta-se como o expoente máximo da rápida massificação do turismo em Cabo Verde, onde este e os setores afins desempenham um papel central na locomoção da sua economia.

Atualmente é uma das ilhas que mais contribui para a dinâmica de crescimento económico do país, consubstanciado pelo peso da atividade turística no PIB nacional, e também, segundo dados do INE, uma das ilhas que no panorama nacional apresenta maior índice de atividade empresarial, empresas ativas e volume de negócios (INE, 2018)¹⁰, o quinto maior PIB em termos absolutos e por ilha em 2017 (9.643 milhões de escudos), o segundo – apenas ultrapassada pela ilha do Sal – maior PIB per capita do país (580.162\$00), acima da média nacional (321.945\$00) (INE, 2019)¹¹, e a maior despesa média anual por pessoa (265.909\$00), muito acima da média das restantes ilhas e da nacional, que é de 166.207\$00 (INE, 2018)¹².

A sua forte dinâmica económica, alavancada pelo turismo, proporciona, pois, o crescimento económico, a geração de empregos, e boas oportunidades de negócio quer para a expansão de empresas existentes quer para o surgimento de novas empresas.

Não obstante esse aparente excelente registo em termos de desempenho económico, Boa Vista regista desafios estruturais acentuados neste mesmo quesito, pois, esse crescimento não teve o impacto desejável em todos os níveis

⁹ Morais, Carlos (2016) Turismo e empreendedorismo social em Cabo Verde: estudo exploratório sobre condições e perspetivas de intervenção das organizações do terceiro setor. Dissertação de mestrado em Intervenção Social e Empreendedorismo. Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/30718> [28 de Fevereiro de 2020].

¹⁰ Fonte: INE (2018), Resultados preliminares do Vº Recenseamento Empresarial – 2017 (<http://ine.cv/wp-content/uploads/2019/03/apresentacao-vrecenseamento.pdf>)

¹¹ Fonte: INE, contas nacionais 2017 (<http://ine.cv/wp-content/uploads/2019/11/pib-po-ilha-2017.pdf>)

¹² Fonte: INE (2018), Perfil da Pobreza em Cabo Verde. Evolução da Pobreza Monetária Absoluta: 2001/02, 2007 e 2015 (<http://ine.cv/wp-content/uploads/2018/06/idrf-2015-perfil-da-pobreza-versao-final.pdf>)

do seu desenvolvimento socioeconómico, pois, o setor turístico – excessivamente dependente e dominado pelo capital e grandes promotores estrangeiros – não tem estimulado, na proporção almejada, outros setores da economia local, excetuando as diretamente ligadas à hospedagem. Aliás, esse facto é corroborado pela fraca expressão e influência dos empresários e empreendedores locais e nacionais no referido setor, que efetivamente constitui o principal determinante da economia nacional.

E de acordo com o estudo de Morais (2016), prevalece ainda na ilha a ideia de que os inconvenientes da cadeia de valor do turismo excedem os seus benefícios, que face ao volume de investimentos materializados e número de turistas acolhidos, poderiam e deveriam alcançar a população local em maior número e melhor forma.

Na verdade, observa-se que a celeridade com que o setor privado determinou a implantação das estruturas básicas de receção turística na ilha, coincidiu, cumulativamente, com um cenário de impreparação do setor público e segregação da sociedade civil face às políticas de desenvolvimento em geral, e do turismo, em particular (Ibid).

Os processos e deliberações de planeamento turístico não envolveram a população local, facto que, além de ter influenciado negativamente as atitudes dos locais face ao turismo, contribuiu para a configuração de um cenário que, entre outros aspetos, caracteriza-se pela carência e/ou fraca qualidade dos serviços e produtos que perfazem a estrutura da oferta turística, pela exígua interação entre os residentes e os turistas, e por um relacionamento frágil e instável entre a população local e os principais operadores turísticos, em parte devido ao modelo do *all-inclusive* (regime predominante em matéria de alojamento turístico). Isto é, aos olhos da população local, em geral, pode não ser do interesse dos grandes operadores turísticos que ela participe diretamente na produção das principais atividades económicas em torno da cadeia produtiva do turismo, que, na realidade, caracteriza-se por uma integração profundamente vertical (Ibid).

Este cenário de segregação entre os diferentes intervenientes do setor turístico, além de contribuir para a desmotivação e desinformação da população local, no geral, sobre as oportunidades e fatores necessários para se empreender no turismo, tem vindo a afetar negativamente a sua confiança e a propensão empreendedora, contribuindo para a generalização do sentimento de descrença nas possibilidades de sucesso de eventuais investimentos e negócios turísticos (Ibid).

No entanto, constata-se que existem um conjunto de oportunidades e recursos ainda suscetíveis de serem valorizados com vista à complementaridade da oferta turística existente. A par do Sol e Mar, Turismo Náutico, Turismo de Natureza (Ecoturismo), Turismo no Espaço Rural e Turismo Cultural emergem como os produtos turísticos com maior potencial de desenvolvimento.

Para serem bem-sucedidas não bastam, porém, as potencialidades do setor turístico. Como a cadeia de produção turística da ilha da Boa Vista é relativamente fechada e dominada por operadores estrangeiros de grande dimensão, para entrarem nesse circuito e aí se manterem sustentáveis, os empreendedores terão que garantir qualidade e agregar significado simbólico aos seus produtos e/ou serviços, para que se possa estimular o desejo de compra nos turistas que, em regra, estão hospedados nos resorts all-inclusive.

No que se refere à promoção do empreendedorismo na ilha, regista-se que o deficiente ambiente de negócios, associado à morosidade e dispersão da administração pública, as dificuldades no acesso ao crédito, e a baixa propensão empreendedora dos boa-vistenses, constituem as principais barreiras para que a ilha alcance o desiderato do desenvolvimento sustentável através do fomento ao empreendedorismo.

A supressão dessas limitações passa, necessariamente, pelo alinhamento entre os setores público e privado, mas mormente pela mitigação dos fatores que inviabilizam uma maior e melhor intervenção empreendedora dos cidadãos, especialmente os jovens.

A ilha da Boa Vista precisa, pois, de um impulso empreendedor efetivo, para que a iniciativa empresarial local floresça e a sociedade conheça níveis de desenvolvimento mais elevados.

6.6.2. Recursos Económicos Disponíveis

- Recursos Financeiros

A Tabela 7 apresenta um resumo dos recursos financeiros disponíveis no município, de acordo com informações disponibilizadas pela Câmara Municipal de Boa Vista.

Tabela 7 - Recursos financeiros disponibilizados

Designação	Ano anterior		Atual	Metas			
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Transferência do FFM	89 112 841,00	93 303 511,00	121 359 252,00	138 505 680,00			
Investimentos do GOV CV	Reforço dos Jardins Infantis	1 322 837,00					
	Fundo Rodoviário-Manutenção e conservação de Estradas Municipais	3 000 000,00					
	Fundo Flexível-Melhorias Unidades Sanitárias	1 715 000,00					
	Fundo de Ambiente-Ligação de redes domiciliária de esgoto	3 770 760,00					
	Fundo de Ambiente- Ornamentação Rotundas	2 400 000,00					
	Fundo de Ambiente- Construção de aterro sanitário Controlado	7 053 600,00					
	Total 2017	19 262 197,00					
Investimentos do GOV CV	Programa de Emergência		2 475 000,00				
	Fundo Rodoviário - Contrato Programa Nº 18/2018						
	-Manutenção e conservação de Estradas Municipais		3 000 000,00				
	Ministério de Família e Inclusão Social-Contrato Programa N/ref.44/DGPOG/2018-Projeto Espaço de Lazer Casa da Sopa		289 500,00				
	Ministério de Família e Inclusão Social-Contrato Programa N/ref.44/DGPOG/2018-Projeto Viva Melhor		138 943,00				
	Fundo de Ambiente - Contrato Programa nº004/2017 Criação de Viveiro Municipal		4 000 000,00				
	Total 2018	9 903 443,00					
Investimentos do GOV CV	Programa de Emergência-Plano de Mitigação da seca e mau ano agrícola		2 250 000,00				
	Fundo de Ambiente- Contrato Programa nº002/2017 Construção de aterro sanitário Controlado		10 580 400,00				
	Fundo de PRRA Contrato Programa nº 42/2019		23 720 221,00				
	Fundo de PRRA Contrato Programa nº 02/2019		19 800 000,00				
	Total 2019		56 350 621,00				
	Fundo Ambiente			5 878 000,00			
	Programa Emergência			3 000 000,00			
	Programa Covid19			3 966 816,00			
	Projectos Casa da Sopa e Projecto Viva Melhor			926 552,00			
	Total 2020			13 771 368,00			
Investimento Internacional							
Imposto Total	90 135 153,00	94 105 349,00	140 781 687,00	98 222 240,00			
Receitas Correntes	255 763 513,00	330 740 203,00	315 504 059,00	4 959 966,00			
Receitas de Capital	19 766 626,00	16 098 667,00	68 056 036,00	311 320 577,00			
Transferências de Gov Estrangeiro							
Total Geral	474 040 330,00	544 151 173,00	702 051 655,00	566 779 831,00			

Fonte: CMBV, 2021;

- Recursos naturais

Para além de sua importância ecológica, a biodiversidade terrestre e marinha de Cabo Verde e mais concretamente da Ilha da Boa Vista, é um recurso natural que deve ser também avaliado pela sua importância económica, pois suporta atividades importantes como a agricultura, a pesca, o turismo, o artesanato, a transformação, assegurando assim, o crescimento económico e o bem-estar da população.

Porém, a **valorização económica da Biodiversidade** ainda é entendida quase exclusivamente como estando relacionada com o setor do ecoturismo que começa muito timidamente a dar os seus frutos. O desenvolvimento de atividades de observação de tartarugas, de baleias, de aves e de corais na ilha da Boa Vista contabilizou, no ano de **2012, um montante estimado bruto de 59 milhões de escudos** cabo-verdianos (BIOS, 2012).

Estas atividades não têm sido regulamentadas ao longo dos anos, o que têm trazido um enorme prejuízo para a Boa Vista e principalmente para as localidades vizinhas das praias onde nidificam as tartarugas marinhas, pois que os operadores estrangeiros são na maioria os que usufruem de avultados rendimentos financeiros, não participando com uma parte, em colaboração com as entidades locais, ONG's e Associações Comunitárias, que pudesse ser útil para a melhoria de vida das comunidades da Boa Vista, a nível da saúde, da educação, social, económico, patrimonial, etc.

A Ilha da Boa Vista possui *pedras basálticas (pretas) e calcárias (brancas)* de grande qualidade (não há estudos laboratoriais, mas muitos que foram projetados desde 2005, continuam em bom estado de conservação e sem desgaste natural) que revolucionaram até certo ponto a arquitetura turística e urbana na Ilha da Boa Vista. Porém torna-se urgente a organização e disciplina na exploração e uso das mesmas, de forma salvaguardar os todos os aspetos ambientais, assim como os interesses económicos.

A ilha possui também uma grande quantidade *de areia branca e fina* que a circula em quase toda a sua extensão, que tem sido alvo de extração e utilização nas mais diversas áreas de construção civil: Betão armado, reboque, alvenaria, calcetamentos de ruas e pavimentação interna das infraestruturas turísticas, etc, sem que, no entanto, tenham sido tomadas medidas quanto á sua sustentabilidade. Muita areia branca é extraída em zonas perto das praias, no Deserto de Viana – Uma das Sete maravilhas da Boa Vista, na Reserva Natural de Morro D'Areia.

Existem na Boa Vista *ribeiras importantes que têm uma quantidade enorme de areão, mais conhecido por "Areia de Ribeira"* e que é *extraída pelas empresas grandes e pequenas de construção civil*, por produtores de blocos. Entretanto, essa atividade não tem sido seguida devidamente por quem de direito, no sentido de se evitar o impacto negativo que essa extração desenfreada causa ao ambiente.

O camarão soldado é outro recurso marinho disponível e cujos estudos feitos pela MARFROF Cabo Verde, refere ao camarão soldado como um novo recurso para Cabo Verde e cuja captura anual nas ilhas da Boa Vista e Sal pode atingir as 138.8 toneladas. Essa poderá ser uma alternativa para os períodos de defeso em que os pescadores da Ilha pudessem usufruir de rendimentos importantes para as suas famílias.

6.6.3. Estrutura Setorial da Economia

Sendo a ilha mais oriental, a Boa Vista é extremamente vulnerável aos fenómenos naturais, particularmente às secas que vem atingindo há anos todo o arquipélago de Cabo Verde. Contudo, o setor agro-silvo-pastoril, apesar das suas fragilidades estruturais, tem desempenhado um papel de grande relevo para o país, permitindo a subsistência e a

formação de um grande número de famílias, cujo sustento e organização da vida familiar estão estreitamente associados à terra.

O Turismo continua sendo o motor do desenvolvimento da ilha e arrasta consigo os demais sectores com algum potencial de desenvolvimento local.

- Sector Agrícola

Não obstante as insuficiências, o setor agrícola constituiu um importante fator de desenvolvimento económico e social da Ilha da Boa Vista. Esta situação deverá continuar a acontecer na medida em que tem vindo a registar diversos investimentos na modernização da agricultura (irrigação gota-a-gota, novas tecnologias de produção, culturas protegidas e hidropónicas, capacitação profissional, transferência de conhecimentos aos agricultores, na diversificação e no escalonamento da produção) e, em especial, na mobilização e captação de água (construção de diques, perfurações, reservatórios, na melhoria da gestão dos recursos hídricos, nas energias renováveis, na bombagem de água, etc.), em articulação com outros setores económicos, particularmente o turismo, para que o setor agrícola possa responder, de forma satisfatória e sustentável, aos desafios e às novas oportunidades e paradigmas, em particular no domínio do agronegócio.

A Agricultura na ilha da Boa Vista é uma atividade que vem sendo desempenhada desde os primeiros tempos da descoberta da ilha e foi um setor baseado na agricultura de sequeiro, ligado diretamente à caída das chuvas. Muitas foram as famílias que conseguiram com este complemento das suas atividades, garantir o sustento e compensar outros gastos familiares.

As zonas agrícolas de sequeiro que fizeram história na Boa Vista e que alimentavam muitas famílias, para além das zonas agrícolas específicas de cada localidade, são a Ribeira do Rabil a maior bacia hidrográfica de Cabo Verde, o “Badjindje” agora com parte do terreno ocupado na construção do Aeroporto Aristides Pereira e na instalação agrícola da Benito Alvarez.

Os produtos resultantes desta atividade diziam respeito na maioria á produção da Batata, doce, do “bongolão”, da ervilha verde, da melancia, do melão, do milho, da fava verde, do feijão verde, da tâmara, do côco e que durante muitos longos anos alimentaram as famílias na Ilha da Boa Vista.

A Agricultura de alguns anos para cá, principalmente após o crescimento da atividade turística na ilha, tem sofrido muitas melhorias, passando por investimentos na modernização da agricultura através da irrigação gota-a-gota em João Galego, Povoação Velha, Benito Alvarez, Manel António e Rui Pinto, da proteção das culturas através de estufas em João Galego, Povoação Velha, Benito Alvarez, Manel António e Rui Pinto, através da hidroponia no Rabil por uma empresa portuguesa e a caminho de P. Velha por um Italiano, na capacitação dos agricultores através de colaborações

com o Ministério de Agricultura, através da transferência de conhecimentos aos agricultores com a colaboração de especialistas nacionais e brasileira, através da mobilização e captação de água (construção de diques na zona norte, perfurações na Zona norte e Povoação Velha, de reservatórios na Zona Norte e Povoação velha, através da melhoria da gestão dos recursos hídricos na Zona Norte e Povoação Velha, através da instalação de energias fotovoltaicas para a bombagem de água para a prática de agricultura.

Direcionado para este setor temos a questão relacionada com o **papel desta atividade no setor turístico** em que ainda não se conseguiu inserir-se no processo de comercialização de produtos agrícolas nas unidades hoteleiras da ilha, devido a não participação das organizações da sociedade civil, nomeadamente das Associações comunitárias, em fazerem com que os agricultores estejam organizados, preparados e sensibilizados para a prática de agricultura de uma forma diferente e em benefício da Boa Vista. Essas são poucas e a maioria não funciona. O **crescimento rápido do setor turístico e esse constrangimento por parte das Associações Comunitárias em não poderem dar resposta às exigências desse crescimento, têm trazido obstáculos enormes para sua entrada no mercado turístico.**

Com essa realidade os operadores/investidores estrangeiros viram uma oportunidade para instalarem-se na Ilha da Boa Vista, através de acordos elaborados com as unidades hoteleiras de grande porte, fornecendo-os todos os produtos agrícolas. Essas casas comerciais, no caso concreto a **Benito Alvarez**, para **além de comercializar, começou a produzir e comprar produtos por parte dos agricultores da zona Norte.** Estes, por não garantirem a continuidade dos fornecimentos, a Benito Alvarez procura sempre alternativas, porque não pode falhar com os clientes.

Segundo os dados do RGA (2015), na ilha da Boa Vista existe apenas uma empresa agrícola e, infelizmente, ainda não existe nenhuma associação de produtores agrícolas (ver gráfico a seguir).

Gráfico 11 - Explorações Agrícolas



Fonte: RGA, 2015, elaborado pela Plataforma Local de BV

- Pecuária

A pecuária sempre foi uma atividade económica importante para Cabo Verde. Este setor, juntamente com a pesca, tem permitido maior resiliência da população rural e reduzido a dinâmica do êxodo rural, além de constituir uma oportunidade de emprego e de rendimento para a população.

Em virtude do papel da Ilha da Boa Vista como porto de embarque e desembarque comercial de grande importância nos **sécs. XV e XVI**, a criação de gado tornou-se desde início uma necessidade imperiosa, quer para abastecimento dos inúmeros navios que ali aportavam, e que embarcavam quer animais vivos, quer carne salgada denominada de “Chacina”, quer também como mercadoria, em especial os cavalos, os burros, que eram exportados para a costa africana e para Portugal, para além de peles dos caprino que eram exportados para a Madeira e para a metrópole.

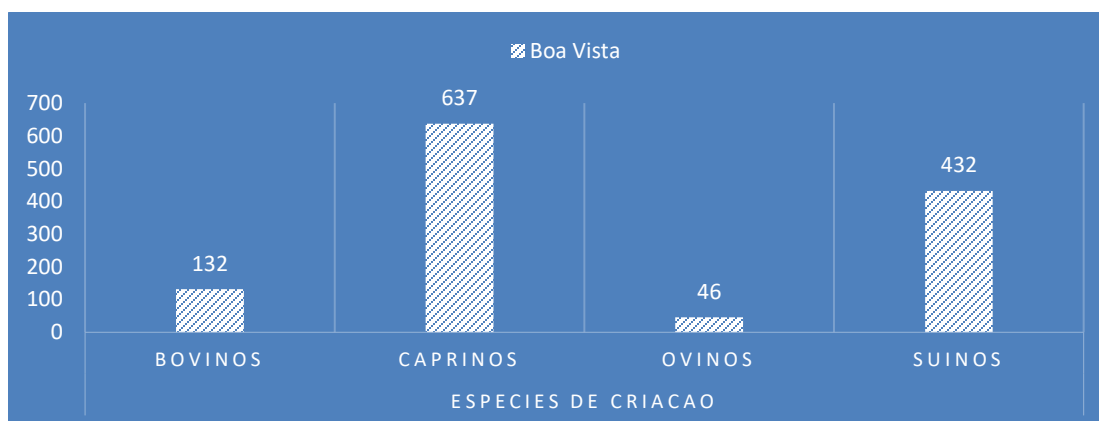
Se as terras de sequeiro na Ilha da Boa Vista punham grandes problemas de produção devido à falta de chuvas, a pecuária não se debatia com dificuldades tão incontornáveis, uma vez que o gado era lançado nas ilhas, mesmo as desertas, num sistema extensivo de criação e procurava alimento onde o houvesse, em especial as cabras, capazes de chegar às ervas mais inacessíveis. Para além das cabras e dos cavalos, também algum gado vacum e ovino, bem como asinino marcou sempre presença na ilha da Boa Vista, sob a vigilância de escravos e assalariados do respetivo proprietário. “Chacina”, leite, queijo, sebo, são os subprodutos com que a pecuária contribuiu para a economia cabo-verdiana.

A pecuária é caracterizada pela exploração familiar e constitui um complemento importante para o rendimento dos agregados familiares.

Não há produção forrageira na Ilha da Boa Vista, salvo uma experiência feita pela Associação Varandinha de Povoação Velha com a sementeira do Sorgo e replicado em João Galego no Centro Piloto da Delegação do MAA e que poderá ser a solução nos próximos anos, para a alimentação dos animais.

Com a falta das chuvas desde 2015 os criadores da Ilha da Boa Vista têm passado dificuldades enormes, a acrescentar o problema da dizimação dos caprinos por cães vadios e por roubos. Na ilha da Boa Vista, contrariamente ao cenário a nível nacional, cria-se mais cabras do que porcos, manifestando-se, assim, uma das forças a nível pecuária da ilha e uma das referências nacional.

Gráficos 12 - Efetivo Pecuário



Fonte: RGA, 2015, elaborado pela Plataforma Local de BV

No domínio da pecuária, merece particular destaque a criação caprina. **A cabra é tão emblemática na Boa Vista** que empresta a popular designação “cabrer” aos seus autóctones.

De acordo com os dados do V Recenseamento Geral da Agricultura (MAA, 2015), estimava-se que em 2014 na ilha da Boa Vista registava-se um total de 9.149 cabeças de gado caprino. Atualmente, muito devido à proliferação de cães vadios e aos efeitos da seca que tem fustigado a ilha desde 2016, a criação caprina passou a ser essencialmente semi-intensiva, e acredita-se que esses números reduziram drasticamente para cerca de 2.000 cabeças.

Quadro 3.2: Repartição do efetivo de ruminantes e suínos segundo espécie por concelho, Recenseamento Geral da Agricultura 2015. Principais resultados definitivos - Dezembro de 2018

Concelho	Espécie							
	Bovina		Caprina		Ovina		Suína	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Ribeira Grande	589	2	4773	4,4	470	3,7	1862	2,8
Paúl	325	1,1	1223	1,1	22	0,2	1077	1,6
Porto Novo	868	2,9	16752	15,6	147	1,2	2519	3,8
São Vicente	337	1,1	4595	4,3	287	2,3	3931	5,9
Ribeira Brava	587	2	3472	3,2	698	5,5	1311	2
Tarrafal de São Nicolau	237	0,8	910	0,8	536	4,2	946	1,4
Sal	155	0,5	869	0,8	251	2	1625	2,4
Boa Vista	504	1,7	9149	8,5	682	5,4	1251	1,9
Maio	1910	6,5	9155	8,5	120	1	1972	3
Tarrafal	2309	7,8	3210	3	1879	14,9	4934	7,4
Santa Catarina	4392	14,9	6901	6,4	1203	9,5	9319	13,9
Santa Cruz	2707	9,2	4745	4,4	1325	10,5	6896	10,3
Praia	1391	4,7	5077	4,7	1323	10,5	7886	11,8
São Domingos	2958	10	4179	3,9	1212	9,6	4038	6
Calheta de São Miguel	1931	6,5	3168	2,9	661	5,2	4028	6
São Salvador do Mundo	1404	4,7	1412	1,3	201	1,6	2554	3,8
S. Lourenço dos Órgãos	1194	4	1461	1,4	219	1,7	2015	3
Ribeira Grande de Santiago	1589	5,4	4030	3,7	1100	8,7	3304	4,9
Mosteiros	972	3,3	2237	2,1	27	0,2	940	1,4
São Filipe	1576	5,3	13864	12,9	168	1,3	3439	5,1
Santa Catarina do Fogo	956	3,2	4509	4,2	68	0,5	672	1
Brava	667	2,3	1841	1,7	21	0,2	289	0,4
Cabo Verde	29558	100	107532	100	12620	100	66808	100

FONTE: INE (Estatísticas da Agricultura 2004 a 2017, com base em dados do MAA/DGPOG/DSEGI)

A criação caprina é das atividades económicas mais antigas da Boa Vista, e dela provém o sustento de inúmeras famílias, através da produção e comercialização de carne, leite e, sobretudo, do **queijo de cabra**, produto típico cuja forma de fabrico tradicional tem sido preservada até os dias de hoje. Trata-se da especialidade gastronómica que mais e melhor identifica o boa-vistense. Além disso, a sua importância económica é enorme e percorre todos os momentos da história da nossa ilha.

Não obstante, constata-se que **a conexão dessa cadeia produtiva com o mercado turístico-hoteleiro – em franco crescimento na ilha desde há cerca de uma década e meia – ainda é incipiente, em parte devido às deficiências no que toca aos procedimentos de segurança sanitária, mas também à falta de capacidade empreendedora e visão empresarial dos operadores do setor.** É, portanto, prioritário reverter esse cenário, desenvolvendo ações concretas que contribuam para a melhoria dos processos de produção.

Para desempenhar essa missão, foi criada, em Maio de 2018, o Agrupamento Competitivo do Queijo de Cabra da Boa Vista (ACQB), associação tem por objeto “a representação legal, defesa, gestão, estudo e a promoção dos interesses

socioeconómicos dos setores da caprino cultura, do leite de cabra e dos laticínios, particularmente o queijo de cabra, de modo a contribuir para a valorização e desenvolvimento sustentável das atividades económicas associadas”.

O ACQB foi criado na sequência do projeto piloto denominado “Fortalecer o fornecimento sustentável da cadeia de valor do Queijo de Cabra e fomentar relações comerciais com a indústria do turismo em Cabo Verde”, que foi promovido pelo Governo de Cabo Verde, através do Ministério da Indústria, Comércio e Energia (MICE) e do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), através do qual se aplicou a abordagem de desenvolvimento do Agrupamento Competitivo da ONUDI na cadeia de valor do queijo de cabra nas ilhas da Boa Vista e Fogo, para fomentar relações comerciais desse setor com o do turismo.

Espera-se que este projeto, que contou com o apoio técnico da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e financiamento da União Europeia (UE), facilite o desenvolvimento de uma série de atividades de colaboração no âmbito dos dois agrupamentos competitivos para promover uma nova dinâmica nos processos de produção e distribuição da cadeia de valor queijo de cabra das duas ilhas, aumentando assim a eficiência coletiva e produtividade dos operadores económicos.

No quadro das suas competências, o ACQB tem vindo a desenvolver, juntamente com a Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente da ilha, a Câmara Municipal da Boa Vista e outros parceiros, um programa de formações que ambiciona reforçar a capacidade empreendedora e as competências técnicas e de gestão dos caprino cultores e produtores de queijo, e, conseqüentemente, melhorar os processos de produção do leite e queijo na ilha.

A Agenda de Formação do ACQB procura responder às necessidades formativas mais prementes desse público, pois, a capacitação profissional é um recurso determinante na construção da competitividade, do crescimento e da consolidação do tecido empresarial no setor pecuário da ilha e do país.

A par da formação, o ACQB estabeleceu como projetos prioritários a criação, a curto prazo, de pelo menos duas unidades de produção de queijo (queijarias) na ilha – num modelo de gestão na qual se prevê que os criadores possam produzir os próprios queijos mas também sejam fornecedores de leite –, e o desenvolvimento de projeto autossustentável de produção de pastagens e forragens, de modo a apoiar os criadores a terem melhores condições de alimentação dos seus efetivos, mas principalmente a dependerem cada vez menos das precipitações.

- Pesca

A pesca sempre foi uma atividade económica importante para Cabo Verde. Este setor, juntamente com a agropecuária, tem permitido maior resiliência da população rural e reduzido a dinâmica do êxodo rural, além de constituir uma oportunidade de emprego e de rendimento para a população.

A pesca no país divide-se em artesanal, que é realizada com embarcações denominadas “embarcações de boca aberta” e direcionada para a pesca costeira e a pesca semi-industrial e industrial, que é feita com embarcações maiores, motores geralmente internos e maior autonomia.

O setor das pescas na Ilha da Boa Vista caracteriza-se na sua maioria pela prática da pesca artesanal com recurso a botes de 4 a 6.5 metros de boca aberta em madeira ou fibra e utilizando como meio de propulsão motores fora de borda.

A ilha detém uma enorme plataforma pesqueira, pois conjuntamente com as ilhas do Sal e Maio integra a maior extensão de plataforma do País.

Apesar de se verificar períodos de difícil captura devido às condições do mar, os produtos da pesca contribuem de forma significativa para a segurança alimentar das populações, verificando-se ainda a comercialização do pescado local em outras ilhas do País.

Não existe na ilha nenhuma unidade de transformação do pescado. A maior parte dos produtos da pesca são consumidos localmente pela população residente, hotéis e restaurantes, e uma boa parte encaminhada para as outras ilhas, principalmente Santiago e Sal.

Em 2016 Boa Vista possuía **140 botes e 318 pescadores**. A maior parte dos botes e pescadores são oriundos de Santiago (Praia Baixo, Calheta, etc). Esta situação, de se ter menos pescadores da Ilha da Boa Vista veio a acontecer devido ao encerramento da fábrica Ultra que recebia todo o peixe dos pescadores para sua transformação (enlatamento), pela não existência de uma unidade de frio que permitisse aos pescadores conservarem o excedente do pescado, pela não existência de alternativas para a manutenção dos botes e dos motores in loco e pelo crescimento do turismo que levou as famílias dos pescadores a procurarem outra alternativa que garantisse o sustento familiar, pois a pesca já não dava essa garantia.

Tabela 8 - Efetivo da Comunidade de Pesca, Botes e Pescadores 2019

Rubricas	Cabo Verde	BV
Comunidades		4
Botes	1588	81
Botes com Motor		79
Botes sem Motor		3
Pescadores	5078	211

Fonte: AVARPV, 2019, elaborado pela Plataforma Local de BV

- Indústria/ Setor Empresarial e Comercial

As empresas no setor da Indústria na Ilha da Boa Vista praticamente não têm expressão relevante. Existem pequenas unidades de fabricação de mobiliário, sendo 1 (uma) no Rabil, 1 (uma) em João Galego e 4 (quatro) na cidade de Sal Rei.

Existem 2 (duas) indústrias de Produtos metálicos, na maioria de propriedade Chinesa na lha, não incluindo máquinas e equipamentos e ferramentas.

Existe 1 (uma) indústria de impressão e reprodução de suportes gravados.

É de se referir ao Projeto Tambra, um projeto suportado pelo Projeto Tartaruga Boa Vista e financiado pela MAVA Suíça, e em cujo a atividade principal é a produção de sabão ecológico. Esta produção é feita na localidade de João Galego, proporcionando uma melhoria das condições de vida das mulheres das comunidades de João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeças dos Tarafes.

Também a EMICELA, uma empresa criada para abastecer produtos aos hotéis na Ilha da Boa Vista, principalmente Riu Touareg e Riu Karamboa, produz café e gelados, duas unidades criadas não só para o fornecimento de café e gelados aos referidos hotéis, mas também a outros clientes do mercado local.

Globalmente a atividade comercial na Boavista é desenvolvida por um conjunto de entidades e empresas, conforme a informação de licenciamento comercial recolhida junto da CMBV, que de uma forma e de outra contribuem para a dinâmica do crescimento económico da Ilha, a saber.

MERCEARIA- VENDA MISTA	RESTAURANTE/BARES DISCOTECAS	SUPER-MINI MERCADOS	BOUTIQUE	CABELEIREIRO E BARBEARIA	ARTESANATO
132	114	13	26	13	24

Fonte: CMBV, 2021, elaborado pela Plataforma Local de BV

- Turismo

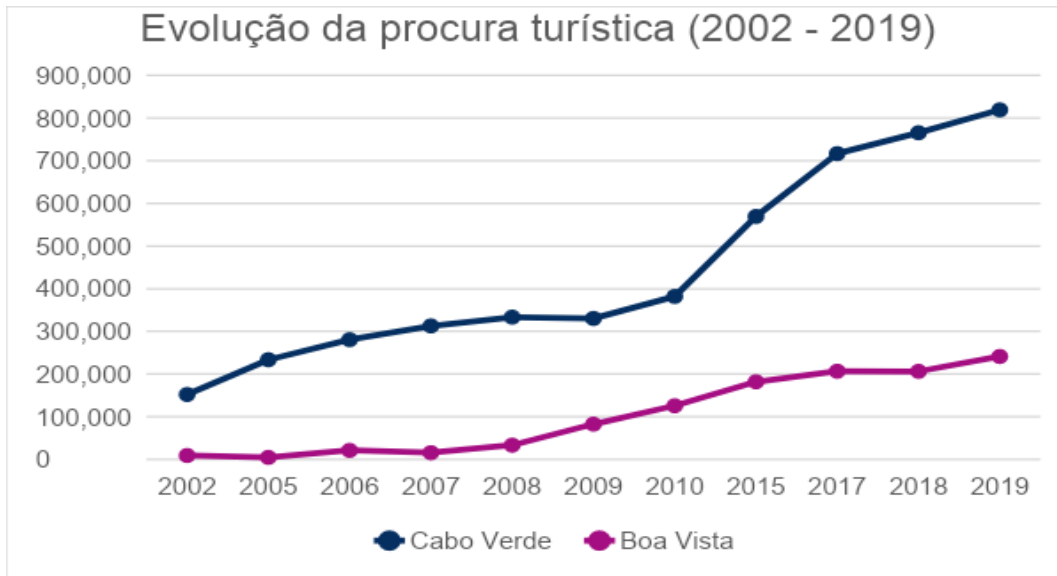
A aposta no desenvolvimento turístico da Boa Vista foi, até cerca de duas décadas atrás, ténue. O primeiro grande investimento hoteleiro efetuado na ilha foi o hotel Marine Club Beach Resort, que em 1997 abriu as portas com um total de 110 quartos e moradias, e foi edificado a dois quilómetros na direção norte da cidade de Sal-Rei. Mas é a partir do ano de 2005, com a inauguração do Ventaclub na praia de Chaves, desta feita na direção sul e a cerca de cinco quilómetros de Sal-Rei, que começam a nascer as unidades de maiores dimensões. Este tinha 300 quartos, foi renovado em 2010, passando a denominar-se Royal Decameron Boa Vista.

A acessibilidade externa era tida como o desafio-mor para a expansão do turismo na ilha, e partir de meados do ano 2000, a ilha da Boa Vista passou a assumir maior protagonismo no panorama turístico nacional, com a transformação do seu aeródromo em aeroporto internacional e a subsequente construção de algumas unidades hoteleiras de grande dimensão.

Paralelamente, o Governo de Cabo Verde criou a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio (SDTIBM)¹³, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo o seu capital social detido pelo Estado (51%) e pelos Municípios da Boa Vista (35%) e do Maio (14%). Com sede na Boa Vista, a sua função é, fundamentalmente, diligenciar pelo planeamento físico, a gestão e administração das Zonas Turísticas Especiais¹⁸ (Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral - ZDTI e Zonas de Reserva e Proteção Turística - ZRPT) das referidas ilhas, com vista a proporcioná-las ao investimento turístico.

De 2002 a 2019, a procura turística para a ilha da Boa Vista cresceu aproximadamente 2.573% (9.023 para 241.188), registando crescimento positivo todos os anos, à exceção dos anos 2003 (-12,2%), 2004 (-51,4%), 2007 (-25,93%), 2014 (-15,1%) e 2018 (-0,2%). Por outro lado, 2006, 2008 e 2009 foram os anos em que se atingiu o pico, com taxas de crescimento de 357,6%, 113,3% e 148,9% respetivamente, face aos anos anteriores.

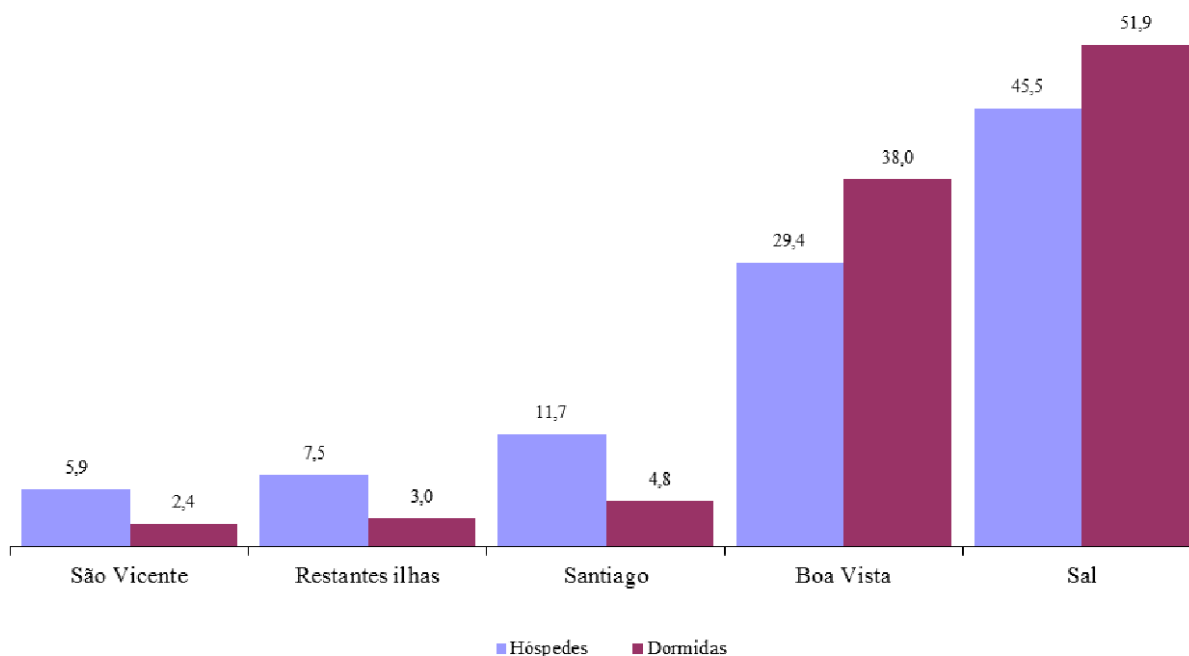
¹³ Decreto-Lei nº 36/2005, de 6 de junho.



Fonte: INE - Estatísticas do Turismo: Movimentação dos hóspedes 2002 a 2019

De acordo com o INE, em 2019 a ilha da **Boa Vista** foi a **segunda ilha mais procurada pelos turistas**, representando **cerca de 29,4% das entradas nos estabelecimentos hoteleiros**, superada apenas pela do Sal que registou 45,5%.

Gráficos 13 - Hóspedes e Dormidas (%) segundo Ilhas, 2019



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo: Movimentação dos hóspedes 2019

A procura turística boa-vistense e cabo-verdiana é concentrada na Europa Ocidental. Até 2001 a maioria dos turistas que visitaram o país era de origem Portuguesa (E.S. Ferreira, *apud* Morais, 2016). Mas os dados do INE (2013)¹⁴ revelaram que a partir daí, e até 2007, essa posição passou a ser assumida pelos italianos, que a par de Portugal e Alemanha representaram respetivamente, em média, 38,2%, 20,3% e 11,0% do total das dormidas. Entretanto, de 2007 a 2012 os principais mercados emissores passaram a ser o Reino Unido (25,6%), Itália (14,4%), Alemanha (14,1%) e Portugal (12,9%) (*ibid.*). Atualmente o Reino Unido continua a ser o principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde (com 24% do total das entradas em 2019), seguido pela Alemanha (11,3%), França (10,4%) e Países Baixos e Portugal (ambas com 9,8%). Os residentes em Cabo Verde representam apenas 7% dos hóspedes (INE, 2020).

Relativamente às dormidas, as ilhas do Sal e Boa Vista também foram as preferidas dos turistas, que na maioria optou pelos hotéis como meio de alojamento. No que se refere ao país de origem, o Reino Unido também permanece no primeiro lugar com 31,6% do total, seguido de Alemanha com 12,2%, Países Baixos com 10,5%, Portugal e França, com 8,1%, e 7,9% respetivamente.

¹⁴ INE (2013) Estatístico do turismo 2002-2012. Praia: INE.

No ano em apreço, em média, a taxa de ocupação-cama – indicador, que permite avaliar a capacidade média hoteleira utilizada –, a nível geral, foi de 55%, igual à registada em 2018 (55%). As ilhas da Boa Vista e do Sal tiveram as maiores taxas de ocupação – cama com 78% e 62%, respetivamente.

Atualmente os alojamentos hoteleiros em funcionamento são os demonstrados no quadro a seguir:

Nome	Tipologia	Categoria	Nº Quartos	Nº Camas
Marine Club Resot	Hotel	4*	105	280
Estoril Beach	Hotel	3*	20	36
Cá Nicola	Hotel	3*	15	30
Riu Karamboa	Hotel	5*	750	1575
Riu Touareg	Hotel	4 *	881	1762
Riu Palace	Hotel	5*	505	1010
Parque das Dunas	Hotel		30	65
Iberostar	Hotel	5*	276	610
New Horizon (ex Decameron)	Hotel	4*	300	596
Hotel Ouril	Hotel	3*	31	62
Dunas Hotel	Hotel	-	20	40
Spinguera Ecolodge	Hotel	3*	12	26

Fonte: SDTIBM, 2020

Ao nível municipal estão licenciados Residenciais e pensões, na sua maioria situadas na Cidade de Sal Rei:

NOME DO ESTABELECIMENTO	TIPO
ALCIDIO OLIVEIRA NEVES	RESIDENCIAL
KANGOROO GROUP	PENSÕES
MAGIG TOURS	PENSÕES
MARCELINO TELMO EVORA	PENSÕES
MARIA DO CEU LIMA NEVES	PENSÕES

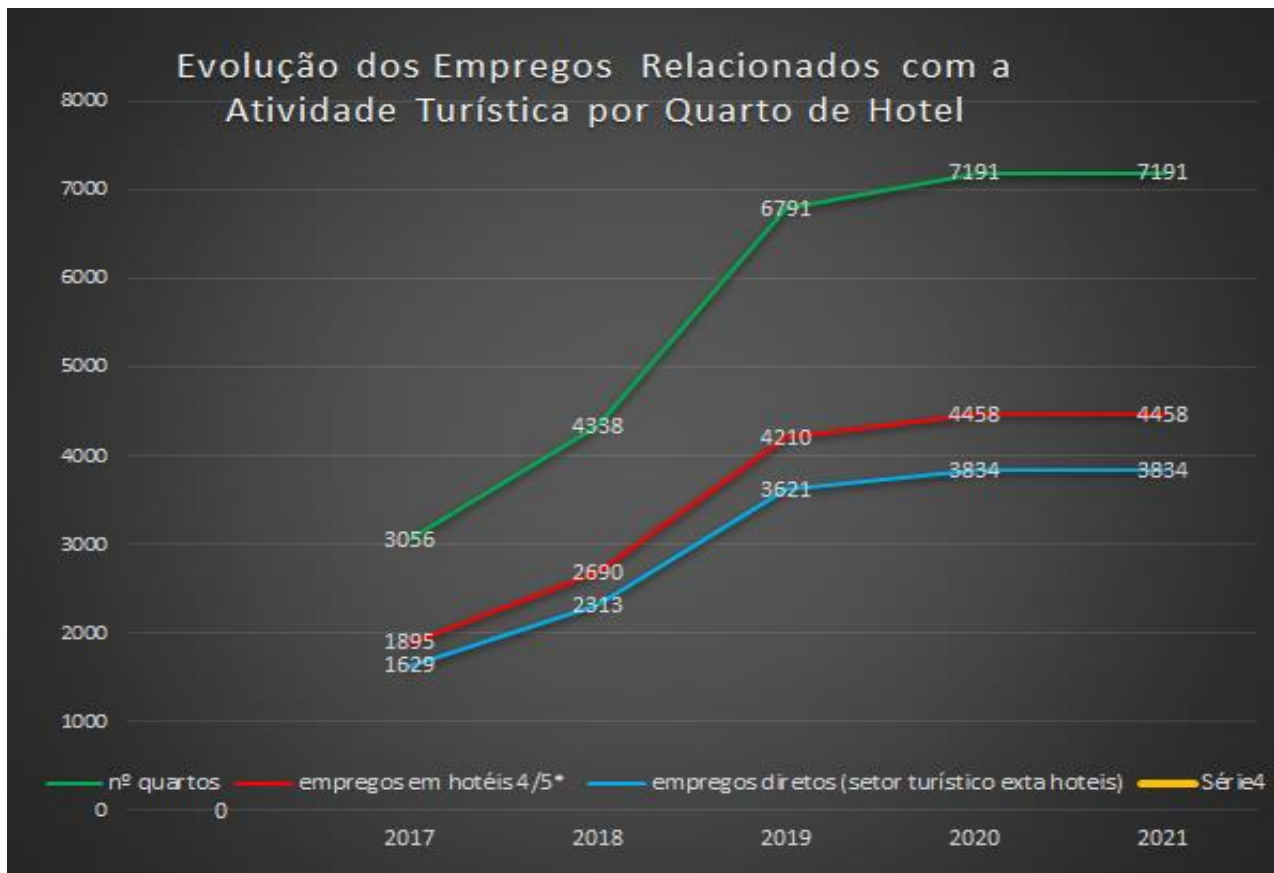
MIRANDOLINA LOPES LIMA EVORA	PENSÕES
MOYA MOYA TURISMO E HAB	PENSÕES
SPINGUERA, SOC UNIP	ALDEAMENTO
B & B SEREIA	PENSÕES
TERRA CRIOLA	PENSÕES
SONIA GESTE	PENSÕES

Fonte: CMBV,2021

O mercado turístico-hoteleiro da ilha tem sido em franco crescimento nos últimos anos, e tudo indica que assim continuará nos próximos anos. De acordo com os dados e projeções da SDTIBM, a juntar aos estabelecimentos hoteleiros existentes, a ilha da Boa Vista terá nos próximos anos mais quatro grandes empreendimentos turísticos, facto que contribuirá para duplicar a capacidade hoteleira nos próximos anos e criar entre cinco e seis mil novos empregos.

Os empreendimentos turísticos em curso e projetados nas ZDTIs da Boa Vista, até 2021, apontam para um aumento do número de quartos disponíveis no subsector de alojamento, dos 3.056 em 2017, para 7.191, isto é, 4.135 novos quartos, o que representa um crescimento em cerca 154%. Isto significa que, na fase de exploração, os novos empreendimentos hoteleiros irão gerar cerca de 4.458 novos empregos nos hotéis e 3.834 empregos em atividades conexas à hotelaria (setor dos transportes, construção, restaurantes, bares, comércio a retalho, etc.), o que perfaz um total de 8.292 novos empregos acumulados no período em análise (2016 a 2021).

Gráficos 14 - Projeções da evolução de Empregos por Quarto na Boa Vista entre 2016 a 2021



Fonte: Próprias, com base em dados da SDTIBM

Aos referidos empreendimentos, dever-se-á juntar os hotéis de menor porte a serem desenvolvidos na cidade de Sal Rei e, provavelmente, ao longo da ilha.

Este aumento da oferta de empregos, induzido pelas novas unidades hoteleiras durante as fases construção e exploração, dá corpo às projeções demográficas do INE, que apontam para um aumento da população da ilha da Boa Vista em 230% até 2030, que, dos 9.208 habitantes em 2010, passará a ter uma população de aproximadamente 30.377 habitantes.

6.7 RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE E RISCOS

- Hidrografia

Na ilha existem duas bacias hidrográficas principais que ocupam um total de 51% da área da ilha, a Ribeira do Rabil, que drena grande parte da área plana ocidental (198km²) e as Ribeiras do Calhau (115km²), para onde convergem as Ribeiras de Renca e do Norte, que juntas drenam grande parte da orla oriental. As linhas de água são pouco expressivas, na maioria dos casos segue, o nível de aplanção sem definir declives acentuados, a excetuar na parte setentrional que escavam nas formações calcárias, pequenos vales em “canhão”. O escoamento dos cursos de água é esporádico, verificando-se apenas quando ocorre as chuvas. Aridez predomina na ilha da Boa Vista, a fazer com que haja Ribeiras de águas correntes constantemente, somente algumas Ribeiras aquando das raras precipitações que caem na ilha.

A rede hidrográfica é seca, somente conduz água, mesmo as ribeiras principais, quando chove, por vezes sobrevindas enxurradas que causam avultados danos nos diques e açudes implantados para a contenção dos caudais e nas culturas.

- Geografia

A ilha da Boa Vista, a mais oriental das ilhas de Cabo Verde, distancia-se cerca de 500 km da costa africana, é a terceira ilha do arquipélago em dimensão, com uma superfície de 620 km².

A pluviosidade é normalmente muito escassa, entre 75 mm e pouco mais de 120 mm. As temperaturas médias anuais são de 24 a 25 °C. Os ventos sopram com relativa intensidade durante todo o ano, sofrendo uma ligeira diminuição durante o Verão. A umidade relativa média desce raramente abaixo de 60% e situa-se na maior parte do tempo entre os 70 e os 90% nas terras baixas, limitando-se o sistema montanhoso a pequenas colinas, sendo o ponto mais alto o Monte Estância com 387 metros de altitude. As dunas podem atingir vários metros de altura e, pelo seu elevado valor paisagístico e ecológico, desempenham uma função primordial na proteção e conservação da costa com um importante papel contra a erosão das praias, funcionando como reserva de areia para a proteção destas.

A parte oriental da ilha é caracterizada por uma grande concentração de recursos naturais, como pontos de nidificação tartarugas marinhas, colónias de aves marinhas, campos de dunas, zonas húmidas e sua fauna, colónias de corais, espécies s de peixes, ninhos de espécies de aves e flora, confere à ilha um enorme valor ecológico.

Os ventos alísios que sopram do Nordeste criam um corredor de areia que atravessa praticamente toda a zona Oeste o que predominam, nesta zona e no sudoeste da ilha, terras baixas e extensos areais.

A parte Oeste da ilha está vocacionada para turismo convencional e, a Leste, para os valores ambientais.

- Flora

A faixa litorânea da Ilha da Boa Vista caracteriza-se por uma longa faixa contínua de areia branca da qual, tem vindo a fixar-se uma maior concentração do fluxo turístico à procura de espaços para construção, dada à sua importância não só ecológica, como social e urbanística. Tendo em conta que se trata de locais de equilíbrio ecológico extremamente frágil é de realçar as precauções necessárias na implementação de obras que podem trazer alguns prejuízos para o ambiente.

A vegetação potencial é dominada por uma estepe árida, com predomínio de espécies anuais e pseudo anuais, salpicado de subarbustos de *Launea melanostigma*, interrompidas por afloramentos rochosos e pelas linhas de água onde aparecem espécies arbóreas (*Acácia albida*, *Phoenix dactylifera*, *Ficus sycomorus*,) e arborescentes *Tamarix senegalensis*. As percentagens das diversas formas vegetais seguem na Tabela 6 abaixo, conforme as categorias de *Raunkjaer*.

Tabela 6 – Formas Vegetais da ilha da Boa Vista.

FORMAS BIOLÓGICAS	PORCENTAGEM (%)
Terófitos	56
Hemicriptófitos	8
Geófitos de bolbos	1,5
Geófitos de rizomas	2,5
Caméfitos	20
Esandentes	2
Nanofanerófitos	5
Microfanerófitos	5

Fonte: PDM, 2006.

A Carta de Zonagem Agro-Ecológica e de Vegetação da ilha da Boa Vista classifica a ilha como único andar árido em que se destaca as seguintes comunidades vegetais: comunidades das praias, comunidades das dunas moveis e coberturas de areias eólicas, comunidades das baixas salgadas litorâneas, comunidades das baixas ribeirinhas e comunidades da zona muito árida.

As comunidades vegetais mais junto da praia são pouco definidas e dispersas, dominando as seguintes espécies:

- *Zygophyllum waterlotii*
- *Frankenia ericifolia*

- *Sporobolus spicatus*

Face grande extensão do perfil dunar, existem várias cristas de dunas paralelas à linha de costa, encontra-se as seguintes espécies:

- *Frankenia ericifolia*
- *Zygophyllum waterlotii*
- *Sporobolus spicatus*
- *Tamarix senegalensis*

A vegetação das dunas das zonas litorais da costa oriental destaca-se pela presença de:

- *Ipomoea pes-caprae* ssp. *Brasiliensis*
- *Tamarix senegalensis*
- *Lotus brunneri*
- *Zygophyllum waterlotii*
- *Zygophyllum fontanesii*

As dunas das zonas litorais expostas a norte e sul caracterizam-se pela presença de espécies como:

- *Zygophyllum fontanesii*
- *Zygophyllum waterlotii*
- *Tamarix senegalensis*
- *Phoenix dactylifera*
- *Frankenia ericifolia* ssp. *caboverdeana*

- Fauna

A representação faunística da ilha da Boa Vista é diversificada quer seja nos ecossistemas costeiros, quer seja no meio marinho. A fauna terrestre é constituída principalmente por artrópodes representados pelos insetos e aracnídeos, aves, répteis, anfíbios e mamíferos (EROT-BV, 2014).

Também, existem na ilha da Boavista os mamíferos domesticados como os bovinos, caprinos, suínos, asininos e muares, introduzidos desde o início do povoamento da ilha.

No que tange a avifauna encontra-se:

- *Charadrius alexandrinus*
- *Himantopus himantopus*
- *Arenaria interpres*
- *Pluvialis squatarola*

- *Tringa nebularia*
- *Ardea cinérea*
- *Egretta garzetta*
- *Platalea leucorodia*
- *Pandion haliaetus*
- *Fregata magnificens*
- *Calonectris edwardsii*
- *Sula leucogaster*
- *Phaethon aethereus*
- *Pelagodroma marina*
- *Oceanodroma castro*
- *Ammomanes cincturus*
- *Cursorius cursor*
- *Corvus ruficollis*
- *Falco tinnunculus*
- *Passer hispaniolensis*
- *Passer iagoensis*

A fauna marinha da ilha da Boa Vista é muito expressiva e com caso de algum endemismo. Dos invertebrados marinhos realça as esponjas, medusas, poliquetos, moluscos, equinodermos, crustáceos e corais. Os corais destacam-se pelo seu elevado grau de endemismo e importância ecológica e económica, especificamente no ilhéu de Sal Rei e na baía das Gatas.

No grupo dos crustáceos, destacam-se as lagostas, pela sua grande importância económica. Existem três espécies de lagostas na ilha, sendo:

- *Panulinus regius*
- *Panulirus echinatus*
- *Scyllarides latus*

Palinurus charlestoni espécie endémica de Cabo Verde. Por serem indivíduos de crescimento lento, hábitos sedentários e maturação tardia, são altamente sensíveis à pesca intensiva, por isso estão em perigo de extinção (EROT-BV, 2014).

Ressalta também, o camarão *Plesionika edwardsii* nas águas profundas, entre 150 e 300 metros, da ilha da Boa Vista (EROT-BV, 2014)

A diversidade das espécies de cetáceos nas ilhas de Cabo Verde é comparável à de outros arquipélagos da região da Macaronesia. Mesmo com a incipiência de investigação científica sobre a ocorrência e distribuição de baleias e

golfinhos em Cabo Verde, até agora foram descritas até 24 espécies nas águas deste arquipélago (5 baleias de baleia e 19 baleias dentadas). Os atuais registros provém de avistamentos oportunistas no mar e a descoberta de espécimes em terra (<http://www.bioscaboverde.com/conservation-cetaceans.php> acesso em 15.12.2017).

Quanto aos quelônios, há cinco espécies de tartarugas marinhas procuram os mares de Cabo Verde para completarem o seu ciclo de vida, sendo:

- *Chelonia mydas*
- *Eretmochelys imbricata*
- *Lepidochelys olivácea*

No entanto, somente duas espécies nidificam nas praias da Boa Vista:

- *Caretta caretta*
- *Dermochelys coriacea*

As pressões antrópicas: a caça ilegal de espécies protegidas, principalmente as tartarugas marinhas e aves marinhas, sobre pesca, destruição, fragmentação e degradação de seus habitats naturais, ocupação desordenada da orla costeira (turismo), poluição e veículos de motor que também circulam nas areias das praias, põem em risco iminente as espécies da fauna boavistense.

As ações de conservação para mitigar as ameaças sobre estas espécies, muito provavelmente poderão melhorar as perspectivas de proteção de outras espécies, assim como também dos ecossistemas que as sustentam. Na Boa Vista, após mais de 15 anos de pesquisa e monitorização ambiental já foram identificadas as espécies em risco crítico (Tabela 9). Estas espécies, além de seu valor ecológico, possuem um enorme atrativo e potencial ecoturístico, argumento que contribui para justificar a proteção das mesmas e a conservação de seus habitats mais importantes (Resolução 37/2016 de 17 de Março).

Tabela 9 - Características das Espécies a Proteger

ESPÉCIES	PERÍODO CRÍTICO	HABITAT CRÍTICO	ZONAS DA BOAVISTA
Tartaruga-comum (<i>Caretta caretta</i>)	Julho-Janeiro	Praias (desova)	Praias de areia branca, sobretudo nas zonas leste, norte e sul da ilha.
Tartaruga verde (<i>Chelonia mydas</i>)	Todo o ano	Baías e enseadas pouco profundas (zonas de alimentação dos indivíduos juvenis destas espécies) Praias (desova, foi registado o primeiro ninho confirmado após a eclosão dos ovos).	Baía de Sal-Rei, Derrubado, Ponta de Roque, Baía das Gatas, Morro de Areia, Praias de areia branca.
Tartaruga casco levantado (<i>Eretmochelys imbricata</i>)	Todo o ano	Baías e enseadas pouco profundas (zonas de alimentação dos indivíduos juvenis destas espécies).	Baía de Sal-Rei, Derrubado, Ponta de Roque, Baía das Gatas, Morro de Areia.
Aves marinhas (<i>Pelagodroma marina</i> , <i>Oceanodroma castro</i> , <i>Calonectris edwardsii</i> , <i>Sula leucogaster</i> , <i>Fregata magnificens</i> , <i>Phaethon aethereus</i>)	Dezembro-Maio (<i>Pelagodroma marina</i> e <i>Fregata magnificens</i>) Junho-Outubro (<i>Calonectris edwardsii</i>) Todo o ano (<i>Sula leucogaster</i> e <i>Phaethon aethereus</i>)	Ilhéus Falésias costeiras (zonas de reprodução).	Pássaros Baluarte Curral Velho, Ponta de Roque, Ponta Rincão Ponta do Sol, Varandinha, Morro Negro
Guincho (<i>Pandion haliaetus</i>)	Dezembro- Abril	Zonas costeiras Montanhas do interior (zonas de reprodução)	Varandinha, Morro de Areia Pico, Estância Abrolhal-Monte Preto, Calhau, Pico Sto. António
Baleia-de-Bossa (<i>Megaptera novaeangliae</i>)	Fevereiro-Maio	Baías (zonas de acasalamento e de cuidado das crias)	Costa Oeste da Boa Vista: Ponta do Sol, Santa Mónica (Baía de Sal-Rei)
Corais	Todo o ano	Baías e enseadas	Baía de Sal-Rei e Baía das G

Fonte: Resolução 37/2016 de 17 de Março

- Áreas Protegidas da Boa Vista

A ilha da Boa Vista contém 14 das 47 áreas protegidas do País, entre elas 1 (um) Parque Nacional, 7 (sete) são Reservas Naturais, 4 (quatro) Monumentos Naturais e 2 (duas) Paisagens Protegida. Sendo áreas terrestres como marítima, sobretudo a leste da ilha, em que, algumas destas áreas protegidas se sobrepõem a zonas de desenvolvimento turístico.

i. Reserva Natural Integral Ilhéu Dos Pássaros

A Reserva Natural Integral Ilhéu dos Pássaros possui uma superfície de 0,68 hectares com um perímetro de 300 metros cujo objetivo principal proteger as aves migratórias que procuram o ilhéu para nidificarem.

Situada a Nordeste da Ilha da Boavista, em frente a Baía das Gatas e a pouca altitude sobre nível do mar, possui uma Zona Periférica de Proteção Marinha com a finalidade de controlar os possíveis efeitos sobre os valores naturais da reserva, como zona de nidificação de aves marinhas, que inclui uma franja de 300 metros em todo o perímetro do ilhéu.

ii. Reserva Natural Integral Ilhéu do Baluarte

A presença e nidificação das aves fragata e alcatraz são as principais razões que levaram a constituição da Reserva Natural Integral do Ilhéu de Baluarte, cuja área cobre uma superfície de 765 hectares e um perímetro de 1982 metros, possui também uma Zona Periférica de Proteção Marinha que abrange uma área marinha de 300 metros em todo o seu perímetro, com a finalidade de controlar os possíveis efeitos sobre os valores naturais da reserva.

Este espaço natural situa-se no Nordeste da ilha, em frente à Ponta do Rife. É um ilhéu alargado em direção Este-Oeste com baixa altitude sobre o nível do mar, menos de 5 metros, e sem usos e/ou impactes, pelo menos não relacionados com a captura de aves.

iii. Reserva Natural Integral Ilhéu de Curral Velho

O Ilhéu de Curral Velho constitui um sítio de reprodução para aves marinhas ameaçadas de extinção, tais como o Rabil, a Fragata (*Fregata magnificens*) e o alcatraz (*Sula leucogaster*), e a zona costeira compreendida entre a praia e o ilhéu constitui um habitat para peixes, crustáceos e moluscos, justificando assim a sua declaração como reserva natural.

Situa-se a Sul da Ilha da Boavista, em frente a praia de Curral Velho, a Nordeste da Ponta Pesqueiro Grande. Este ilhéu tem baixa altitude sobre nível do mar, menos de 5 metros e possui a particularidade de ser composto sobretudo por material calcário, apresentando sinais de erosão marinha e características morfológicas litorais como espaços ocos e cavidades naturais denominadas “*taffoni*”. A sua superfície é de 0,51 metros quadrados e um perímetro de 422 metros. Possui ainda uma Zona Periférica de Proteção Marinha que cobre uma franja marinha de 300 metros e que tem como objetivo controlar os possíveis efeitos sobre os valores naturais da reserva.

iv. Reserva Natural Ponta do Sol

A Reserva Natural Ponta do Sol abrange o extremo Noroeste da Ilha da Boa Vista, desde a Praia de Ervatão até Ribeira do Poderoso, cobrindo uma superfície de 456 hectares e um perímetro de 15.138 metros.

O interesse biológico que justifica a declaração da Reserva Natural Ponta do Sol deve-se à presença de espécies em perigo de extinção como Rabo de Junco (*Phaethon aethereus*) e Guincho (*Pandion haliaetus*). Para além destes elementos, sublinhe-se a presença no local de alguns elementos geológicos que sobressaem pela sua natureza vulcânica recente e a presença de um campo de dunas fósseis.

A fim de controlar os possíveis efeitos sobre os valores naturais da reserva e sobre o movimento da areia que é essencial para a conservação dos sistemas de dunas da zona, agregou-se à Reserva uma Zona periférica de Proteção Marinha que abrange uma franja marinha de 300 metros nas costas Norte e Oeste. Na referida reserva, existe um Farol, um Parque Eólico e foi encontrado indícios de que o local já serviu como depósito de resíduos sólidos.

v. Reserva Natural Boa Esperança

Situada a Este da cidade de Sal Rei, inclui as praias de Atalanta, Sobrado, Copinha e Pesqueiro de Banco e a parte Sul da cidade de Sal Rei, onde estão incluídas as praias de Estoril e de Carlota. A reserva ocupa uma área aproximada de 3.968 hectares e um perímetro de 34.020 metros, ao que acresce uma Zona Periférica de Proteção Marinha, que abrange 300 metros de orla marinha, tanto na costa Norte como na costa Oeste. A Reserva Natural de Boa Esperança visa a preservação e manutenção dos processos ecológicos derivados da dinâmica de areias e da presença da desembocadura da Ribeira de Rabil com zonas húmidas de importância internacional (Sítio Ramsar n. 1.576 – Convenção de Ramsar), salinas, bem como a qualidade visual da sua paisagem.

vi. Reserva Natural Morro de Areia

Localizada a Sudoeste da ilha, abrange uma vasta área desde a Praia de Chaves até a costa de Santa Mónica, com uma superfície aproximada de 2.100 hectares e um perímetro de 28.145 metros.

A Reserva Natural de Morro de Areia prima por preservar os processos ecológicos derivados da dinâmica das dunas e a conservação de habitats para espécies emblemáticas nomeadamente Rabo de Junco (*Phaethon aethereus*), Guincho (*Pandion haliaetus*), Tartaruga cabeçuda (*Caretta caretta*), tubarões gato e algumas espécies de invertebrados aí existentes.

Com a finalidade de controlar os possíveis efeitos sobre os valores naturais da Reserva e sobre a dinâmica de dunas, agregou-se a este espaço uma Zona Periférica de Proteção Marinha, que abrange uma área marinha de 300 metros ao longo do litoral e um setor terrestre a incluir a praia de Chaves.

vii. Reserva Natural da Tartaruga

Situa-se no litoral da zona Sul e Sudeste da ilha de Boa Vista, uma superfície aproximadamente de 1.766,42 hectares e um perímetro de 66.003,82 metros. Compreende uma parcela desde Morro Negro até à Praia de Lacacão. Abarca as praias de areias organogénicas onde nidifica a Tartaruga cabeçuda (*Caretta caretta*) e as salinas adjacentes onde se alimentam, descansam ou reproduzem um grande número de aves marinhas e limícolas tanto locais como migrantes.

Inclui o precipício de Ponta de Roque, que abriga uma importante colónia de Rabo - de-junco (*Phaethon aethereus*) e o relevo de Morro Preto, onde também nidifica alguns casais da mesma espécie.

viii. Parque Natural do Norte

O Parque Natural do Norte, é a área protegida da Ilha da Boa Vista que possui maior extensão, ocupa uma área expressiva do Nordeste da Ilha. A sua superfície total a incluir área marinha e terrestre, é de 16.489 hectares e um perímetro de 62.272 metros. O seu conjunto forma uma importante área para conservação, uma vez em que possui zonas de nidificação de tartarugas marinhas, presença de aves endémicas e rasgos geomorfológicos e paisagísticos.

Essa área protegida abrange os povoados do Norte da ilha, nomeadamente a de João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeço dos Tarafes, bem como o perímetro agrícolas mais importante da ilha.

ix. Paisagem Protegida Monte Caçador e Pico Forcado

Paisagem Protegida Monte Caçador e Pico Forcado deve-se aos seus valores geológicos, geomorfológicos, paisagísticos e à existência de uma fauna e flora peculiar. Sua superfície é de 3.365 hectares e um perímetro de 29.006 metros.

O Monte Caçador tem 355 metros de altura e, o Pico Forcado tem 364 metros de altura e os seus limites formam uma barreira orográfica que ocupa uma boa parte do centro-oriental da Ilha da Boa Vista. Devido às suas características e extensão, este espaço constitui-se numa paisagem de especial relevância.

x. Paisagem Protegida Curral Velho

Com uma área de aproximadamente 1636 hectares e um perímetro que corresponde a 29.006 metros, a Paisagem Protegida Curral Velho, está situada a Sudeste da ilha da Boa Vista, entre a Ponta Pesqueiro Grande e a Ponta de Medronho.

Com a premissa de preservação da identidade paisagística e das características naturais da sua geologia e geomorfologia (arenoso, caliças, praias e salinas) e, da paisagem humana constituída por currais e núcleos de populações tradicionais, essa área também é muito significativa dentro do contexto de áreas protegidas.

É nessa área que se encontra a Zona Húmida de Curral Velho (primeira Zona Húmida de Cabo Verde declarada na Convenção de Ramsar n. 1.575), constitui importante habitat para aves migratórias, peixes, invertebrados marinhos e que funciona também como zona de nidificação de tartarugas marinhas, para além da sua importância socioeconómica.

xi. Monumento Natural Ilhéu de Sal Rei

O interesse ecológico que justifica a declaração do Monumento Natural do Ilhéu de Sal Rei deve-se a presença de espécies emblemáticas, para além do valor histórico-cultural devido a localização do antigo forte do Duque de Bragança construído no passado, para a defesa contra os ataques de piratas.

Está localizado na parte Noroeste da Ilha da Boa Vista, em frente à Cidade de Sal Rei, com uma superfície de 8.997 hectares, um perímetro de 5.841 metros e 27 metros de altitude máxima.

Neste ilhéu afloram materiais basálticos e são escassas as formações calcárias, tendo-se gerado praias arenosas nas zonas mais abrigadas.

xii. Monumento Natural Monte Santo António

Essa Área Protegida tem uma superfície aproximada de 457 hectares e um perímetro de 9.125 metros. Ao seu valor paisagístico, junta-se o potencial geológico, geomorfológico e a presença de endemismos.

Monte Santo António com 379 metros é um importante e iminente elemento da paisagem e, forma junto com a Rocha Estância uma das formações orográficas mais singulares da Ilha, pela sua morfologia de fortaleza rochosa com planta quase circular levantada sobre uma extensa planície.

xiii. Monumento Natural Rocha Estância

O maciço rochoso que forma Rocha Estância destaca-se na paisagem da ilha de Boavista de forma evidente, com os seus 357 metros de altitude, uma superfície de 253 hectares e um perímetro de 6.817 metros.

Monumento Natural Rocha Estância tem como finalidade preservar os valores geológicos, geomorfológicos, paisagístico e as espécies endémicas aí existentes.

xiv. Monumento Natural Monte Estância

As razões para a declaração do Monumento Natural Monte Estância devem-se aos seus valores geológicos, geomorfológicos e paisagísticos e pela existência de algumas espécies endémicas.

Localizado na parte Sul-oriental da ilha da Boavista, perto da costa de João Barrosa, destaca-se na paisagem por ser o ponto mais alto da ilha, com 387 metros de altitude sobre o nível do mar. A sua superfície é de 736 hectares e um perímetro de 1.0947 metros.

6.8 PROJETOS EM CURSO NO TERRITÓRIO

NOME	PARCEIROS	DESCRIÇÃO
1. Via Estruturante Aeroporto Rotunda das Pedras e P.Velha	CMBV, SDTIBM, MIOTH	Construção de uma estrada asfaltada que liga aeroporto às zonas turística e dá acesso a P.Velha
2. Valorização urbana do Largo Santa Isabel	CMBV e SDTIBM	Obras de requalificação urbana e ambiental do largo Santa Isabel
3. Valorização urbana da frente marítima de Sal Rei	CMBV e SDTIBM	Obras de requalificação urbana e turística da orla costeira da Cidade de Sal Rei (ruas, pedonais, espaços verdes e de lazer)
4. Escola Secundária do Rabil	ME	
5. Delegação do Ministério de Saúde – Reabilitação e ampliação do Centro de Saúde BLOCO OPERATÓRIO do centro de Saúde da Boa Vista.	Fundo Turismo	
6. Energia Fotovoltaica para a Boavista	DNICE, AEB	Instalação de um parque fotovoltaico com a capacidade de 5 MW, devendo estar operacional em 2021.
Biotur	MAA, PNUD, CM, ASSOCIACOES	Assistencia técnica Nacional e Internacional, financiamento de iniciativas locais
Reflor	MAA, CM, ASSOCIACOES E EMPRESAS	Programa de reflorestação
Projecto Tartaruga	MAA, Policia Nacional, BIOS, Fundacao Tartaruga, Natura 2000, Associacao Onze Estrelas, Associacao Varandinha	Conservacao das tartarugas <i>Caretta caretta</i>

Fundo do Ambiente	CM, MAA, Fundo Ambiente	Aquisição de Camiões, Reabilitação da lixeira municipal, construção do viveiro municipal, ornamentação de rotundas
Plano de Ordenamento da Orla Costeira e do Mar Adjacente BV – (POOC-M)	Instituto Nacional De Gestão do Território (INGT), FUNDAÇÃO MAVA, SDTIBM, CMBV, Wetlands international Afrique (WIA), Parceiro regional para Conservação Marinha e Costeira para África Ocidental (PCRM); Direção Nacional do Ambiente (DNA), Direção Nacional da Economia Marítima DNEM), Instituto Marítimo Portuário (IMP),	Planificação da orla costeira e marinha da ilha da Boa Vista

7. IDENTIFICAÇÃO DE PRINCIPAIS PROBLEMAS, DESAFIOS E SOLUÇÕES

HIERARQUIA DE PROBLEMAS E SOLUÇÕES

HIERARQUIA DE PROBLEMAS	LINHA ESTRATÉGICA	PROGRAMAS	PROJETOS
Carências no Sistema de Saúde;	Serviço Social	Cuida d'Nós Amdjor	Posto de Saúde Móvel
			+ Equipamentos de Diagnostico e Tratamento pa nos Ilha
			Educação Preventiva
			Mais Recursos Humanos (Protocolos com Médicos Sem Fronteiras, Associação Ser +, dar +)
Precárias Condições de Educação	Serviço Social	Educação na Linha da Frente	Integrarte (integração por Pares; integração através da cultura)
			Escolas digitais (criar plataformas digitais nas escolas, equipar as escolas com computadores)
			Horto-escolar
			Reabilitando as Infraestruturas Educativas
			História, história – promoção de hábitos de leitura
			Capacitar para Intervir (reforço competências docentes)
			Pais Parceiros (envolvimento dos pais/encarregados de educação em atividades das escolas)
Deficiente sistema de Gestão de Resíduos	Meio Ambiente e Risco	Bubista Limpo e Verde	Desplastificar Bubista
			Ilha Verde (Criação de Espaços Verdes e de Lazer)
			Nós Colaboramos Com o Ambiente (Educação Ambiental)
			Crianças Amigas do Ambiente (em parceria com o Ministério de Educação)
			Praias limpas e seguras (limpeza das praias, sinalização, nadadores-salvadores)

Fraca Interação entre operadores económicos locais com a cadeia de produção turístico-hoteleira	Desenvolvimento Economico Local	Empreende-Turismo	Conversas sobre o turismo (espaços-conversas abertas de partilha de informações e conhecimentos)
			CEMPRE – Centro de promoção e apoio ao empreendedorismo
			Circuito cultural (promover a interação cultural entre turistas e população local)
			Plataforma Terra Mar - Desenvolvimento empresarial dos promotores do setor agropecuária e das pescas (informação, formação, certificação, etc)
Défi ce Habitacional e Proliferação de Assentamentos Informais	Serviço Social	Muradret	Um teto um sonho (novos assentamentos...estruturas pré-fabricadas de baixo custo)
			Reabilitar emergencial (reabilitação de casas em condições precárias)
			Uma família, uma casa-de-banho
			Casa jovem (apoio aos jovens na construção da casa própria)
			Organização urbanística
Inoperância do Sistema de Fiscalização Municipal	Governança & Descentralização	Fiscalização eficiente	Empresa Municipal de Fiscalização
			Socialização do Código de Postura Municipal
			Modernização administrativa do processo de fiscalização

7.1. MATRIZ SWOT DO MUNICÍPIO DA BOA VISTA

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>GOVERNANÇA E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ● CMBV com protocolos de geminação com vários outros municípios e entidades estrangeiras; ● Alguns planos de ordenamento do território aprovados (ex.: EROT-BV, PDM, POOC-M, Plano de gestão de 7 das 14 áreas protegidas e POT (Plano de Ordenamento Turístico) de algumas ZDTI); ● Elaboração do PEMDS do município; ● Código de posturas municipais; ● Operação do Cadastro predial (urbano e rural) em curso; <p>JUSTIÇA, SEGURANÇA, FISCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO CIVIL</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Condições de segurança reforçadas, com a elevação da Esquadra Policial à categoria de Comando Regional e instalação de sistema de videovigilância urbana; ● Reforço do Tribunal da ilha e a sua divisão com dois Juizes (Civil e Criminal); ● Criação do Departamento de Investigação Criminal da PJ da Boa Vista; <p>INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Disponibilidade de terrenos públicos; ● Boa acessibilidade nacional e internacional; ● Cobertura de infraestruturas de comunicação; <p>DEMOGRAFIA, SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Hospitalidade e pacatez da população; 	<p>GOVERNANÇA E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ● CMBV e outras estruturas públicas com recursos humanos insuficientes e/ou com necessidades de formação e/ou desmotivados para responder às demandas atuais da ilha; ● Excesso de burocracia nos serviços públicos; ● Deficiente organização dos serviços municipais e de outras estruturas públicas; ● Fraco aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação no sistema de gestão dos serviços públicos e privados; ● Desconhecimento, incumprimento e violação generalizada das posturas e regulamentos municipais e outras normas legais ● Ausência de autoridade, associado a uma deficiente fiscalização / deficiências nas estruturas de governação e fiscalização, quer nos domínios de jurisdição da CMBV quer nos de outras instituições; ● Fraca capacidade da autarquia local na cobrança de impostos e taxas; ● Serviços públicos descentralizados com pouca autonomia administrativa; ● Ausência na ilha de serviços e instituições públicas, nomeadamente no setor turístico; ● Fraca articulação e sinergias intra e entre setores (público, privado e sociedade civil); ● Partidarização da administração pública; ● Fraco envolvimento da sociedade civil nos processos da tomada de decisão;

- População jovem (elevado número de pessoas economicamente ativas);
- Comunidade emigrada fiel à terra natal, importante na dinamização da economia local e desenvolvimento da ilha;
- Baixa taxa de pobreza, segundo os dados oficiais;

ECONOMIA E TURISMO

- Destino turístico atrativo e afirmado no produto sol e mar em alguns mercados emissores, e ainda com potencialidade para a diversificação;
- Boa imagem da ilha nos mercados emissores;
- Forte dinâmica empresarial, gerando novos empregos e contributo para o crescimento do PIB;
- Bacias hidrográficas com grande potencial agrícola e ecológico;
- Produtos locais com grande potencial de valorização, nomeadamente o queijo de cabra;

DESPORTO, LAZER E CULTURA

- Existência de um polidesportivo
- Espaço para realização de eventos (CAC);
- Existência de infraestruturas desportivas (modalidades de salão) em todos os povoados;

AMBIENTE E SANEAMENTO

- Boa Vista apresenta uma rica biodiversidade, tanto marinha como terrestre;

- Inatividade e/ou pouco dinamismo da maioria das organizações da sociedade civil;

JUSTIÇA, SEGURANÇA, FISCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO CIVIL

- Insuficiência de recursos humanos;
- Deficiente sistema de proteção civil;

INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES

- Más condições de acessibilidade aos povoados do norte (João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes);
- Falta de iluminação da pista do aeroporto internacional Aristides Pereira, que impossibilita a realização de voos noturnos;
- Inexistência de um hospital;
- Infraestruturas escolares degradadas e insuficientes;
- Inexistência de um sistema de redes de esgoto;
- Rede pública de abastecimento de água insuficiente;
- Inexistência de uma escola profissional;
- Inexistência de um porto de pesca e infraestruturas afins;
- Inexistência de um aterro;
- Carência de espaços desportivos e de lazer, particularmente para crianças e idosos;

DEMOGRAFIA, SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

- Crescimento demográfico exponencial, sem a devida planificação;
- Elevado custo de vida;
- Elevado défice habitacional e proliferação de assentos informais;
- Precárias condições de saúde;
- Precárias condições de educação;
- Deficiências críticas no sistema de abastecimento de bens públicos de primeira necessidade, como saneamento básico, água e eletricidade;
- Inadequada integração social das comunidades imigradas residentes, fruto da sua concentração

geográfica (vivem na sua maioria do Bairro Boa Esperança, sendo que a percentagem de naturais da Boa Vista que aí residem é insignificante);

- Elevada taxa de consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas;

ECONOMIA E TURISMO

- Desorganização e desestruturação de setores económicos importantes, como a pesca e agropecuária;
- Fraca conexão entre as cadeias de produção locais com a cadeia hoteleira-turística;
- Pouca valorização e exploração da cadeia de valores das atividades Agropecuários, sobretudo no setor turístico;
- Concentração da procura turística no espaço (mercado europeu na origem), no tempo (meses correspondentes ao inverno na europa) e num só atrativo (produto Sol e Mar);
- Cadeia de produção turístico-hoteleiro dominado por um grupo restrito de operadores turísticos estrangeiros;
- Reduzida participação de operadores económicos locais na cadeia de produção turística;
- Economia da ilha super-dependente do turismo;
- Baixa aplicação das receitas públicas do turismo no desenvolvimento da ilha;
- Inexistência de um plano estratégico de desenvolvimento e marketing turístico da ilha;
- Fraco espírito e/ou capacidade empreendedora e visão empresarial por parte da comunidade e operadores locais;
- Falta de dinâmicas organizadas de animação que possam cativar a presença de turistas nos espaços públicos (fraca diversidade e atratividade de serviços e produtos típicos);

- Dificuldades no acesso ao financiamento bancário, principalmente devido às taxas de juro aplicadas aos empréstimos e às garantias solicitadas;
- Deficientes condições higiénico-sanitárias na produção e processamento de produtos locais (ex. queijo de cabra), que dificulta a certificação de qualidade;

DESPORTO, LAZER E CULTURA

- Inexistência de um plano municipal de desenvolvimento e promoção desportiva;
- Limitada aposta na formação desportiva;
- Debilidade dos clubes e associações em termos organizacionais e financeiros;
- Má gestão e conservação das infraestruturas desportivas;
- Falta de condições de treino, nas mais variadas modalidades, exceto as de salão;
- Pouco investimento na formação dos agentes desportivos;
- Inadequada (sem critérios) distribuição de subsídios públicos, a clubes e associações;
- Falta de estímulos, premiações e divulgação das boas iniciativas e méritos desportivo;
- Inexistência de políticas de incentivo à internacionalização e profissionalização desportiva;
- Inexistência de um plano municipal para o desenvolvimento e promoção da cultura;
- Pouca valorização das tradições culturais;
- Deficiências organizacionais e fraca dinâmica e da Escola da Música;

AMBIENTE E SANEAMENTO

- Acumulação de águas residuais e pluviais nas ruas da cidade de Sal-Rei;
- Fraca sensibilização das pessoas sobre as questões de ambiente e saneamento;
- Inexistência de um plano de gestão de resíduos

	<ul style="list-style-type: none"> ● Inexistência de um Sistema público de rede de esgotos; ● Baixa taxa de cobertura da rede pública de abastecimento de água; ● Algumas localidades com água de má qualidade; ● Falta de controlo de animais domésticos; ● Proliferação de cães vadios; ● Extração descontrolada de inertes; ● Longos períodos de seca; ● Fraca consciencialização da população ao que tange a importância da conservação dos recursos naturais; ● Poucos espaços verdes; ● Deficiente Sistema de gestão de orla marítima; ● Inadequado tratamento do lixo hospitalar;
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ● Programa Plataforma para o Desenvolvimento Local e Objetivos 20/30 em Cabo Verde; ● Rede Local de Emprego e Empregabilidade; ● Incentivos ao investimento nacional; ● Tendência de crescimento do turismo mundial; ● Maiores facilidades no acesso aos transportes aéreos; ● Potencial de crescimento associado aos produtos turísticos de natureza e culturais; ● Envolvimento das comunidades emigradas; ● Proclamação da Morna como Património Imaterial da Humanidade; ● Aproveitamento das energias renováveis; ● Maior aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação ● Maior facilitação nas condições de acesso ao crédito bancário, por parte do Governo central; ● Construção do bloco operatório do Centro de Saúde da Boa Vista; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Crescimento demográfico acelerado; ● Instabilidade económica em alguns dos potenciais mercados emissores de turistas; ● Desinteresse na preservação e conservação do meio ambiente e património histórico-cultural e arquitetónico da ilha; ● Falta de regulamentação de algumas leis e implementação das existentes; ● Alterações climáticas; ● Seca; ● Pandemias (ex. Covid-19); ● Crise económica internacional;

8. LINHAS PRIORITÁRIAS A DESENVOLVER

8.1. GOVERNABILIDADE E DESCENTRALIZAÇÃO

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Elevada dependência financeira e administrativa do Poder Central;• Delegações Municipais pouco operacionais• Fraca capacidade interna a nível tecnológico e de comunicação;• Ineficiência do Sistema de Fiscalização Municipal• Fracas sinergias intra e entre sectores (público, privado e sociedade civil);• Partidarização da administração pública;• Pouco envolvimento da sociedade civil nos processos da tomada de decisão;• Inatividade e/ou pouco dinamismo da maioria das associações existentes.	<ul style="list-style-type: none">• Existência de muitos quadros qualificados;• Disponibilidade de terrenos para construção de Infraestruturas.• Existência Delegação Municipal e Centros de Juventude em todos os povoados;• Existência de várias geminações e/ou parcerias com outros Municípios e Instituições Nacionais Internacionais;

8.2. SERVIÇOS SOCIAIS

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Saúde: Infraestruturas, recursos matérias precárias e recursos humanos insuficientes;• Educação: Insuficiência de Docentes Locais, inexistência de uma estrutura de Ensino Técnico/Profissional e Superior;• Elevado défice habitacional;• Elevado custo de vida;• Existência de assentamentos informais;• Elevada taxa de consumo de álcool; • Falta de espaço de lazer para crianças e idosos; • Mobilidade populacional bastante instável;• Fraco incentivo /investimento aos desportistas profissionais;• Necessidade de mais dinâmica cultural.	<ul style="list-style-type: none">• Boas Infraestruturas desportivas,• Condições naturais favoráveis para a prática de várias modalidades desportivas; • Património material e imaterial; • População maioritariamente jovem; • Segurança e paz social.

8.3. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Dependência excessiva no sector turístico• Economia concentrada nos serviços• Cadeia de produção turística/hoteleira dominada por um grupo restrito de operadores estrangeiros;• Reduzida participação de operadores económicos locais na cadeia de produção turística;• Dificuldade no acesso ao financiamento• Fraco espírito empreendedor• Fraca representação de instituições/organizações de apoio ao empreendedorismo;• Funcionamento deficiente do sector das pescas, carência de algumas infraestruturas básicas;• Falta de água para a prática da agricultura;• Dificuldade dos produtores locais em certificar os produtos;• Atividade agropecuária de carácter exclusivamente de subsistência;• Inexistência de espaços para a armazenagem em frio de todo o tipo de produtos frescos;• Fraca valorização e exploração da cadeia de valores das atividades Agropecuárias, sobretudo no setor turístico;• Fraco Investimento Público no Setor Agropecuário, consequente da visão dos sucessivos Governos em como a ilha não tem vocação agrícola.	<ul style="list-style-type: none">• Bacias hidrográficas com grande potencial ecológico;• Capacidade local de produção de pequenas embarcações de pesca;• Existência de recursos marinhos e piscatórios• Indústria (tradição na transformação de pescado/conservas• Excelentes condições naturais, nomeadamente, uma plataforma marinha relativamente rica em espécies de peixes bastante variada;• Orografia e diversidade paisagística;• Existência de uma rede trilhas singulares e diversificadas;• Existência de microclimas;• Mercados turísticos emergentes no país (ilhas do Sal e Boa Vista);• Master Plan de Desenvolvimento Turístico;• Potencialidades turísticas para eco, trekking, mergulho, pesca desportiva, talassoterapia e cultural;• Segurança e paz social;• Morabeza e saber receber / acolher;• Existência de duas das sete maravilhas de Cabo Verde;• Existência de espaços protegidos e um Parque Natural;• Mão-de-obra jovem

8.4. MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RISCOS

PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Inexistência de um aterro sanitário;• Fraca sensibilização das pessoas sobre as questões de ambiente e saneamento;• Inexistência de um plano de gestão de resíduos• Inexistência de um Sistema público de rede de esgotos;• Baixa taxa de cobertura da rede pública de abastecimento de água;• Algumas localidades com água de má qualidade;• Falta de controle de animais domésticos;• Cães vadios;• Extração descontrolada de inertes;• Longos períodos de seca;• Problemas de Erosão;• Fraca consciencialização da população ao que tange a importância da conservação dos recursos naturais;• Deficiente sistema de proteção civil;• Poucos espaços verdes;• Deficiente Sistema de gestão de orla marítima;• Inadequado tratamento do lixo hospitalar;	<ul style="list-style-type: none">• Boa Vista é uma das ilhas com maior riqueza do ponto de vista das espécies de flora e fauna, tanto marinhas quanto terrestres;• Existência dos vários recursos naturais por explorar, nomeadamente;• Duas das 7 maravilhas de Cabo Verde• Existência de 14 áreas protegidas;• Existência de duas bacias hidrográficas, sendo que uma é a maior de Cabo Verde;• Diversidade paisagística;• Turismo de Natureza;• Existência de uma Empresa de Água e Saneamento Intermunicipal;• Plano Diretor Municipal;• Cooperação descentralizada / Geminações;

8.5 PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO

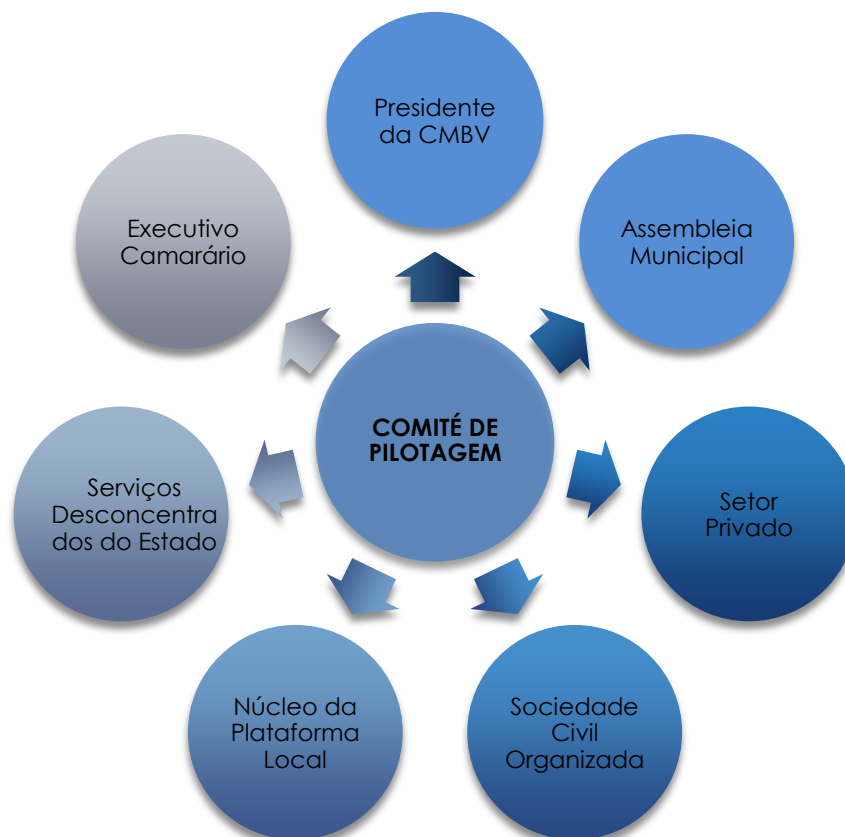
PROBLEMAS / CONSTRANGIMENTOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Elevado número de casos de VBG com predominância contra as mulheres;• Cultura machista e patriarcal;• Elevada taxa de famílias monoparentais femininas;• Alta taxa de abandono e insucesso escolar no seio dos rapazes;• Inexistência da agenda do género 20-30;• Fraca participação das mulheres na vida política;• Grande prevalência de mulheres em trabalho informal;• Alta taxa de gravidez na adolescência;• Maior Incidência da Pobreza nas mulheres;	<ul style="list-style-type: none">• Quadro legal favorável• Lei de Paridade;• Facilidade de acesso aos meios de conhecimento;• Dinamismo no sector informal e gestão de pequenos negócios;• Níveis de instrução mais elevado

9. ESTRUTURA DE GOVERNABILIDADE E SEGUIMENTO DO PEMDS

O seguimento ou motorização será essencialmente através de acompanhamento para avaliação de toda a sua estrutura do processo de planeamento estratégico, a fim de mensurar ou identificar projetos e programas que reflitam diretamente na felicidade das pessoas da Boa Vista, ou seja ajudar na governança alinhando uma política que tem de ser um compromisso de todos os Boa-vistense e parceiros.

No município da Boa Vista o sucesso para a implementação do PEMS dependerá essencialmente da sua governabilidade e acompanhamento feito sobretudo pela Câmara Municipal da Boa Vista e forte engajamento dos membros da Plataforma Local, onde a fiscalização para o gerenciamento de forma ao desenvolvimento e implementação das políticas da execução de todos os projetos.

Acreditamos que o método de acompanhamento escolhido irá criar uma ferramenta para eficiência da execução dos programas e projetos, tendo sempre em atenção a melhoria ou impacto que cada projeto refletirá na vida dos Municípes.



10. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPACTO DA CRISE PROVOCADA PELA COVID19

Depois da Ásia e da Europa, a pandemia chegou ao continente africano no mês de março. O primeiro caso em Cabo verde, registou-se precisamente na Ilha da Boa Vista. Os alarmes soaram pela primeira vez, a 19 de março quando um casal de turistas britânico resultou positivo, num dos hotéis da Ilha. Desde esse dia fatídico, as consequências socioeconómicas foram desastrosas. A taxa de desemprego que era até então, das mais baixas do arquipélago, aumentou exponencialmente, pois o sector turístico, base da economia da Ilha, teve que “encerrar portas”, seguindo uma tendência global. A partir do segundo trimestre de 2020 todos os grandes hotéis da Boavista foram encerrados, mandando para o desemprego muitos homens e mulheres, tendo sido boa parte destes enquadrados ao regime do Layoff, não impedindo mesmo assim que, essas famílias abrangidas por esse mecanismo legal, passassem por dificuldades extremas do ponto de vista financeiro. A agravar a situação, a ilha foi obrigada ao confinamento por causa do advento da COVID 19.

Durante o período de confinamento, várias foram as Instituições que se mobilizaram para mitigar os efeitos nefastos da pandemia. A Câmara Municipal, a Proteção Civil, as Confissões religiosas, a diáspora, o Exército, Cruz Vermelha, a comunidade chinesa residente na Ilha, a UE, o sector privado, todos juntos, imbuídos de um espírito solidário, como há muito não se via, procedeu-se a um trabalho extraordinário, coroado de êxito, mesmo tendo em conta que a “guerra” estaria longe de ser ganha. Um exemplo prático de responsabilidade social, por parte de empresas ligadas ao Turismo, é o facto de que durante o período de isolamento profilático, por parte de funcionários de Hotéis, onde a doença se manifestou, esses Hotéis, responsabilizaram-se na integra, relativamente aos filhos, desses funcionários, não só ao nível da alimentação, mas igualmente, dos cuidados de saúde, destacando-se técnicos para se ocuparem dessas crianças.

Quanto à evolução do Covid-19, não obstante o apareciam de novos casos, as autoridades atuaram desde primeira hora e ainda hoje de forma pró-eficiente, pondo um termo ao primeiro foco na ilha. Sensivelmente, do mês de maio ao mês de agosto não houve casos positivos na Ilha.

Com o fim do período de confinamento retomou-se a ligação inter-ilhas de transportes marítimos de passageiros e nessa altura, estima-se que cerca de metade da população que habitava a Ilha das Dunas, mas naturais de outras ilhas, regressaram às suas ilhas de origem, motivados essencialmente pela dimensão do desemprego.

Perante esta redução drástica da população na Ilha, o sector primário não pode se esquivar às consequências nefastas deste quadro. A atividade comercial reduziu significativamente, não só porque o mercado encolheu, mas porque também houve uma perda clara de poder de compra, de muitos dos que aqui vivem.

A criminalidade, contrariamente, ao que sucedeu noutros cantos do país, manteve-se estável e controlada pelas forças de segurança, que, progressivamente, foram reforçadas pela instalação da Polícia Judiciária na ilha. Se a este fator adicionarmos a redução drástica do número de habitantes, facilmente compreenderemos a razão da estabilidade existente, mesmo se a vulnerabilidade de muitas famílias aumentou de forma abrupta.

O ambiente de incertezas permanece, contudo, a vida na ilha vai-se fazendo com normalidade, aguardando a retoma do turismo, mas ao mesmo tempo procurando dinâmicas alternativas que possam reerguer a economia local e a motivação dos seus habitantes, que, de uma forma ou de outra, deverá doravante aprender a conviver com a Covid19 em todas as circunstâncias.

11. CONCLUSÕES

De todas as ilhas cabo-verdianas, Boa Vista é a que se situa mais a Leste, sendo assim a ilha mais próxima do Continente Africano (apenas 455km do cabo do Senegal). A sua superfície é de 620 Km², sendo o seu maior comprimento de 31 Km e a sua maior largura de 29 Km.

Este processo de planificação estratégica, nos moldes e contexto em que aconteceu (sem recorrer a consultoria externa e sob um novo paradigma de planificação) foi desafiante mas valeu a pena, pois permitiu congregar os mais diversos setores e atores do desenvolvimento local à volta de uma mesma, ambição fazer da Boa Vista uma ilha de referência sustentável no cenário nacional, assente na valorização dos seus recursos endógenos e na participação dos atores locais, tendo como pano de fundo a sua vocação turística e as suas potencialidades em termos de desenvolvimento da agricultura, da pesca e da atividade cultural..

O PEMDS constitui um instrumento privilegiado para a promoção e seguimento deste almejado desenvolvimento que se pretende ser equilibrado do ponto de vista económico, ambiental, social e cultural. Ele será, seguramente, um instrumento fundamental de governança local, que orientará e facilitará a mobilização de parcerias e recursos necessários para implementação de programas e projetos estratégicos.

Este instrumento de governança está estritamente alinhado com os ODS e com o PEDS, e vai desencadear um novo modelo de desenvolvimento local, com foco na qualidade de vida das pessoas. Este plano facilitará imensamente na gestão territorial e a sua implementação representa uma grande oportunidade para todas as localidades da ilha da Boa Vista.

Representa, igualmente, o compromisso da Plataforma Local da ilha da Boa Vista e dos Órgãos de poder Local para com este Município e suas gentes, contando com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Central, através do Ministério das Finanças, Direção Nacional do Planeamento. Visa uma profunda transformação social e económica, com a finalidade de gerar mais riqueza, reduzir a pobreza, elevar a qualidade de vida das nossas populações, e lançar as bases para colocar Boa Vista como um dos municípios mais desenvolvidos de Cabo Verde no horizonte 20/30.

A sua preparação foi concebida numa ótica participativa, partindo do compromisso assumido pelos Órgãos do Poder Local, passando pela criação da Plataforma do Desenvolvimento Local da Ilha, que conduziu todo o processo da sua elaboração num contexto multi-atores e projetando o desenvolvimento da ilha no horizonte 2030.

Este Plano contém oito (8) **linhas estratégicas**, 13 **eixos/programas estratégicos** que integram **75 projetos**, todos devidamente alinhados com a agenda 2030, através dos seus 17 ODS e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS).

Globalmente, o **orçamento previsto** para a implementação do PEMDS da Boa Vista no horizonte temporal de cinco anos, mas com ambição e visão ao longo prazo (2030), é de **7 424 300,00**.

Este Plano Estratégico deve ser um compromisso de todos os Boavistenses e de todos os Parceiros e Amigos desta ilha.